



*Org. Melissa Matsunaga e Louise Pontes*

# MACAPÁ, ENTRE CIDADE E NATUREZA

## CAMINHOS A APRE(E)NDER

EDIÇÕES DO  
SENADO FEDERAL

349

SENADO FEDERAL



## EDIÇÕES DO SENADO FEDERAL

Pensar a cidade em contexto amazônico, como é o caso de Macapá, capital do estado do Amapá, não é tarefa simples, mas pode ser instigante. Os processos de urbanização tardia (se comparados a outras cidades do país) encontraram sítios entrecortados por rios, igarapés, lagos e áreas úmidas, mas também modos de conviver (e sobreviver) extremamente relacionados às condições biofísicas desses territórios. Embora existam muitos desafios colocados para conciliação entre as demandas urbanas e ambientais, não é possível pensar essas realidades a partir dessas dualidades. Neste livro, propomo-nos a refletir sobre aquilo que está entre, na convergência entre a materialidade do suporte da vida e os processos de urbanização, os modos de conviver e de morar, entre cidade e natureza. Melissa Matsunaga e Louise Pontes (orgs.)

## EDIÇÕES DO SENADO FEDERAL

Esta publicação apresenta uma convergência de olhares e experiências sobre a cidade de Macapá, capital do estado do Amapá, no extremo norte do Brasil. A cidade está localizada à foz do Rio Amazonas e apresenta uma rica configuração hídrica, que sofre a influência de suas cheias e vazantes no meio urbano. À essa condição somam-se também os diferentes momentos em que a cidade foi laboratório de experimentação urbanística e objeto de uma série de planos e projetos que, embora não tenham sido plenamente atendidos, deixaram vestígios e conformam, junto a outras dinâmicas, o tecido urbano e os modos de viver atualmente existentes. Este livro faz um convite a (re)pensarmos os modos de ensinar e produzir conhecimento sobre e com uma Macapá entre cidade e natureza.



Macapá, entre  
cidade e natureza

# SENADO FEDERAL

Mesa

Biênio 2025/2026

Senador Davi Alcolumbre

PRESIDENTE

Senador Eduardo Gomes

1º VICE-PRESIDENTE

Senador Humberto Costa

2º VICE-PRESIDENTE

Senadora Daniella Ribeiro

1ª SECRETÁRIA

Senador Confúcio Moura

2º SECRETÁRIO

Senadora Ana Paula Lobato

3ª SECRETÁRIA

Senador Laércio Oliveira

4º SECRETÁRIO

## SUPLENTE DE SECRETÁRIO

Senador Chico Rodrigues

Senador Styvenson Valentim

Senador Mecias de Jesus

Senadora Soraya Thronicke

## CONSELHO EDITORIAL

Senador Randolfe Rodrigues

PRESIDENTE

Esther Bemerguy de Albuquerque

VICE-PRESIDENTE

## CONSELHEIROS

Alexandre de Souza Santini Rodrigues

Ana Cláudia Farranha

Ana Flavia Magalhães Pinto

Ana Maria Veiga

Alcinéa Cavalcante

Bruno Lunardi Gonçalves

Carlos Ricardo Caichiolo

Esmeraldina dos Santos

Heloisa Maria Murgel Starling

Ilana Trombka

João Batista Gomes Filho

Marco Américo Lucchesi

Miguel Sanches Neto

Nathalia Henrich

Rafael André Vaz Chervenski

Victorino Coutinho Chermont de Miranda

Melissa Matsunaga e Louise Pontes  
*Organizadoras*

# Macapá, entre cidade e natureza

Caminhos a apre(e)nder

Edições do Senado Federal  
vol. 349

Brasília, 2026

SENADO FEDERAL



O Conselho Editorial do Senado Federal, criado pela Mesa Diretora em 31 de janeiro de 1997, buscará editar, sempre, obras de valor histórico e cultural e de importância para a compreensão da história política, econômica e social do Brasil e reflexão sobre os destinos do país e também obras da história mundial.

ORGANIZAÇÃO E REVISÃO: Cristiano Ferreira

cedit@senado.leg.br

<https://www12.senado.leg.br/publicacoes/conselho-editorial-1>

Todos os direitos reservados

SECRETARIA DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES

Diretor: Rafael André Vaz Chervenski

COORDENAÇÃO DE PRÉ-IMPRESSÃO

Coordenadora: Tatiana Nassif Derze

Capa: Thomas Gonçalves e Rodrigo Ribeiro

Projeto gráfico: Eduardo Franco

Diagramação: Sheila Veras

Revisão: Marco Aurélio Couto e Rodrigo Barreto

Revisão técnica: Myrian Karlla

© Senado Federal, 2026

Congresso Nacional

Praça dos Três Poderes s/nº

CEP 70165-900 — DF

---

Macapá, entre cidade e natureza : caminhos a apre(e)nder / Melissa Matsunaga e Louise Pontes, organizadoras. — Brasília : Senado Federal, 2026.  
194 p. : il., fots. — (Edições do Senado Federal ; v. 349)

Inclui notas explicativas, bibliográficas e bibliografia.

ISBN: 978-65-5676-718-5

1. Arquitetura urbana, Macapá (AP). 2. Planejamento urbano, Macapá (AP). 3. Paisagem, zona urbana, Macapá (AP). 4. Habitação, Macapá (AP).  
I. Matsunaga, Melissa Kikumi, org. II. Pontes, Louise Barbalho, org.  
III. Série.

CDD 711.098116

## SUMÁRIO

|                                                                                                                         |    |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----|
| PREFÁCIO .....                                                                                                          | 7  |
| <i>Luciana Bongiovanni Martins Schenk</i>                                                                               |    |
| APRESENTAÇÃO .....                                                                                                      | 13 |
| 1 ATRAVESSANDO ESCALAS: DESAFIOS DE APREENSÃO<br>E REPRESENTAÇÃO DA CIDADE EM CONTEXTO<br>AMAZÔNICO .....               | 23 |
| <i>Thales Barroso Miranda e Luna Barros Bibas</i>                                                                       |    |
| A vista de cima: escala da região .....                                                                                 | 28 |
| A cidade e a natureza ao nível dos olhos: a escala das pessoas .....                                                    | 36 |
| As pessoas .....                                                                                                        | 39 |
| O espaço construído .....                                                                                               | 40 |
| O meio biofísico .....                                                                                                  | 42 |
| Referências .....                                                                                                       | 43 |
| 2 PONTOS, LINHAS (INTERSEÇÕES) E TRAMAS .....                                                                           | 47 |
| UMA EXPERIÊNCIA DE ENSINO E IMERSÃO NO DESENHO DA<br>PAISAGEM NA CIDADE DE MACAPÁ                                       |    |
| <i>Louise Barbalho Pontes</i>                                                                                           |    |
| 1. Das linhas que conectam e tecem caminhos: o desenho da<br>paisagem .....                                             | 54 |
| 1.1 Linha de pensamento 1: o desenho (e o projeto) como<br>produção de conhecimento .....                               | 55 |
| 1.2 Linha de pensamento 2: o desenho da paisagem .....                                                                  | 58 |
| 1.3 As interseções: reflexões para um desenho engajado .....                                                            | 63 |
| 2. Do ponto de encontro, algum ponto de partida:<br>repensando palavras e experiências de ensino-<br>aprendizagem ..... | 64 |
| 2.1 Ponto um: repensar as palavras, uma revisão conceitual .....                                                        | 65 |
| 2.2 Ponto dois: os pontos no território .....                                                                           | 67 |
| 2.3 Ponto três: cada desenhista é um universo .....                                                                     | 75 |

|     |                                                                                                                               |     |
|-----|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| 3.  | Entre sistemas e constelações: o desenho das tramas .....                                                                     | 81  |
| 3.1 | <i>A trama como estrutura da paisagem</i> .....                                                                               | 82  |
| 3.2 | <i>A trama como comunidade</i> .....                                                                                          | 86  |
|     | Resultados e Reflexões .....                                                                                                  | 88  |
|     | Referências .....                                                                                                             | 89  |
| 3   | PRÁTICAS DE MORAR: REGISTROS NO MEIO DO MUNDO .....                                                                           | 93  |
|     | <i>Melissa Kikumi Matsunaga</i>                                                                                               |     |
|     | Considerações iniciais .....                                                                                                  | 93  |
| 1.  | Casas em área de ressaca .....                                                                                                | 99  |
| 1.1 | <i>Registro 1: Casa com quintal</i> .....                                                                                     | 99  |
| 1.2 | <i>Registro 2: Pontes que atravessam o Congós</i> .....                                                                       | 106 |
| 2.  | Casas em área de ‘terra firme’ .....                                                                                          | 116 |
| 2.1 | <i>Registro 3: Caesinha</i> .....                                                                                             | 116 |
| 2.2 | <i>Registro 4: Casa comunitária</i> .....                                                                                     | 118 |
| 3.  | Uma casa na beira do rio .....                                                                                                | 126 |
| 3.1 | <i>Registro 5: Casa ribeirinha</i> .....                                                                                      | 126 |
|     | Reflexões finais .....                                                                                                        | 133 |
|     | Referências bibliográficas .....                                                                                              | 136 |
| 4   | ENTRE RELATOS E REGISTROS DE UMA PAISAGEM EM MOVIMENTO .....                                                                  | 139 |
|     | ENSAIOS PARA A CONFEÇÃO DE UM ATLAS DOS ESPAÇOS ABERTOS DE MACAPÁ                                                             |     |
|     | <i>Louise Barbalho Pontes, Ana Carolina de Souza Vasconcelos, Ivie Fernanda da Silva Martins e Matheus Cleber Melo Garcia</i> |     |
|     | Dos ensaios para um atlas aos planos de pesquisa .....                                                                        | 141 |
|     | Experiências dos estudantes: entre desafios e descobertas .....                                                               | 144 |
|     | Considerações Finais .....                                                                                                    | 183 |
|     | Referências .....                                                                                                             | 184 |
|     | NOTAS FINAIS .....                                                                                                            | 186 |
|     | AGRADECIMENTOS .....                                                                                                          | 188 |
|     | SOBRE OS AUTORES .....                                                                                                        | 190 |

# PREFÁCIO

*Luciana Bongiovanni Martins Schenk*

Paisagem é a relação que se estabelece entre Natureza e Humanidade<sup>1</sup>. Ao longo de milhares de anos, cidades são fruto do engenho humano e alteram os lugares e sua Natureza original ao serem construídas.

A compreensão de que a Natureza não é algo distinto da Cidade, mas antes formam uma totalidade, esteve presente desde os primórdios da chamada Arquitetura da Paisagem, do inglês *Landscape Architecture*. O primeiro curso de graduação foi inaugurado por Harvard, nos Estados Unidos, em 1901<sup>2</sup>, tendo desde já como fundamento a compreensão sistêmica das paisagens; em outras palavras: planejar e projetar paisagens tendo como princípio a qualidade de relação que se estabelece entre os sistemas naturais e seus fluxos, e os processos humanos de ocupação e desenvolvimento.

Ao longo do século XX, o campo disciplinar foi acumulando ideias, metodologias, estratégias de abordagem, planos e projetos para com

---

1 BERQUE, Augustin. A ecúmena: medida terrestre do Homem, medida humana da Terra. In SERRÃO, Adriana V. (Org.). *Filosofia da paisagem: uma antologia*. Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa, 2011.

BERQUE, Augustin. *O pensamento-paisagem*. São Paulo: Edusp, 2023.

ROGER, Alain. (1997). *Breve tratado del paisaje*. Madrid: Editorial Biblioteca Nueva, 2014.

2 WALKER, Peter; SIMO, Melanie. *Invisible gardens: the search for modernism in the American landscape*. Cambridge, Mass.: MIT Press, 1994.

preender, planejar e projetar os espaços livres, especialmente os verdejados, não apenas das cidades, mas de regiões inteiras<sup>3</sup>. O motor da formação era justamente este: conseguir estabelecer processos de ocupação e desenvolvimento que tivessem atenção para com a fisionomia e caráter das paisagens originais, que não fossem predatórios e que buscassem estabelecer um diálogo entre o artifício das coisas construídas pela cultura e a geografia física, buscando constituir paisagens saudáveis, reconfortantes e memoráveis.

Muitas vezes, os processos de planejamento se iniciam pela unidade de paisagem que é a bacia hidrográfica. Esse recurso põe em evidência o protagonismo das águas, junto ao relevo e à vegetação, na compreensão e desenvolvimento do plano e projeto de paisagem. Há, portanto, uma dimensão técnica e uma dimensão sociocultural, necessariamente associadas, conspirando para que a sociedade e seu desenvolvimento sigam buscando congruência entre desenvolvimento e meio ambiente, construindo paisagens que se tornem referenciais para sua população: todo processo de planejamento e projeto é também uma oportunidade de promover o conhecimento, os lugares e suas paisagem que potencialmente educam e nutrem<sup>4</sup>.

Qual significado um livro sobre Macapá, capital do estado do Amapá, no extremo norte do território nacional, pode ter para o campo disciplinar da Arquitetura da Paisagem e para o campo profissional de atuação do Arquiteto Urbanista no Brasil do século XXI?

De pronto, salta à vista estarmos falando sobre esse Brasil deslocado em relação aos olhares mais visitados pelas análises e propostas da academia ou das políticas públicas, dos grandes centros e seus orçamentos, dos pontos de vista consolidados e dominantes.

---

3 SPIRN, Anne Whiston. *O Jardim de granito: A natureza no desenho da cidade*. Tradução: Paulo Renato Mesquita Pellegrino. São Paulo: Edusp, 1995.

4 COSGROVE, Denis. A geografia está em toda parte: cultura e simbolismo nas paisagens humanas. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny. *Paisagem, tempo e cultura*. Rio de Janeiro: EDURJ, 2004.

COLLOT, Michel. *Poética e filosofia da paisagem*. Rio de Janeiro: Editora Oficina Raquel, 2013.

Justamente nesse deslocamento, reside o centro da argumentação que frutifica a proposta, esse olhar outro que nos convida a perceber e conhecer uma particular realidade, um pouco de sua história, processos de ocupação, espaços livres e espaços de conflito.

Uma narrativa costura toda a publicação e nos conduz à percepção de que está em curso um movimento de investigação e descoberta, de dúvidas e construção de interpretações possíveis e um testemunho de que o que a realidade apresenta, fenômeno denso e complexo, recusa-se a apenas reproduzir modelos de outrem: não sem ironia, o que foi utilizado como mera cópia de outros lugares submerge nessas águas que inundam periodicamente esse mundo.

Os capítulos a seguir, frutos de pesquisas que reúnem qualidades pedagógicas e extensionistas, Universidade e Sociedade, compartilham essa inquietação que assombra àqueles que já têm clareza de que a vaga dos modelos copiados não cabe em todas as fisionomias, em especial nesse país continental. O processo de generalização que pauta a ciência é, por um lado, profícuo para desenvolver certos aspectos técnicos e tecnológicos, mas, no que diz respeito às cidades, regiões e suas paisagens, tem se mostrado, antes de ser solução, gerador de novos problemas. De fato, as particularidades são traços que estimulam metodologias ligadas à Paisagem: como fazer a pesquisa interessa, a realidade, expressa por paisagens, resiste a generalizações que não sejam mediadas e recortadas.

A Paisagem se apresenta como uma compressão temporal que tem uma complexidade que lhe é constitutiva: sua imagem, concreta ou inventada, ou lugar que se experiencia com o corpo, concretamente, ou lugar ao qual se é levado pela memória, por uma narrativa em texto, ou poesia, ou ainda por uma representação de caráter pictórico, fotográfico ou sonoro. Todas essas possibilidades, objetivas e subjetivas, parecem acumular pedaços de diferentes épocas que para ali convergem e expressam, imprimindo algo à alma. Essa impressão, esse algo, também interessa: significados claros, como um alagamento, o lixão de uma cidade, uma rua arborizada e seu casario avarandado, ou significados difusos, como um percurso e sua paisagem que nos fazem lembrar um período da vida, ou pessoa. Em resumo, a paisagem é um poderoso meio e investigá-lo é acessar a realidade em diferentes camadas.

Um rio e seus pulsos de alagamentos, fato que acontece em determinados períodos, a ocupação humana e as alterações para conviver com esses pulsos, o crescimento populacional e o impacto disso em um sistema urbano, a experiência de que a quantidade (de pessoas) causa uma significativa mudança na qualidade (do ambiente físico e da paisagem). As coisas que nos cercam exigem novas abordagens metodológicas, não podem ser tomadas apenas em seu perfil concreto e objetivo, pois guardam significados e desdobram-se dialogando com repertórios, princípios, valores, história, cultura, pessoal e de grupo.

Há tempos, autores engajados no desenvolvimento conceitual do campo disciplinar da Arquitetura da Paisagem não utilizam mais a palavra diagnóstico, egressa do campo da medicina, em estreito diálogo com o Urbanismo sanitaria de finais do século XIX e início do XX. O advento da linguagem como questão que cumula de significados a existência, engendrada pela Filosofia em meados do século XX, parece ser uma chave adequada para compreender as complexidades que o mundo guarda. Sob a égide da leitura, as formulações metodológicas contemporâneas desenvolvem suas estratégias com o desafio de representá-las, buscando construir inteligibilidade e capturar subjetividades.

A leitura de lugares distingue diferentes portas<sup>5</sup>, ou camadas de compreensão. Essa estratégia metodológica nos auxilia a mirar a complexidade dos territórios a partir de diferentes pontos, contemplando distintos aportes. No caso da Paisagem, em especial, aportes da ecologia, biologia e meio ambiente para os que contemplam a sociedade, que expressa e imprime seu desenvolvimento às suas paisagens.

Tomar Macapá como objeto de pesquisa e estudo significa recuperar um percurso, material e imaterial. Significa reconstruir historicamente escolhas e omissões, procurando compreender, através da cultura, história e memória, como o presente tomou essa forma que se apresenta.

---

5 BESSE, Jean-Marc. *O gosto do mundo: exercícios de paisagem*. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2014.

Se o desafio primeiro é representar toda essa complexidade que se apresenta em diferentes camadas<sup>6</sup>, inventariando e buscando lógicas para organizar o que se revela, o desafio que se segue é planejar e projetar, distinguir como aquela realidade, que se materializa espaço temporalmente em uma paisagem desigual, insalubre e vulnerável, pode ser alterada, tendo como princípios fundamentais a vida e a qualidade de vida, do chamado bem viver, para todos os cidadãos.

Este livro-documento trata desse primeiro desafio de como desenvolver pesquisas na contemporaneidade brasileira, na cidade de Macapá, no Norte do Brasil, nesta América do Sul de histórias tão próximas, em diálogo com as pessoas que ali habitam e com campos disciplinares que passam por mudanças de estratégias. As pesquisas dessas autoras, que engendram táticas para acumular camadas e interpretá-las, produzem conhecimento capaz de gerar planos e projetos em contato direto com o real<sup>7</sup>, ou seja, pautas para políticas públicas que não se descolem dessa realidade.

A seguir, tomando o fenômeno como ponto de partida, sem descuidar do diálogo com a teoria mais contemporânea, assistirão a ações de pesquisa que não se pretendem finalizadas, mas que apontam caminhos, outros caminhos, não mais deslocados, mas no centro do mundo.

---

6 DIDI-HUBERMAN, Georges. *O que vemos, o que nos olha*. São Paulo: Editora 34, 2010.

7 DARDEL, Eric. *O homem e a terra: natureza da realidade geográfica*. São Paulo: Perspectiva, 2011.



## APRESENTAÇÃO

Quantas palavras são necessárias para descrever uma cidade? Entre cidade e natureza: edifícios, ruas, tecido, parcelamento, lote, terra, floresta, rio, quintal, brejo também. Desenhos, indicadores, parâmetros, códigos, regulações. Tempo. Movimentos de terra, de gente, de desejos. Fluxos, velocidades, transformações e permanências. Encontros, bordas, margens, coexistências, diversidade, complexidade. Chuva, ventos, inundação. Vida e morte. Cheios e vazios. Caminhos e descaminhos. Categorias, tipologias, taxonomias impossíveis de completar. Água que vira terra, que vira lei, lago que vira praça e que se tenta esquecer. Memórias que os movimentos de água, de terra, não deixam apagar. Os espaços que se multiplicam, mas também desaparecem. Como compreender, revelar, descrever, representar territórios com camadas cumulativas de processos que continuam em movimento?

Da literatura disponível, podemos entender que há um “discurso das cidades”, mas quem fala a língua destas cidades? Como compreender, traduzir, aprender, conversar? Como ensinar? Da linguagem popular, dizem que “para bom entendedor meia palavra basta”, mas nos reconhecemos antecipadamente como “não entendedores”, aprendizes em busca de caminhos possíveis. O desejo implícito neste livro é o do encontro com uma busca que sabemos que nunca se encerra.

Pensar a cidade em contexto amazônico não é tarefa simples, mas pode ser instigante. Os processos de urbanização tardia (se comparados a outras cidades do país) encontraram sítios entrecortados por rios, igarapés, lagos e áreas úmidas, mas também modos de conviver (e sobreviver) extremamente relacionados às condições biofísicas destes territórios. Embora existam muitos desafios colocados para conciliação entre as demandas urbanas e ambientais, não é possível pensar essas realidades a partir destas dualidades. Neste livro, propomo-nos a refletir sobre aquilo que está entre, na convergência entre a materialidade do

suporte da vida e os processos de urbanização, os modos de conviver e de morar, entre cidade e natureza.

Parte da singularidade desse contexto se explica porque a região amazônica, diferente de outras regiões do país, foi (e ainda é) tratada desde a colonização do Brasil como um espaço de reserva para exploração futura<sup>8</sup>. Essa condição contribuiu para que, até a segunda metade do século XX, ainda predominassem pequenos assentamentos e lógicas “ribeirinhas” de convivência entrelaçada ao meio. Foi apenas com a geopolítica dos governos militares que se enraizou, na região e nas crescentes cidades amazônicas, uma lógica modernizante com a sucessiva busca de um “progresso” pautado, muitas vezes, em práticas de transformação, homogeneização e negação das condições pré-existentes<sup>9</sup>.

Os processos de urbanização esbarram, neste cenário, não apenas nas estratégias geopolíticas e no confronto de diferentes modos de conviver em diferentes momentos históricos, como também com condições biofísicas específicas colocadas por biomas bastante impositivos, como a grande proporção de alagados e áreas úmidas que entrecortam as cidades e, até hoje, são um desafio para aquelas em contexto amazônico.

Este livro apresenta uma convergência de olhares e experiências sobre a cidade de Macapá, capital do estado do Amapá, no extremo norte do Brasil. A cidade está localizada à foz do Rio Amazonas e apresenta uma rica configuração hídrica, que sofre a influência de suas cheias e vazantes no meio urbano. A essa condição, somam-se também os diferentes momentos em que a cidade foi laboratório de experimentação urbanística e objeto de uma série de planos e projetos que, embora não tenham sido plenamente atendidos, deixaram vestígios e conformam, junto a outras dinâmicas, o tecido urbano e os modos de viver que compõem a cidade de Macapá.

---

8 BECKER, Bertha. *A urbe amazônida*. Rio de Janeiro: Garamond, 2013.

9 CARDOSO, A. C. D. *Que contribuições virão da Amazônia brasileira para o urbanismo do século XXI*. Thésis. Rio de Janeiro, v. 6, n. 11, p. 36-53, dez. 2021.

Este livro pretende estabelecer uma conversa entre duas pesquisas distintas que, realizadas entre os anos de 2016 e 2021, procuram olhar para as relações entre cidade e natureza em contexto amazônico, mas, mais do que isso, o livro busca construir um diálogo entre duas pesquisadoras de diferentes origens, bagagens e experiências que, ao chegarem para lecionar na Universidade Federal do Amapá, depararam-se com a idiossincrasia de uma paisagem que ainda não conseguiam explicar. Nesta conversa, são convocados, além de referências teóricas e metodológicas, outros pesquisadores e suas ferramentas para olhar para esta realidade, mas a conversa se dá, sobretudo, com a cidade de Macapá, com seus viventes, com os alunos, com os colegas que compartilham desta busca. A apreensão e o aprendizado sobre esta realidade constroem-se “enquanto se faz” e estabelecem-se enquanto se tecem as tramas de experiências e saberes em sala de aula, na pesquisa e na extensão.

Em 2024, logo após a publicação da primeira edição deste livro, houve a oportunidade de lançamento de uma segunda edição, inclusive em versão impressa, pelo selo da Editora do Senado Federal. Achamos que seria oportuno, portanto, revisar os três capítulos iniciais sem alterações substanciais, apenas pequenos ajustes, e inserir um quarto capítulo, com desdobramentos mais atualizados de parte da pesquisa que deu origem ao livro.

O livro é organizado em quatro capítulos, sendo o primeiro uma reflexão sobre a necessidade de transitar entre as escalas, desde a região Amazônica até chegar à Região Metropolitana e à cidade de Macapá, para então apresentar as duas pesquisas e os desdobramentos correspondentes a cada uma das abordagens teórico-conceituais mencionadas.

No primeiro capítulo, partindo do desafio de levar a reflexão sobre o encontro entre cidade e natureza para o contexto amazônico, Thales Miranda e Luna Bibas ponderam que o (re)conhecimento dessa realidade passa pela necessidade de repensar conceitos, valores e métodos, pois as categorias que encontramos na literatura hegemônica nem sempre se encaixam nos padrões do urbano amazônico. Nesse sentido, ressaltam como pode ser importante compreender, questionar e reivindicar estratégias que comportem de fato tais realidades.

Em “Atravessando escalas: desafios de apreensão e representação da cidade em contexto amazônico”, Miranda e Bibas enfatizam uma característica importante das análises dentro do campo da arquitetura, do urbanismo e do paisagismo: a importância de transitar entre as escalas. Desde a macroescala da região, é possível compreender os padrões de um urbano extensivo amazônico, ressignificando a percepção deste “vazio” como uma grande urbano-diversidade, onde moram 38 milhões de pessoas. Transitando pela escala da Região Metropolitana de Macapá e suas constelações de cidades e vilas interligadas a uma densa rede hídrica, até chegar na escala da cidade de Macapá, onde as tecnologias de sensoriamento remoto e geoprocessamento nos permitem, a partir de uma “vista de cima”, vislumbrar o que chamaram de “malha aquática” e revelar em camadas que os modos de urbanização adotados têm sido também um modo de homogeneizar este território. A microescala é aquela que comporta a vista na altura do olho humano, dos espaços de encontro e de fruição da vida urbana que, como sugerem, deveria ser o sentido primeiro de qualquer cidade.

As ferramentas de apreensão e representação do território, cartografias e fotografias apresentadas no capítulo 1, auxiliam-nos a compreender a continuidade e a espessura dessa paisagem onde cidade e natureza são indissociáveis. Para superar a lacuna de dados e representações atualizados que as pesquisadoras se depararam ao chegar em Macapá, entre os anos de 2019 e 2021, foram realizados encontros entre os pesquisadores (autores deste livro) para a elaboração de uma ampla cartografia original sobre esta cidade. As informações e bases elaboradas coletivamente e apresentadas no primeiro capítulo deram base também para as análises realizadas em Pontes (2021) e Matsunaga (2021).

O segundo capítulo do livro parte tanto da pesquisa de doutorado da professora Louise Pontes, como do encontro do seu processo de realização com a docência, na pesquisa e no ensino nas disciplinas de paisagismo na Universidade Federal do Amapá. Situada no campo da paisagem, a pesquisa de Pontes (2021) busca compreender a diversidade dos espaços abertos na história da cidade de Macapá e a importância do entrelaçamento entre as dimensões biofísicas e culturais na constituição deles. A partir dessa análise, procura encontrar possibilidades

e espaços em potencial, tendo como base o projeto como produção de conhecimento.

A pesquisa de doutorado de Pontes (2021), intitulada “Espaço (em) aberto: brechas à reinvenção do projeto e da paisagem, um estudo sobre a cidade de Macapá”, debruça-se sobre a condição de incompletude dos tecidos urbanos contemporâneos e encontra, na materialidade da cidade de Macapá, tanto uma abundância de espaço disponível (a partir do qual constrói o conceito de “excedente espacial”) quanto uma abundância de conhecimentos e criatividade humana articulados a esses espaços, que se refletem na apropriação dos espaços abertos (a partir do qual constrói o conceito de “excedente cognitivo”). A autora identifica nessa combinação de condições (respaldada pela análise teórico-metodológica dos campos do urbanismo e do paisagismo) caminhos para a reflexão das práticas projetuais voltadas para essa realidade específica. Nessa pesquisa, a análise dos espaços abertos e, também, das relações entre cidade e natureza na cidade de Macapá dá-se através de duas chaves de entrada teórico-metodológicas: o urbanismo e o paisagismo. Dentro destes campos, a metodologia de projeto como produção de conhecimento (*research by design*) é utilizada para fazer uma análise comparativa diacrônica que busca encontrar na sobreposição de três momentos históricos novos elementos para a compreensão dos processos de urbanização, com ênfase nos espaços abertos. A pesquisa reuniu uma série de informações coletadas tanto em bases oficiais quanto em incursão em campo e, a partir disso, foram elaboradas novas cartografias da cidade contemporânea, as quais permitiram que se vislumbrasse uma composição de uma possível matriz de potenciais para uma trama de espaços abertos na cidade de Macapá.

No segundo capítulo, intitulado “Pontos, linhas (interseções) e tramas: uma experiência de ensino e imersão no desenho da paisagem na cidade de Macapá”, a autora busca trazer as reflexões construídas na pesquisa para o dia a dia da sala de aula na graduação e traduzir conceitos mais complexos em conceitos simples de desenho, como o ponto ou a linha, mas também busca se respaldar em uma “pedagogia engajada” para pensar o ensino em paisagismo em contexto amazônico. Nos resultados desse processo, é possível verificar que há uma troca de mão

dupla que se dá em sala de aula entre alunos e a professora, onde os conhecimentos são construídos de forma compartilhada e a compreensão da paisagem da cidade acontece coletivamente. Entendendo que “cada desenhista é um universo”, a autora busca construir conhecimento sobre a paisagem e suas tramas de sociabilidade e biodiversidade, ao passo que se tecem relações entre cada indivíduo e seu próprio território, mas também se constrói uma comunidade engajada dentro da sala de aula.

O terceiro capítulo do livro parte tanto da pesquisa de doutorado da professora Melissa Matsunaga como do encontro do seu processo de realização com a docência, o ensino e a extensão na Universidade Federal do Amapá, no campo do urbanismo. A tese compreende uma interpretação do processo de urbanização de Macapá a partir de práticas e discursos desde o período do Território Federal do Amapá (1943) até os anos 2020, com ênfase na moradia e nas políticas públicas empreendidas na capital amapaense (Matsunaga, 2021).

A pesquisa de doutorado elaborada por Matsunaga (2021), intitulada “Quando a água vira cidade: urbanização e moradia em Macapá, AP”, busca construir uma compreensão sobre o processo de urbanização de Macapá através de discursos e práticas relacionadas à moradia no seu contexto urbano. Para isso, estuda tanto a produção acadêmico-científica sobre o tema quanto às políticas públicas implementadas (ou não) ao longo do tempo na capital amapaense. O método adotado pela autora atravessa e articula diferentes escalas, desde uma compreensão mais macro, sobre os processos de representação social relativos à Região Amazônica, até a pesquisa de campo, a partir de “participação-observante”, nos termos de Santos<sup>10</sup>. A autora elabora o entendimento de que a construção social da regularidade e irregularidade urbanas – que são faces do mesmo processo – se dá a partir de dois atos: o primeiro refere-se ao processo de aterramento, entendido como a movimentação de terra que torna cursos d’água e áreas alagáveis e úmidas em

---

10 SANTOS, Carlos Nelson Ferreira dos. Como e quando pode um arquiteto virar antropólogo? In: VELHO, Gilberto (org.). Rio de Janeiro: Campus, 1980, p. 37-57.

terra “firme”, sendo denominado na tese como Ato de Aterramento, e o segundo, correspondente à substituição da madeira por materiais construtivos industrializados empregados nas edificações de modo geral, é denominado Ato de Troca. Devido à constatação da predominância de áreas de ressaca, denominação local para áreas úmidas, e do quanto sua permanência/existência no meio urbano sempre foi considerada um empecilho ao processo de crescimento e desenvolvimento urbano presentes nas ações empreendidas desde a constituição do Território Federal do Amapá, a autora propõe a definição de sub-bacias urbanas de drenagem como unidades de planejamento urbano. Assim, apresenta o estudo de caso da sub-bacia do Beírol, onde analisa a transformação das áreas úmidas e as influências dos discursos e práticas analisados na determinação da (ir)regularidade urbana, que, na ausência de normativa legal que as determine descritivamente, têm na premissa ambiental a chancela de sua legitimação.

No terceiro capítulo, intitulado “Práticas de morar: registros no meio do mundo”, a autora apresenta uma imersão entre as casas e as águas na cidade de Macapá, partindo desde as condições de precariedade de uma “casa em área de ressaca” e os sonhos de uma “casa com quintal”, passando pela “casa em área de terra firme”, onde identifica as relações entre o aterramento e a produção de áreas formais como estratégias para escapar ao conflito legal com as águas e as leis ambientais, até chegar a “uma casa na beira do rio” e a suas lógicas ribeirinhas que, hoje, são associadas ao que entendemos como uma arquitetura integrada à natureza. Os registros fotográficos e relatos imagéticos deixam evidente a disparidade entre o contexto ribeirinho, suas qualidades para um bem viver e as condições da moradia de baixa renda em contexto urbano, sem acesso aos equipamentos ou à infraestrutura (abastecimento de água, esgotamento sanitário, pavimentação, *etc.*), convidando o leitor a questionar se há nos discursos sobre moradia existentes na região (como a defesa da prática de morar sobre as águas como remanescente cultural) um ocultamento de conflitos sociais mais amplos.

Neste capítulo, a professora não apenas constrói uma reflexão importante sobre um contexto de exclusão, como também busca atuar junto à comunidade, quando apresenta os resultados de duas propostas

no âmbito da extensão no curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Amapá. O primeiro para enfrentar o complexo desafio do acesso ao abastecimento de água (em contexto pandêmico) em área de ressaca e o segundo como proposta de adaptação para uma edificação em “terra firme”, no Centro de Atividades Sociais da Periferia (Casp), ambos no bairro do Congós, na Zona Sul da cidade de Macapá. Tais experiências também se articulam à busca de uma produção de conhecimento e a uma universidade engajada ao seu próprio território.

Por fim, o quarto capítulo refere-se a um novo conteúdo em relação à primeira edição deste livro. Uma vez que as atividades de pesquisa não se extinguem com a publicação de um texto, as organizadoras entenderam que, para esta segunda edição, fazia sentido inserir os aprofundamentos resultantes das atividades do grupo de pesquisa mencionadas no segundo capítulo.

Assim, a professora Louise Pontes e seus ex-orientandos de iniciação científica, Ana Carolina Vasconcelos, Ivie Martins e Matheus Garcia, apresentam o resultado de suas pesquisas realizadas durante os anos de 2020 e 2022 sobre a cidade de Macapá, articulando a produção cartográfica a depoimentos pessoais e demonstrando a amplitude de representações possíveis sobre sua paisagem urbana, em um procedimento afetivo e coletivo.

O capítulo intitulado “Entre relatos e registros de uma paisagem em movimento: ensaios para a confecção de um atlas dos espaços abertos de Macapá” traz a produção cartográfica – com informações sobre a evolução urbana, as condições biofísicas do território, os espaços abertos e sua relação com as águas – realizada por meio de imagens de satélite e ferramentas de georreferenciamento. A representação avança para dimensões mais reflexivas que propõem novos mapeamentos sobre a distribuição territorial dos espaços abertos relacionados ao lazer e, principalmente, uma nova leitura acerca da trama de relações possíveis que conectam pontos e linhas e configuram uma constelação formada pelos espaços abertos.

Os conteúdos apresentados neste livro alimentam-se de insumos das atividades acadêmicas de ensino, pesquisa e extensão, avançando em propostas metodológicas que foram aplicadas nas disciplinas do

curso de graduação em arquitetura e urbanismo, retroalimentando e aprofundando a discussão e consolidação das respectivas abordagens. Este livro faz um convite a (re)pensarmos os modos de ensinar e produzir conhecimento sobre e com uma Macapá entre cidade e natureza.

*As organizadoras  
Inverno amazônico de 2025*



Imagem aérea do Bioparque e condomínio fechado na Rodovia  
Josmar Chaves Pinto.

Fonte: Acervo da pesquisa, fotografia de Breno Melo, 2022.

# 1

## ATRAVESSANDO ESCALAS: DESAFIOS DE APREENSÃO E REPRESENTAÇÃO DA CIDADE EM CONTEXTO AMAZÔNICO<sup>1</sup>

*Thales Barroso Miranda*

*Luna Barros Bibas*

Qualquer debate sobre a Amazônia deve compreender as políticas impostas do seu território, o seu lugar na colonização e na corrida imperialista para o controle dos recursos naturais que serviram de base para a transformação capitalista europeia. A história da Amazônia é o encontro de muitos povos, culturas, formas de vidas e diversidade socioespacial que constituíram um espaço rico em biodiversidade e soluções endógenas adequadas à sua realidade. No entanto, a região foi por muito tempo vista a partir do que se podia explorar dela, uma grande massa verde e um lugar do vazio urbano, erroneamente imposto pela Ditadura Civil Militar no Brasil como “terra sem gente para gente sem terra”.

O próprio imaginário de Amazônia constituído no país a conhece parcialmente, pois compreende majoritariamente discursos desenvolvimen-

---

1 A discussão apresentada se realiza a partir do Projeto de Pesquisa da Prof.a Dra. Louise Pontes, intitulada “CARTOGRAFIAS EMERGENTES: espaços livres e experiências colaborativas na cidade da Amazônia”.

tistas, de mercantilização da natureza, preservacionista e socioambiental (Quintslr; Bohrer; Irving, 2011), ao qual abrange a proteção da extensa área verde e alguns povos originários, contudo não amplia a discussão para a complexidade do urbano na Amazônia (Cardoso *et al*, 2018). Neste sentido, cabe comentar que o conceito de cidade pela literatura clássica do urbanismo está intimamente relacionado à aglomeração urbana (Panerai, 2006) e à extensão de assentamentos humanos próximos entre si e conectados por alguma infraestrutura (Mascaró, 2004). Cidade é sinônimo de espaço cheio e denso, principalmente por conta das revoluções industriais que forçaram o êxodo rural nos países centrais (Hall, 1995).

Ao utilizar imagens de satélite do sensor VIIRS, que capta imagens noturnas do planeta, observa-se pontos luminosos que representam as luzes das cidades. A exemplificação é um recorte para a Amazônia Legal, no qual as cinco maiores capitais da região se destacam no grande “vazio” produzido (ver figura 01). Ao aproximar-se para o estado do Amapá, a capital do estado, Macapá, destaca-se como um grande feixe de luz e as cidades menores são apenas pontos no meio do “vazio” (ver figura 02).



Figura 01: Luzes noturnas na Amazônia.

Fonte: Sensor VIIRS (2012) | Elaborado pelos autores.

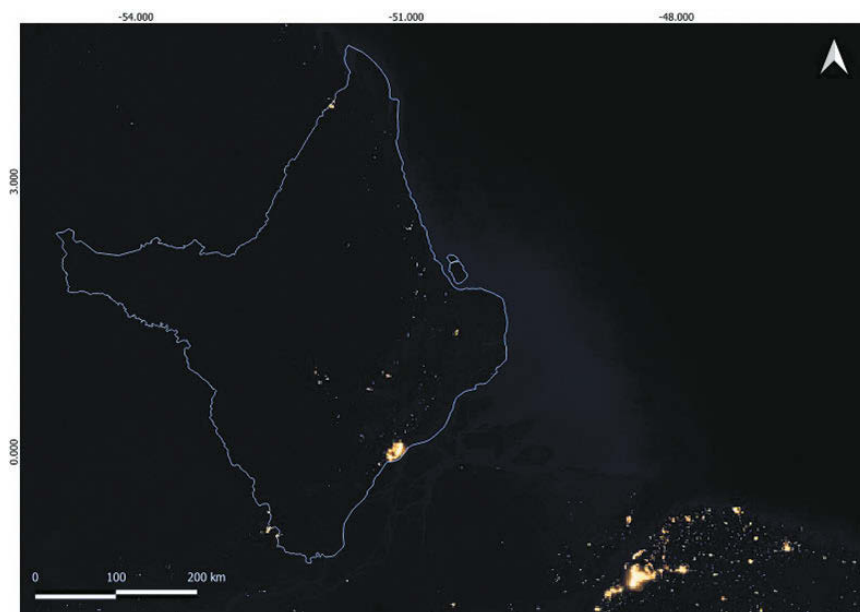


Figura 02: Luzes noturnas no estado do Amapá.

Fonte: Sensor VIIRS (2012) | Elaborado pelos autores.

Denso e cheio são critérios utilizados pelo IBGE para representar/identificar áreas urbanas por meio de mapas no território nacional. No caso da Amazônia, o “urbano amazônico” coincide com as capitais dos estados, historicamente povoados por ciclos de êxodos rurais decorrentes de ciclos econômicos na Amazônia (Corrêa, 1989) (ver figura 03). Neste sentido, tanto as imagens noturnas dos satélites quanto os mapas do IBGE demonstram a hegemonia da concepção de cidade da literatura clássica do urbanismo no meio científico e institucional. Contudo, para a Amazônia essa é apenas uma parte da história.

Cardoso (2006) explica que, na Amazônia, há tipologias espaciais que vão além da classificação do IBGE devido à formação peculiar e aos diversos ciclos econômicos e políticas públicas de fomento à ocupação de áreas ocupadas por povos originários. Portanto, a espacialidade amazônica pode ser definida por algumas tipologias: cidade sede, vila ribeirinha, agrovila, projetos de assentamentos rurais, reservas, fazendas (com inúmeras comunidades) e terra com grilagem (ocupação irregular).

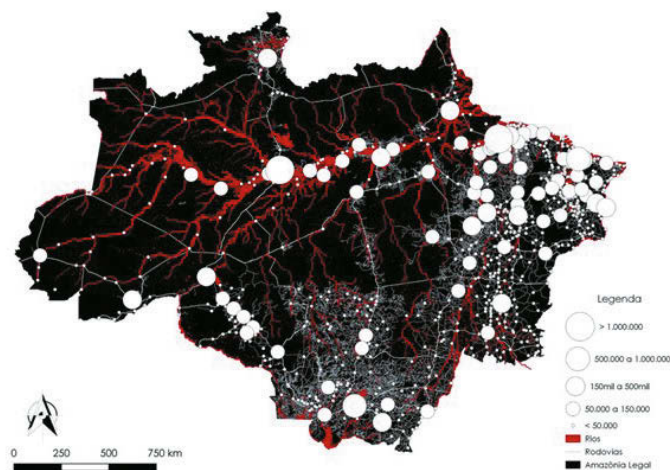


Figura 03: População na Amazônia Legal. Fonte: IBGE (2022).

Fonte: Elaborado pelos autores.

Estudos mais recentes (Cardoso *et al*, 2020) apresentam a narrativa histórica da formação das duas grandes metrópoles da região, Belém e Manaus; contudo, é o padrão de dispersão das cidades médias, vilas e localidades que é preponderante. O padrão de dispersão associado às tipologias amazônicas ultrapassa o conceito de centro e periferia, ou cidade e interior. Deste modo, há um mister de “cidades” na Amazônia que são conectadas entre si e mantêm uma relação econômica e cultural intrínseca. Por isso, há autores que defendem que o termo urbano ultrapassou as fronteiras socioespaciais, não somente entre cidade e campo, urbano e rural, centro e periferia, mas também entre escalas urbanas, regionais, nacionais e globais.

Brenner (2013) defende a ideia de uma urbanização planetária, pois as cidades estão conectadas por lugares/corredores de comunicação (aeroportos e linhas aéreas, estações e ferrovias, estacionamentos e estradas, teleportos), que influenciam o modo de vida e vão além dos núcleos tradicionais. A urbanização é, enquanto processo, estendida pelos territórios e molda um tecido cada vez mais mundial, embora desigual (Brenner; Schmid, 2014; Monte-Mor, 2004), uma concepção similar ao de globalização, que Milton Santos apresentou na década de 1980 ou até mesmo quan-

do Louis Wirth explica o urbanismo como modo de vida. Neste sentido, o urbano pouco tem articulação com concentração de pessoas e massas construídas, mas sim com as conexões existentes, como acontece com o mister de tipologia espaciais das quais moram mais de 38 milhões de pessoas (IBGE, 2021). Se a Amazônia é complexa, tem diferentes espacialidades e formas de vida tão singulares, como explicá-la do ponto de vista do planejamento urbano e regional? E qual a importância de entendermos o espaço urbano amazônico para buscarmos nossas próprias metodologias quando se trata da construção do espaço de forma mais adequada à região e à realidade econômica e socioespacial?

Como forma de tentar compreender essas questões, Macapá nos serve como estudo de caso dentro de uma rede de cidades amazônicas da qual faz parte. Considerada uma cidade média, sede da Região Metropolitana de Macapá e capital do estado do Amapá, é constituída por áreas de Cerrado e Floresta Amazônica, grandes áreas inundáveis, possui uma rede de tipologias espaciais interligadas entre si (vilas ribeirinhas, agroextrativistas, núcleo consolidados e comunidades quilombolas),



Figura 04: Igarapé da Fortaleza.

Fonte: Acervo dos Autores (2019).



Figura 05: APA e Quilombo do Curiaú.

Fonte: Acervo dos Autores (2019).

além de localizar-se na foz do Rio Amazonas, de modo que sua própria inserção dentro dessas condições já constitui sua complexidade.

De modo a compreender esse território tão diverso e complexo, a área do urbanismo necessita de muitas ferramentas e métodos de análises que atravessam os diferentes campos científicos. Assim, de modo a sistematizar e facilitar a compreensão dos desafios das cidades em contexto amazônico, destacam-se duas escalas de análise: a escala da regional e microescala, bem como seus enlaces. As duas escalas são complementares e coincidem com as políticas públicas voltadas ao território e com as discussões do urbanismo contemporâneo.

#### A VISTA DE CIMA: ESCALA DA REGIÃO

A escala da região no urbanismo tem influência da geografia que se estabeleceu como disciplina no final do século XIX e tinha como objetivo compreender a criação de espaços urbanos e o motivo de sua existência (Costa; Gimmler Netto, 2018). Neste período, a Geografia Física era o

ponto focal e analisava as formas da paisagem e sua cobertura vegetal. Posteriormente, houve várias ramificações que tinham métodos de análise diferentes, mas possuíam similaridades ao analisar os assentamentos urbanos, rurais, ocupação do solo e a paisagem a partir de grandes escalas, que ultrapassam as ruas, lotes, bairros e o perímetro urbano. É o que se chama de escala da região, bastante utilizada pelo IBGE para interpretar o território nacional, por exemplo.

Dentre as diversas ramificações geradas da Geografia, destaca-se o Planejamento da Paisagem, que é a combinação da análise espacial do campo da geografia por meio de uma relação intrínseca com estudos funcionais do campo da biologia – Ecologia da Paisagem (Metzger, 2001). Suas técnicas de análise espacial decompõem o território em camadas (sítio físico, ocupação e uso solo, formas urbanas) para compreender os processos naturais e como eles podem interferir nos assentamentos, criando assim, limites e estratégias de assimilação das características geomorfológicas e soluções para cada realidade de acordo com o sítio físico e com processos naturais existentes (Mcharg, 1969; Spirn, 1995).

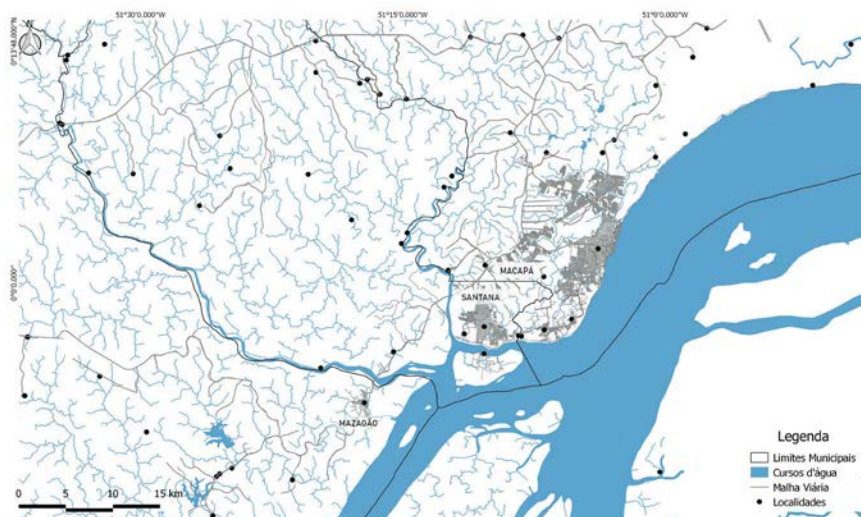


Figura 06: Padrão de dispersão das cidades médias, vilas e localidades ao redor de Macapá.

Fonte: Elaborado pelos autores.

Atualmente, os procedimentos metodológicos para extração das camadas baseiam-se em estudos do sensoriamento remoto e geoprocessamento, uma vez que é possível extrair dados das imagens de satélite (à distância) sobre a superfície terrestre e correlacioná-los com dados secundários ou pesquisa de campo. Em Macapá, a estratégia de decompor camadas apresenta-se como fundamental para a expansão urbana, controle e uso da ocupação do solo e ordenamento territorial por meio de parâmetros urbanísticos adequados à realidade do sítio físico.

A extração da rede de drenagem de Macapá, através das imagens de radar Shuttle Radar Topography Mission (SRTM), modeladas por meio do programa de modelagem hidrográfica TerraHidro (Rosim *et al*, 2013; Inpe, 2016), demonstra como os três municípios da região metropolitana e muitas vilas, agrovilas, projetos de assentamentos rurais e outras

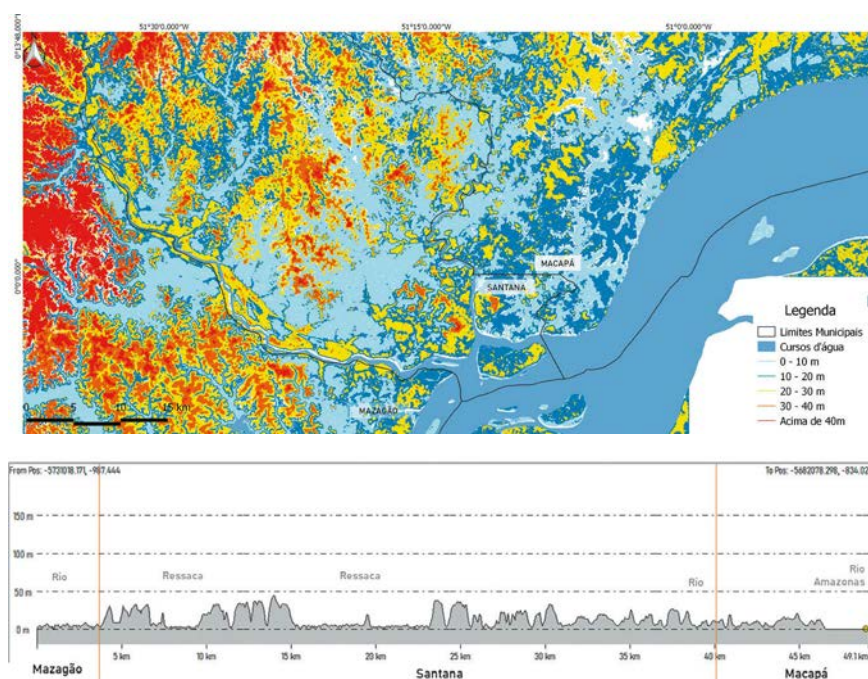


Figura 07: Altimetria da Região Metropolitana de Macapá com corte transversal.

Fonte: SRTM (2014); ANA (2010); IBGE (2020). Elaborado pelos autores.

comunidades têm relação intrínseca com os cursos d'água. O padrão de ocupação é o da dispersão territorial que se conecta pela malha viária, mas principalmente pela “malha aquática”, característico da Amazônia.

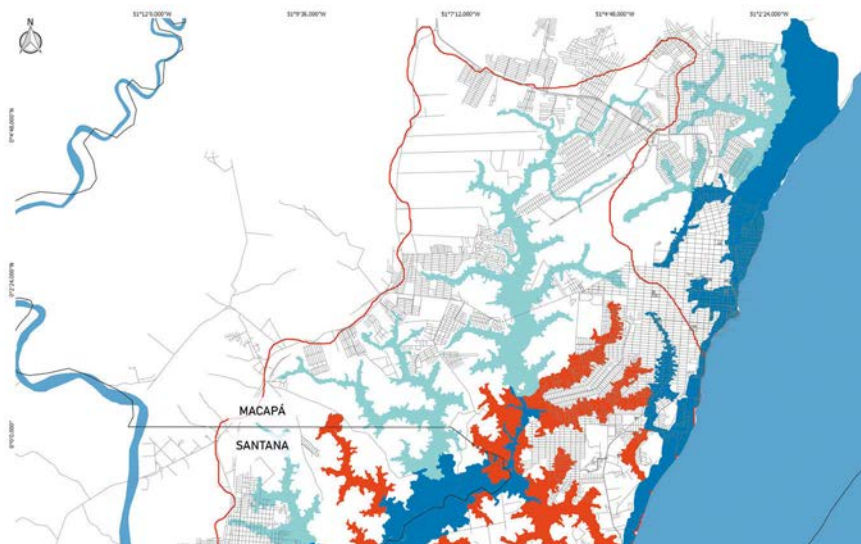


Figura 08: Áreas de influência pluvial e das marés em Macapá. FONTE: CPRM (2015); Iepa (2015).

Fonte: Elaborado pelos autores.

De modo similar, utilizaram-se os dados de elevação de imagens de radar (SRTM) para a extração das curvas de nível. Deste modo, observa-se que a maior parte do território de Macapá possui cota até 20 metros e os demais municípios da região metropolitana área urbana da RMM têm picos próximos a 50 metros. No entanto, a variação de altura é pouca, com média de 1 metro a cada 1 quilômetro, o que configura uma cidade plana.

A partir dos dados de hidrografia da Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais (CPRM) e do Instituto de Pesquisa Científicas e Tecnológicas do Estado do Amapá (Iepa), observam-se grandes manchas de inundação no interior da cidade. Fato relacionado à topografia mais baixa e plana, o que direciona o fluxo da água para o lado oposto ao Rio Amazonas, formando grandes áreas de ressacas. Estas, por sua vez, são áreas úmidas

que constituem sistemas físicos fluviais drenados por água doce e ligadas a um curso principal d'água, influenciadas pela pluviosidade.

Diferente das ressacas, as várzeas são terrenos baixos e planos e estão localizados próximo às margens dos rios. Por isso, são periodicamente inundáveis e têm influência direta das marés. Em quase todo Estado do Amapá, há predominância de ressacas e várzeas na constituição do território. Quando estas áreas naturais não são alteradas, elas formam grandes espaços livres com muita vegetação e presença de água. Contudo, há pressão para sua alteração e ocupação, tanto por meios formais quanto informais, alterando toda dinâmica hídrica das cidades.

A topografia associada a essa intensa hidrografia é uma planície sedimentar, subdividida em (a) planície de terra firme (geralmente arenosos e ligeiramente ondulados e inclinados em direção ao Rio Amazonas); (b) Planície de inundação (várzeas e igapós). As cotas mais altas da região estão entre 15 e 19 metros acima do nível do mar, as áreas de ressaca estão nas cotas mais baixas entre 1 e 5 metros acima do nível do mar. Observa-se a predominância de cotas altimétricas de até 16 metros, com áreas pontuais mais altas próximas às ressacas e na região norte de Macapá, onde está o aeroporto. Nessas áreas mais altas específicas, ocorrem a formação de falésias.

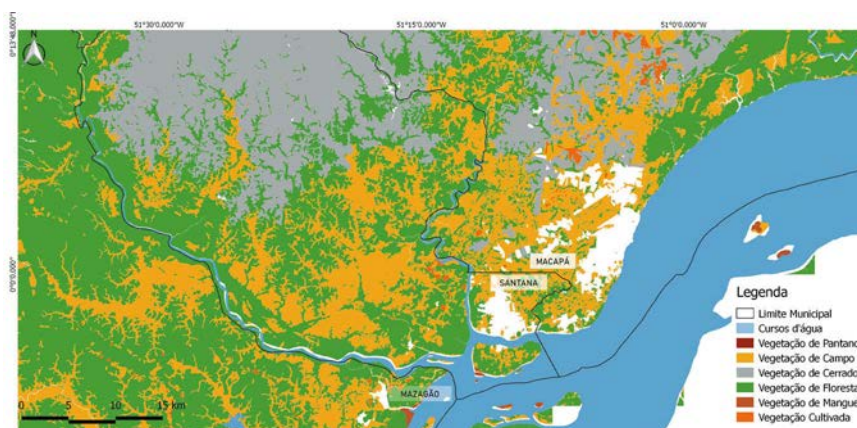


Figura 09: Tipos de vegetação na Região Metropolitana de Macapá.

Fonte: Iepa (2015). Elaborado pelos autores.

Dados de vegetação da RMM demonstram que o território é composto por quatro grandes formações florestais associadas ao bioma: vegetação de campo, localizada em boa parte da área urbana; vegetação de cerrado, localizada em áreas mais afastadas e na porção norte de Macapá; vegetação de florestas (de várzea e terra firme) como entrepostos entre o bioma cerrado e campo; e vegetação de mangue, na parte insular e porção continental tangenciada pelo rio Amazonas. Em todos os biomas, há grande biodiversidade e heterogeneidade de espécies, que vão desde a vegetação herbácea das áreas inundáveis até as áreas de grande densidade e espécies de grande porte. A identificação dos biomas é importante fator para induzir os tipos de intervenção espacial mais adequados, uma vez que técnicas de infraestrutura para o bioma cerrado não são equivalentes para o bioma de floresta. O espaço não é homogêneo; portanto, as diretrizes para o uso e ocupação e a expansão urbana devem considerar a diversidade.



Figura 10: Cobertura Vegetal de Macapá e Santana. Fonte: USGS (2019).

Fonte: Elaborado pelos autores.

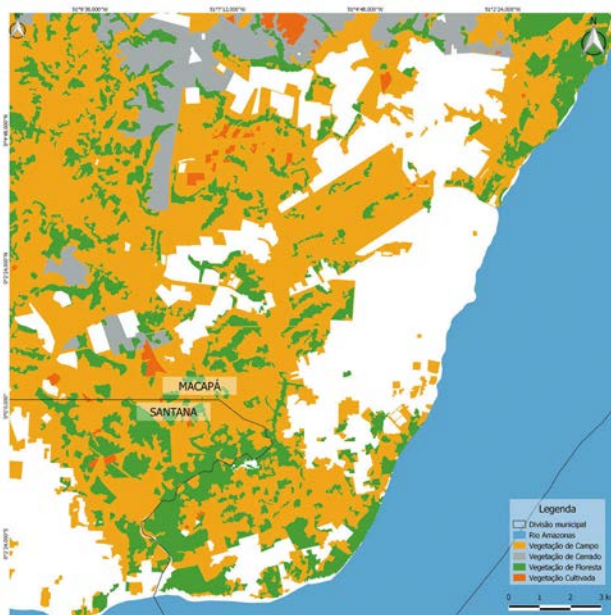


Figura 11: Tipos de vegetação em Macapá e Santana.

Fonte: Iepa (2015). Elaborado pelos autores.

A vegetação dos biomas forma uma extensa e densa cobertura vegetal por grande parte do território da RMM, que se expande continuamente. No entanto, ao aproximar para a escala da área urbana de Macapá, percebe-se que há grandes áreas descobertas na área central e, somente em áreas institucionais e alguns espaços públicos e lotes vazios, há vegetação de modo concentrado. O esvaziamento do verde ocorre para áreas de expansão mais novas, onde está, predominantemente, o bioma cerrado. Deste modo, o padrão da vegetação em Macapá é pontual na área central e vasto fora do limite urbano. É um banco de terras inalterado à espera da expansão urbana.

A análise de algumas camadas revela Macapá como um território plano e baixo; com grandes áreas inundáveis devido à dinâmica hídrica da Amazônia; vegetações singulares, mas que sofrem pressão contínua para o seu desaparecimento com o avanço da expansão urbana; sistema hídrico articulado aos assentamentos humanos mais distantes das sedes municipais, o que configura dispersão dos territórios da Região Metro-

politana. São estruturas territoriais diferentes das grandes metrópoles brasileiras do centro-sul.

Por outro lado, as análises das áreas mais centrais demonstram o avanço da expansão urbana baseado na supressão vegetal, aterramento de áreas inundáveis e movimentação de terra para a formação de grandes massas construídas, densas e que pouco tem relação com o seu *habitat*, algo ordinário na urbanização brasileira. Em um estado com o terceiro menor PIB do país, a urbanização baseada na homogeneização do espaço com ausência do Planejamento da Paisagem pode onerar os serviços de infraestrutura, aumentar o custo de vida, agravar problemas ambientais e sociais, ocasionar degradação ambiental irreversíveis e direcionar desproporcionalmente efeitos negativos da urbanização para a parcela mais pobre da região, como ocorre nos grandes centros urbanos do País.

O Planejamento da Paisagem possui diferentes estratégias de ocupação para biomas e relevos diferentes, foi pioneiro nas diretrizes de áreas inundáveis ao destinar áreas de preservação, cultivo e agricultura para áreas mais baixas e com vegetação menos densa, que evita inundações e gastos onerosos com drenagem urbana. No entanto, no contexto de Macapá e da maioria das cidades brasileiras – que são periferia do sistema capitalista –, o acesso à terra formal e urbanizada é para poucos. A discussão é ampla, atravessa as discussões espaciais e abrange as políticas habitacionais e de infraestrutura no âmbito nacional, além de se envolver no planejamento urbano de acesso à terra urbanizada e aos recursos naturais para os mais pobres através de projetos de edificação, lote e sistema viário, algo que sai da escala da região e está na escala das pessoas.



Imagem aérea do Bioparque. Fonte: Acervo da pesquisa, fotografia de Breno Melo, 2022.

#### A CIDADE E A NATUREZA AO NÍVEL DOS OLHOS: A ESCALA DAS PESSOAS

A complementar os desafios das cidades em contexto amazônico, a segunda escala de análise é a escala da dimensão humana ou escala das pessoas. Historicamente, a paisagem da Amazônia sempre foi manipulada por seus povos originários, os quais aumentaram sua massa verde em 60% a partir das culturas desenvolvidas para sua subsistência. Pesquisas recentes mostram que a floresta amazônica abrigou cerca de 8-12 milhões de pessoas pré-colonização (Heckenberger, 2005).

Os assentamentos ocupados pelos portugueses a partir da lógica dos rios era estratégico e comumente coincidiu com ocupações nativas. As estratégias de ocupação colonizadora subverteram o espaço para confundir a população originária, enquanto entendiam o território a partir de sua ótica. Não à toa, as políticas públicas encorajaram as relações entre colonizadores e população nativa a nível institucional. A ocupação difusa na Amazônia e pouco densificada corroborou com a ideia de que nin-

guém vivia aqui e que deveríamos abordar o espaço de forma puramente econômica, com o objetivo de alcançar o desenvolvimento. A partir de então, a região passa a ser alvo de constantes programas de colonização incentivados pelo próprio governo e marcados pela infraestrutura rodoviarista, que incluiu no território um novo modal e inseriu uma rede de cidades ligadas a partir de uma teia de estradas (ver figura 12).

É possível identificar uma mudança de paradigma influenciada por uma visão eurocêntrica e tecnicista/funcionalista proveniente do urbanismo modernista (Maricato, 2015; Del Rio, 1990), na qual a forma de ver a cidade e a mobilidade centrada em automóveis subverteram os valores da microescala, a exemplo da rua que, enquanto elemento primordial urbano, transformou-se em mero elemento de circulação (Gehl, 2013) e a natureza em elemento secundário, colateral à vida urbana ou contemplação (Herzog, 2013), ignorando as relações que eram tecidas aqui há 10 mil anos e que foram definitivamente transformadas através da colonização e dos ciclos econômicos que se estabeleceram na região posteriormente.

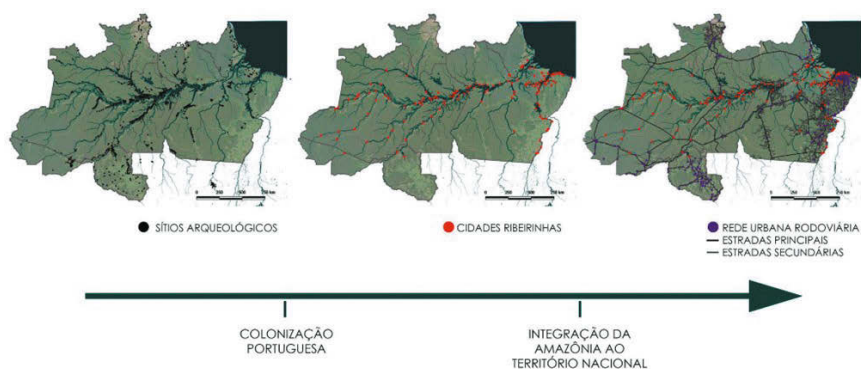


Figura 12: Linha do Tempo da Evolução da Ocupação na Região Amazônica.

Fonte: Elaborado pela autora. In: *O espaço tradicional em contexto periférico: inadequações e tensões entre visões de mundo, o caso e Afuá* (BIBAS, 2018).

O conhecimento e as relações intrínsecas com a natureza, inclusive as relações espaciais, resistiram ao passar do tempo, embora tenham se tornado práticas, ora vistas como periféricas, ora pelo viés do exótico

e apropriadas pelo turismo externo e interno da própria classe média e alta (local) dentro do ambiente amazônico. Recuperar a discussão a partir da escala das pessoas possibilita enxergar o mister de tipologias espaciais amazônicas abordado no tópico anterior. A diversidade espacial amazônica centralizada no uso enquadra-se como parte das discussões atuais do planejamento, que estão ligadas ao campo disciplinar do desenho urbano, planejando o ambiente urbano através de estratégias que valorizam o pedestre e a escala humana, superando a grande escala e complementando os conhecimentos técnicos possíveis a partir dela, mas que ignora tanto as relações pessoais e sociais quanto as relações socioespaciais e socioambientais tradicionais, que também fazem parte do tecido social e urbano amazônico.

A compreensão do espaço urbano a partir da microescala pode ser compreendida através da articulação entre três elementos: as pessoas, o espaço construído e o meio biofísico (natureza).



Figura 13: Trinômio dos Elementos Urbanos.

Fonte: Foto de 2019 e elaboração de imagem realizadas pela autora Luna Bibas, 2022.

A imagem mostra o sincretismo espacial amazônico e suas diversas dinâmicas que convivem em uma espécie de harmonia, contradição e interdependência. A natureza é entrecortada por dinâmicas tradicionais representadas pela palafita e a estiva o modal da embarcação, a ponte de concreto representa a lógica desenvolvimentista e o carrocentrismo,

principal símbolo do moderno. Entre ambas as dinâmicas espaciais, encontram-se as pessoas que produzem o espaço e dividem-se entre o simbolismo que ambas as visões de mundo carregam.

#### AS PESSOAS



Figura 14: Praça Floriano Peixoto.  
Fonte: Louise Pontes (2019).

Jacobs (2000), Lynch (1960) e Ghel (2009) criticam o paradigma moderno a partir de dois pontos de vista, o primeiro sendo a vivência das pessoas a partir da escala que experimentam, e o segundo a metodologia projetual profissional. Ambas visões se retroalimentam a partir da não participação das pessoas na tomada de decisão nos espaços de seu cotidiano, resultando em espaços pouco convidativos e desconfortáveis, que priorizam a infraestrutura às pessoas. Destacam a importância das pessoas para o tecido urbano articulado a seus ensejos, experiências afetivas, percepção do espaço construído e sua ligação com o meio biofísico. São elas que usufruem o espaço e sua visão é primordial para a utilização dos espaços urbanos.



Figura 15: Balneário no Rio Curiaú.  
Fonte: Acervo dos Autores (2019)



Figura 16: Balneário no Rio Curiaú, com destaque para a ponte.  
Fonte: Acervo dos Autores (2019)

O Curiaú em um final de semana movimentado. A cultura do balneário e do banho na cidade de Macapá interliga os costumes das pessoas e a tradicionalidade do espaço amazônico ribeirinho em um espaço de lazer, contemplação e fomento à economia e costumes locais. É o espaço do pedestre e do descanso em meio a um varjão alagado, destacando-se na paisagem.

Em oposição ao espaço destinado às pessoas, o espaço do carro corta o Curiaú ao meio. A ponte e a chegada ao local do banho não possuem calçadas vulnerabilizando o pedestre até o local. Em contradição à imagem anterior, o estranho elemento é incorporado à paisagem através da mesma contradição e, ao mesmo tempo, como trampolim do balneário, evidenciando o espaço do carro e do trânsito rápido, a adaptação do elemento pelas pessoas ao lazer e a paisagem local.

#### *O ESPAÇO CONSTRUÍDO*

a infraestrutura urbana contribuiu em duplo aspecto ao espaço urbano amazônico. De uma certa forma, o espaço construído afastou pessoas e natureza quando falamos em cidade formal. A partir do que é observável em diversas cidades brasileiras em muitos aspectos, as referências eurocêntricas de espaço aplicável à realidade amazônica não foi suficiente: ou por atender somente uma parcela da população, enfatizando a desigualdade socioespacial, ou pela padronização dos espaços que não se



Figura 17: Igarapé da Fortaleza.  
Fonte: Acervo dos autores (2019).

adequavam à realidade do bioma, atrapalhando a drenagem, poluindo os rios, devastando espaços naturais e aumentando a temperatura urbana, isto é, o legado institucional e pragmático serviu para desarticular os três elementos acima citados. Por outro lado, podemos perceber que as pessoas buscam a articulação entre o espaço construído, suas práticas socioculturais e a ligação que carregam com o meio biofísico.



Figura 18: A festividade de São Tiago.  
Fonte: Acervo dos autores (2019)

A festividade de São Tiago, realizada em Mazagão, é o exemplo dos costumes socioculturais realizados nas adjacências do rio. A rua pela qual passa o cortejo é também a rua da orla que espacialmente é similar a um grande balneário. Mazagão também atrai a população local por abrigar este balneário



Figura 19: Fortaleza de Macapá.  
Fonte: Acervo dos autores (2019)

A Fortaleza de Macapá é o principal símbolo da cidade. É o espaço de sua origem e está intimamente ligada com suas origens de proteção militar e de guarda do território como também com suas raízes ribeirinhas, já que se localiza na beira do exuberante Rio Amazonas. É importante frisar que o espaço da frente da Fortaleza é o espaço que é menos utilizado para o banho, fazendo a clara divisão entre o rio utilizável e o rio contemplativo.

O MEIO BIOFÍSICO



Figura 20: Futebol na orla de Macapá em maré baixa.  
Fonte: Acervo dos autores (2019).

O espaço natural amazônico em Macapá é incorporado ao ambiente urbano de formas variadas e dependendo das tipologias observadas. Por um lado, é incorporado a partir do viés da contemplação; em outros momentos, incorporado de acordo com as necessidades na falta da infraestrutura urbana, como é o caso das áreas de ressaca, beiras de córregos incorporados às ocupações densificadas e, em outros casos, tipologias o incorporam ao lazer, dando aos elementos naturais valor de articulando pessoas e natureza.

Macapá não foge à regra das cidades amazônicas que misturam realidades e tempos dentro de seu espaço urbano. Mistura-se tecnologia da construção e diferentes formas e soluções de lidar com o espaço e com como ele se relaciona à natureza. Alexander (2013) evidencia a importância da articulação entre escalas de projeto, por outro lado e para além da articulação entre as diferentes escalas do espaço urbano. Neste sentido, o desafio amazônico é mais complexo, visto que é necessário superar o *modus operandi* baseado somente em referências exógenas e eurocêntricas, valorizando as potencialidades da região observadas a partir da escala humana: tecnologia da construção localizada; tecnologia social; oralidade; as relações com a natureza que são possíveis de observar a partir das imagens apresentadas, quase que palpáveis em sua relação físico-espacial; bem como observar de que forma estão ocorrendo os acessos ao espaço urbano de forma saudável e democrática.

O caminho para apre(e)nder sobre este espaço tão diverso e complexo que é Macapá está no atravessamento de escalas, saberes, visões e inclusão daqueles que sabem lidar historicamente com este território. O planejamento das cidades para o século XXI deve ser tecnológico, com muitas metodologias, mas principalmente com inclusão social.

## REFERÊNCIAS

- BRENNER, Neil. Theses on Urbanization. **Public Culture**, v. 25, n. 1, p. 86-114, 2013. DOI <https://doi.org/10.1215/08992363-1890477>
- BRENNER, Neil; SCHMID, Christian. The 'urban age' in question. **International Journal of Urban and Regional Research**, v. 38, n. 3, p. 731-755, 2014. DOI: <https://doi.org/10.1111/1468-2427.12115>
- CARDOSO, Ana Claudia Duarte, LIMA, José Júlio Ferreira, PONTE, Julia-no Pamplona Ximenes, VENTURA NETO, Raul da Silva; RODRIGUES, Roberta Menezes. Morfologia urbana das cidades amazônicas: a experiência do Grupo de Pesquisa Cidades na Amazônia da Universidade Federal do Pará. **Revista Brasileira de Gestão Urbana (urbe)**, v. 12, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1590/2175-3369.012.e20190275>
- CARDOSO, Ana Cláudia Duarte; LIMA, José Júlio. 2006. Tipologias e padrões e ocupação urbana na Amazônia Oriental: para que e para quem?. In: Ana Cláudia Duarte Cardoso. (Org.). **O Rural e o Urbano na Amazônia, diferentes olhares em perspectivas**. 1ed. Belém: Editora da UFPA, 2006. p. 55-93.
- CARDOSO, Ana Cláudia Duarte; SILVA, Harley; MELO; Ana Carolina; FERNANDES, Danilo. Urban Tropical Forest: Where Nature and Human Settlements Are Assets for Overcoming Dependency, but How Can Urbanisation Theories Identify These Potentials?. In: HORN, Philipp; ALFARO, Paola; CARDOSO, Ana Cláudia Duarte (Orgs.). **Emerging Urban Spaces: A Planetary Perspective**. London: Springer, 2018. p. 177-199.
- CORREA, Roberto Lobato. A periodização da rede urbana da Amazônia. **Revista brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v. 49, n.3, p. 39-68, 1987.

- COSTA, S. A. P.; GIMMLER NETTO, M. M. **Fundamentos de morfologia urbana**. Belo Horizonte: C/Arte, 2015.
- DEL RIO, Vicente. **Introdução ao desenho urbano no processo de planejamento**. São Paulo: Pini. 1990
- GEHL, J. **Cidades para pessoas** (Tradução Anita di Marco, 2nd ed.). São Paulo: Perspetiva. 2013
- GEHL, J. **La humanización del espacio urbano: la vida social entre los edificios**. Barcelona, España: Reverté. 2009
- HALL, Peter. **Cidades do amanhã: uma história intelectual do planejamento e do projeto urbanos no século XX**. São Paulo: Perspectiva, 1995.
- HECKENBERGER, M. **The ecology of power: culture, place and personhood in Southern Amazon**. London: Routledge. 2005
- HERZOG, C. **Cidade para Todos (re) aprendendo a conviver com a natureza**. RJ/SP: Mauad/Inverde, 2013.
- IBGE. **Cidades**. 2021. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/>>. Acesso em maio de 2022.
- INPE (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais), 2016. **TerraHidro Wiki Page: TerraHidro 5 - Console applications**.
- JACOBS, Jane. **Morte e vida de grandes cidades**. São Paulo: Martins Fontes, 2000
- LYNCH, Kevin. **The image of the city**. Cambridge: The M.I.T. Press, 1960.
- MARICATO, E. **Para entender a crise urbana**. São Paulo: Expressão Popular. 2015
- MASCARÓ Juan Luis; YOSHINAGA, Mário. **Infra-estrutura urbana**. Porto Alegre: Masquatro, 2004.
- MCHARG, Ian. **Design with nature**. Nova Iorque: Doubleday/National History Press, 1969.
- METZGER, J. P. **O que é ecologia de paisagens?** In: Biota Neotropica. Campinas/SP, v1, n1, dez. 2001.
- MONTE-MÓR, Roberto Luis de Melo. **Modernities in the jungle: Extended urbanization in the Brazilian Amazon**. 2004. Tese (Ph.D. em Planejamento Urbano) - University of California, Los Angeles.
- PANERAI, Philippe. **Análise urbana**. Brasília: Editora da UnB, 2006.
- ROSIM, S., J. R. F. OLIVEIRA, A. C. JARDIM, L. M. NAMIKAWA & C. D. RENNÓ. **TerraHidro: a distributed hydrology modelling system with**

- high quality drainage extraction. Proceedings of the International Conference on Advanced Geographic Information Systems, Applications, and Services 5, 2013. P. 161-167 ROUSE, J. W. et al. (1973). Monitoring vegetation systems in the great plains with ERTS. In: **EARTH RESOURCES TECHNOLOGY SATELLITE-1 SYMPOSIUM**. Washington, NASA, p.309- 317.
- SPIRN, Anne Whiston. **O jardim de granito**. São Paulo, Edusp, 1995.
- QUINTSLR, S.; BOHRER, C.; IRVING, M. Políticas Públicas para a Amazônia: práticas e representações em disputa. **Revista de Desenvolvimento Econômico**, v. 13, p. 5-16, 2011.
- USGS (United States Geological Service). Earth Explorer. **LANDSAT 8 (OLI)**. Washington/DC: USGS, 2019. [Imagem digital de satélite.] Disponível em: <https://earthexplorer.usgs.gov>.



Encontros entre o rio e a cidade: vista aérea da orla do Rio Amazonas na cidade de Macapá. Fonte: Acervo da pesquisa, fotografia de Breno Melo, 2022.

## 2

# PONTOS, LINHAS (INTERSEÇÕES) E TRAMAS

## UMA EXPERIÊNCIA DE ENSINO E IMERSÃO NO DESENHO DA PAISAGEM NA CIDADE DE MACAPÁ<sup>1</sup>

*Louise Barbalho Pontes*

Vivemos em um mundo cada vez mais urbanizado, onde a relação entre os sistemas naturais e as dinâmicas urbanas se torna mais complexa. Os ecossistemas que sustentam a vida precisam coexistir com as demandas das cidades – moradia, mobilidade, acesso e pertencimento. No entanto, essas relações não são neutras: refletem disputas espaciais, sociais e ambientais que moldam a paisagem urbana. Se no passado o urbano e o

---

1 A discussão apresentada se realiza a partir da tese de doutorado “Espaço (em) Aberto: brechas à reinvenção do projeto (e) da paisagem, um estudo sobre a cidade de Macapá” realizada no âmbito do Programa de Pós-graduação em Urbanismo da Universidade Federal do Rio de Janeiro, sob orientação da professora Dra. Lucia Maria Sá Antunes Costa. A pesquisa contou com financiamento da Capes e do CNPq. Se apoia também nas experiências de ensino e pesquisa na Universidade Federal do Amapá nos anos de 2020 e 2021.

rural podiam ser claramente delimitados, hoje essa fronteira se dissolve em um contínuo híbrido, tornando difícil definir onde começa e termina uma cidade e como suas paisagens são vividas e transformadas (Folch e Bru, 2021). No Sul Global, especialmente na Amazônia, essa condição se manifesta de forma intensa, revelando a necessidade de repensar os modos de planejamento e ensino da paisagem. Diante desse cenário, este capítulo investiga como o desenho da paisagem pode ser compreendido não apenas como uma ferramenta projetual, mas também como um meio de leitura crítica do território e uma estratégia pedagógica para repensar a relação entre espaço, sociedade e ambiente.

Nesse sentido, o desenho<sup>2</sup> da paisagem, entendido neste capítulo tanto como planejamento/projeto quanto como processo pedagógico, é um instrumento fundamental para conectar valores humanos, formas urbanas e dinâmicas ecossistêmicas. Seu propósito é estabelecer convergências entre esses elementos, em diálogo com os fluxos naturais e respeitando suas singularidades (Spirn, 1995; Corner, 1999). Compreender como esses aspectos se entrelaçam com diferentes culturas e modos de convivência com o meio é essencial para preservar a vida e promover o “bem-viver”<sup>3</sup> nos assentamentos humanos amazônicos (Monte-Mór, 2004; Cardoso, 2021; Pontes, 2021).

Desde a segunda metade do século XX, os campos do urbanismo e da arquitetura da paisagem passaram por importantes revisões epistemológicas, resultando em contribuições significativas que transformaram a forma de compreender, representar, planejar e projetar a paisagem

- 
- 2 A palavra “desenho” é entendida neste trabalho a partir do termo em inglês “design” como ação criativa e não apenas ferramenta operativa, assim como a partir do conceito de “projeto” no sentido de Viganò (2016) como território do urbanismo, como dispositivo cognitivo capaz de produzir conhecimentos novos sobre cidades e territórios em diferentes operações e escalas. Refere-se, então, às variadas escalas de dimensões projetivas desde o planejamento da paisagem, sistemas de espaços até o projeto de fragmentos do tecido urbano do parque ao mobiliário, ao projeto botânico.
  - 3 Acosta (2017) propõe o “buen vivir” como um conceito plural que integra saberes, modos de vida e natureza, em crítica ao modelo vigente de desenvolvimento e à modernidade dominante.

em suas diferentes escalas. Dos primeiros parques urbanos concebidos como “pulmões” da cidade industrial às experiências com de sistemas de parques<sup>4</sup>, passando pelo desenvolvimento de metodologias para “desenhar com a natureza”<sup>5</sup>, diversos avanços foram alcançados na busca por conceitos, estratégias e tecnologias que buscam mitigar os impactos da urbanização em seus ecossistemas nos mais variados contextos.

O desenho da paisagem não se limita apenas aos jardins, praças e parques, pois pode desempenhar um papel crucial na estruturação da forma e da vivência urbana (Folch e Bru, 2021; Tardin, 2008). Os avanços no diálogo entre a arquitetura da paisagem e o urbanismo têm sido indispensáveis para repensar os modelos de urbanização praticados em todo o mundo, contribuindo para a formulação de estratégias que vão desde a provisão de espaços multidimensionais que podem contemplar e o lazer e a fruição da vida urbana até o desenho da infraestrutura e o enfrentamento das mudanças climáticas (Peres e Schenk, 2021). No entanto, ainda é necessário ampliar a reflexão sobre como ensinamos o desenho da paisagem: quais metodologias promovem uma compreensão mais engajada do território? Como preparar alunos para atuar em realidades complexas e em constante transformação?

O desenho projetivo deve estar fundamentado na imersão e no engajamento com o contexto estudado, evitando, assim, a reprodução de modelos apriorísticos ou descontextualizados, bem como a ocultação de dimensões políticas e ideológicas. Embora os aspectos técnicos sejam fundamentais para a configuração da paisagem, a idiossincrasia do lugar e os vínculos entre o sítio e a vivência também se manifestam por meio de experiências muitas vezes negadas, memórias frequentemente invisibilizadas e pela pluralidade da criatividade humana. Esta criatividade se expressa em modos diversos de se relacionar, inventar e criar sentidos e vínculos, sempre em diálogo com as condições ambientais específicas de cada território, que são partes constituintes dessa natureza. É

---

4 Ver <https://olmsted200.org/> e Schenk (2008)

5 Tradução livre de *Design with Nature*, de Ian McHarg (1969), obra pioneira neste campo de conhecimento.

importante sempre lembrar que não haverá uma solução universal ou única para as cidades, mas sim caminhos e estratégias que possibilitem compreender e atuar a partir das singularidades de nossas paisagens.

O desafio de pensar o desenho da paisagem no contexto amazônico passa pela compreensão de que as bases teórico-metodológicas disponíveis para o ensino de arquitetura da paisagem foram, em grande parte, desenvolvidas em países do Norte Global. Embora existam referências nacionais importantes, ainda são poucos os trabalhos que abordam esta temática com um olhar direcionado à região Norte do Brasil e ao bioma amazônico. Há mais perguntas do que respostas e, apesar da relevância global atribuída à Floresta Amazônica e aos seus serviços ecossistêmicos<sup>6</sup> de impacto mundial, a experiência da paisagem urbana na Amazônia — onde vive mais de 70% da população da região<sup>7</sup> — permanece à margem dos avanços nos estudos da paisagem. Seguimos nos perguntando como trazer esses temas e experiências marginalizadas para o centro do debate científico e, sobretudo, para a prática em sala de aula.

A negligência com a vida humana não ocorre apenas em terras indígenas e comunidades ribeirinhas inseridas na maior floresta tropical do planeta. Pesquisadores da Amazônia têm demonstrado que a desconexão entre as pessoas e seus territórios foi sistematicamente promovida ao longo de décadas como parte da geopolítica do “progresso” na região, resultando em impactos negativos significativos na qualidade de vida também nas cidades amazônicas (Loureiro 2002; Cardoso, 2006; 2021). Os laços entre as pessoas e delas com o território são fundamentais para a vida em comunidade, pois fortalecem o senso de sentido<sup>8</sup> e pertenci-

---

6 A exemplo dos “rios voadores” comprovados por Nobre (2014). Os “rios voadores”, conceito comprovado por Nobre (2014), referem-se a fluxos de vapor d’água que são transportados pela atmosfera a partir da Floresta Amazônica. Esse vapor, originado da evapotranspiração das plantas, forma grandes correntes de umidade que contribuem para a precipitação em regiões distantes da Amazônia. Esses rios atmosféricos desempenham um papel crucial no clima e na disponibilidade de água em diversas partes da América do Sul.

7 IBGE (2021).

8 Utilizamos este conceito de “sentido” a partir de Lynch (1980). Para Lynch, o “sentido” refere-se tanto à capacidade das pessoas de se orientarem e compreenderem,

mento. Essas conexões são essenciais não apenas para o engajamento social, mas também para a construção de articulações coletivas que possibilitem a reivindicação de cidades mais inclusivas, justas e acolhedoras, que não persistam na imposição de modelos, paradigmas e estereótipos propulsores de opressões e desigualdades<sup>9</sup>.

Esses desafios refletem na forma como pensamos o ensino, a pesquisa e a extensão em busca de um engajamento<sup>10</sup> com o território. Inspirados no pensamento decolonial de Krenak (2020), Santos e Meneses (2010) e Adichie (2009), exploramos metodologias que reconhecem saberes historicamente negados e subjugados, além do arcabouço científico. Defendemos a valorização dessas experiências invisibilizadas por meio de uma “ecologia de saberes” e compartilhamos a visão não utilitarista da vida e da paisagem proposta por Krenak. Além disso, incorporamos a crítica de Adichie à “narrativa única”, reforçando a importância da diversidade de perspectivas para orientar novos caminhos.

Este capítulo discute a relação entre o desenho da paisagem e o ensino de arquitetura da paisagem em Macapá, refletindo sobre metodologias que integrem teoria e prática no contexto amazônico. Para isso, adotamos um método que combina revisão de literatura, reflexão conceitual, análise crítica dos métodos de planejamento da paisagem no ensino e a apresentação de experiências pedagógicas realizadas entre 2020 e 2021. Essas abordagens se complementam ao explorar como o ensino pode fomentar leituras engajadas do território e incentivar processos projetuais críticos e contextualizados.

---

como se sentirem parte (conectadas) ao ambiente urbano e à teia da vida.

9 Como revelam a pesquisa de Miranda (2020) em questões raciais e Pontes (2021) sobre os estereótipos reproduzidos nos espaços de lazer.

10 Entendemos o engajamento de Lynch (1980) e Hooks (2013). Para Hooks, “engajamento” é a participação ativa e crítica no processo educativo, valorizando o diálogo e a transformação social. Para Lynch, engajamento refere-se à interação das pessoas com o ambiente urbano, sendo essencial para a percepção e a atribuição de significado aos espaços. Juntos, esses conceitos destacam a importância de um envolvimento profundo e consciente, tanto no contexto educacional quanto na experiência cotidiana com os espaços que habitamos.

Na busca por uma sala de aula engajada, o desenho da paisagem foi concebido como meio para a produção de conhecimento, tendo como premissas: (1) a compreensão da inseparabilidade entre teoria e prática e a importância do pensamento crítico, nos moldes de Freire (2014); e (2) o entendimento de que pensamento e afetos (corpo-mente) são indissociáveis e fundamentais para o senso de comunidade e o engajamento em sala de aula. Isso permite a construção de narrativas alternativas que orientam possibilidades de ação na paisagem e na compreensão de si no mundo, como defende Hooks (2013). Nas experimentações em sala de aula, no ensino das disciplinas de “Paisagismo” na Universidade Federal do Amapá, em Macapá, o desenho foi compreendido como uma ferramenta de “esperançar”<sup>11</sup>.

A reflexão apresentada neste capítulo apoia-se em uma metáfora de múltiplas acepções, semelhante à busca de uma palavra no dicionário, onde um único termo se desdobra em vários significados. Aqui, as significações adotadas podem estar relacionadas ora à linguagem verbal, ora à morfologia ou ecologia, ora a valores que orientam esta discussão. Essa metáfora inspira-se nos métodos da ecologia da paisagem e em seu trinômio fragmento-corredor-matriz, estruturando-se neste capítulo como um exercício de conceitualização a partir de três elementos básicos do desenho: as linhas e suas interseções; os pontos; e a trama, os quais compõem o todo.

As **linhas** fazem analogia à conexão como busca e utopia, podendo se materializar em *corredores e cinturões verdes* e no fortalecimento da biodiversidade, mas também podem simbolizar *conexões de encontros, afetos e sentidos*. Além disso, podem ser metáforas para as *linhas de pensamento*, expressando os diferentes caminhos e métodos utilizados para produzir conhecimento sobre a paisagem. Além disso, em sala de aula, as linhas podem ser os *elos que conectam os indivíduos*, formando uma

---

11 Para Paulo Freire, “esperançar” vai além de simplesmente ter esperança; é um verbo que implica ação. Significa lutar, mover-se e construir um futuro melhor, rejeitando a passividade do mero “esperar”. É um ato de compromisso com a transformação da realidade, baseado na educação, no diálogo e na busca por justiça social.

comunidade (ou trama). Já as **interseções** representam tanto os *pontos de convergência entre as linhas* quanto a reflexão sobre a *interseccionalidade*, ou seja, a sobreposição de diferentes formas de opressão, como as de raça, gênero e classe.

Os **pontos** podem representar fragmentos da paisagem, ilhas de biodiversidade, espaços de fruição coletiva, áreas públicas e privadas de sociabilidade, troca e encontro. Ao mesmo tempo, podem ser vistos como pontos de partida e convergência dos desafios impostos ao desenho da paisagem, além de uma metáfora para compreender cada indivíduo em sala de aula.

As **tramas** são o conjunto de pontos e linhas, a matriz biofísica e a constelação de experiências. Elas também representam as formas discursivas do ensino e as narrativas construídas a partir da reflexão coletiva, da busca por novas trajetórias e enredos na busca de “finais” mais felizes.

Esses conceitos contribuem para a construção do argumento apresentado neste capítulo, mas também funcionam como provocações para (re)pensar os modos de produzir conhecimento no ensino de arquitetura da paisagem. O raciocínio desenvolvido resulta do processo de elaboração da tese de doutorado da autora, bem como das curiosidades e indagações que emergiram durante a imersão no estudo de caso sobre Macapá. Essa investigação ocorreu simultaneamente às primeiras experiências da autora como docente nas disciplinas “Planejamento da Paisagem”, “Projeto de Paisagismo I” e “Projeto de Paisagismo II”, junto às turmas AU2018 e AU2019, nos anos de 2020 e 2021. Além disso, a reflexão também foi enriquecida pela primeira experiência de orientação em Iniciação Científica, por meio do plano de trabalho “Uma taxonomia para os espaços abertos de Macapá”<sup>12</sup>.

É importante situar que essas experiências ocorreram no contexto da pandemia de Covid-19, o que fez com que o ensino acontecesse de forma remota. Essa condição nos impôs o desafio de reinventar também a sala de aula. Além disso, este capítulo não tem a intenção de apresentar, com precisão, um método a ser seguido, mas sim compartilhar uma

---

12 Martins e Pontes (2022).

experiência que suscitou reflexões, oferecendo um caminho para tornar cientificamente visíveis os conhecimentos construídos nessas trocas.

Ainda vale destacar que as reflexões deste capítulo partem de um olhar estrangeiro sobre o território e que a minha vivência de chegada à Macapá e à Unifap (em 2016) são inseparáveis das análises construídas em sala de aula. Mas o que é mais importante, é que muito do que tenho aprendido sobre esta realidade vem da escuta das experiências, vivências e percepções dos alunos — estes são conhecimentos que temos construído juntos.

## 1. DAS LINHAS QUE CONECTAM E TECEM CAMINHOS: O DESENHO DA PAISAGEM

Na cidade de Macapá, o processo de urbanização se desenvolve em uma paisagem marcada pela interação entre sociabilidade e condições naturais. Apesar das tentativas de homogeneização da natureza, dos espaços e das formas de coexistência, os estudos da paisagem revelam uma pluralidade persistente. Reconhecer essa diversidade é fundamental para construir narrativas mais conectadas à realidade local e explorar novas possibilidades de planejamento (Pontes, Garcia e Vasconcelos, 2024). No entanto, isso exige uma revisão crítica dos métodos adotados, combinando conceitos e abordagens que dialoguem com os espaços e as experiências coletivas.

Nesse sentido, buscamos compreender o **projeto da paisagem** não apenas como uma ferramenta técnica, mas como um processo de construção de conhecimento (Viganò, 2016), que integra tanto a **ecologia da paisagem** (Forman, 1995) quanto a **ecologia dos saberes** (Santos e Meneses, 2010). Antes de apresentar as experiências pedagógicas desenvolvidas em sala de aula, esta seção discute o referencial teórico-metodológico que fundamenta as reflexões do capítulo (e da sala de aula) e sustenta as práticas que serão exploradas nos tópicos seguintes.

### 1.1 LINHA DE PENSAMENTO 1: O DESENHO (E O PROJETO) COMO PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO

Não há arquitetura da paisagem sem as diferentes etapas de projeto, pois o desenho da paisagem, em suas diversas escalas, depende de métodos e ferramentas projetuais. Essas etapas também podem contribuir para a produção de novos conhecimentos. No entanto, para que um processo de projeto possa ser considerado ciência, ele deve seguir um método de pesquisa consistente e transparente, fundamentado em pensamento crítico, com resultados relevantes e originais, comunicados de forma clara (Deming e Swaffield, 2011).

No contexto acadêmico, as dinâmicas de ateliê de projeto ajudam a desenvolver habilidades para compreender e analisar situações complexas, multifacetadas e transescalares, como as das cidades contemporâneas (Viganò, 2016). O ateliê de projeto é um espaço de experimentação, onde os alunos são incentivados a “conversar com uma situação”<sup>13</sup>, caracterizada por uma epistemologia da prática e uma “reflexão-na-ação”, que ocorre por meio da interação contínua entre pensar e fazer<sup>14</sup>. O processo de desenhar em diálogo com uma situação específica avança por meio de experimentações e da formulação de hipóteses (“e se”), atravessando cenários complexos e incertos, que também respondem e geram novas variáveis. Esse encadeamento exige a articulação constante entre diferentes escalas, entre a parte e o todo, pois, ao mover uma parte, altera-se o conjunto e vice-versa. Esse processo não apenas capacita os estudantes a compreenderem a paisagem, mas também os engaja na criação de novas soluções projetuais (Schön, 1981).

Além disso, a linguagem das etapas e produtos — como esquemas, diagramas e imagens — pode ampliar a flexibilidade na “fusão de horizontes”, ajudando a evitar estratégias unilaterais e/ou eurocêtricas. O desenho, nesse contexto, torna-se uma linguagem-chave para a produção

---

13 Tradução livre da autora para a expressão “conversation with a situation” de Schön (1981).

14 Tradução livre da autora para a expressão “learning by doing” de Schön (1981).

de um conhecimento mais acessível e aberto ao diálogo entre os diferentes atores envolvidos na situação e na cidade (Snodgrass e Coyne, 2006).

Deming e Swaffield (2011) identificaram, a partir da análise da prática de projetos de arquitetos paisagistas experientes, como James Corner e Alan Berger, três etapas comuns às operações de projeto enquanto método de construção de conhecimento: (1) inventariar, por meio de procedimentos classificatórios; (2) analisar, dividindo o todo em partes e variáveis; e (3) sintetizar, reconstruindo e ressignificando o todo.

Paola Viganò (2016) considera que o projeto é, especialmente na escala urbana, um método de produção de conhecimento cujos produtos não são necessariamente propostas finalizadas, mas novos saberes e questionamentos sobre determinada realidade. A autora estuda as contribuições do urbanismo e sustenta que a produção de conhecimento por meio do projeto ocorre através de operações de conceitualização, descrição e desenvolvimento da capacidade de visualizar transformações possíveis para a realidade. Essas operações se estruturam em três etapas, que fundamentam metodologicamente esses estudos e as atividades realizadas em sala de aula:

- I. A **apreensão** é uma aproximação que busca compreender algo em profundidade, abrangendo tanto a decodificação de um território (Viganò, 2016) quanto sua experimentação por meio da imersão — nas caminhadas exploratórias, na escuta, nas trocas — e do olhar atento e curioso, que questiona, toca, sente e imagina (Careri, 2013). Mais do que um simples “mimetismo descritivo”, a apreensão deve ir além da mera descrição do que existe, revelando o novo, direcionando debates e suscitando novas perguntas. Esse processo transcende o espaço concreto, ampliando a compreensão da sociedade e do mundo e abrindo caminhos para futuros possíveis. Na perspectiva da paisagem, trata-se de desvelar as múltiplas camadas dos territórios, tornando visíveis novas informações e potencializando novas leituras (Corner, 1999).

II. A **representação** é uma das operações mais importantes do *desenho* como método de pesquisa<sup>15</sup>. A elaboração de cartografias e operações eidéticas são essenciais para a comunicação e criação de um projeto. No entanto, é importante lembrar que a representação dos territórios foi historicamente produzida por aqueles que detinham o poder. O avanço científico permitiu, ao longo dos séculos, o desenvolvimento de representações hiper-realistas que consolidaram uma crença quase cega na veracidade dos mapas. Contudo, toda representação é, inevitavelmente, uma simplificação da realidade e um objeto passível de manipulação. Assim, é fundamental reconhecer que a representação é sempre incompleta, pois se trata de uma construção social, resultado de escolhas e intenções e, portanto, nunca neutra (Corboz, 2001). O exercício de representação do território também enfrenta o desafio de expressar realidades complexas e dinâmicas. Dessa necessidade, surgem operações como montagem e subdivisão em camadas, que exploram sobreposições e justaposições, bem como ferramentas como os transectos e técnicas que buscam ampliar os pontos de vista e direcionar o olhar para recortes impermanentes. Toda representação de uma paisagem funciona como um filtro, mas também pode ser um ato crítico e uma forma de apropriação (Corboz, 2001). Para Corner (1999) e Viganò (2016), a base para qualquer inovação no projeto da paisagem está na atividade criativa e crítica da representação. Segundo esses autores, novas compreensões exigem novas formas de representação. Assim, compreender a não neutralidade das representações é essencial para utilizá-las como ferramentas que revelem apagamentos ou reforcem determinadas configurações em detrimento de outras. A cartografia é, nesse sentido, também uma estrutura discursiva, uma narrativa e uma linguagem que deve ser adotada de maneira crítica e intencional.

---

15 Tradução livre da autora para a expressão “design research” de Deming e Swaffield (2011).

**III. As hipóteses:** o projeto permite vislumbrar cenários baseados em uma leitura cuidadosa das paisagens. Nesse sentido, seu resultado não é uma solução definitiva, mas um processo em constante evolução. Cada proposta representa uma sequência de cenários futuros capazes de confrontar os desafios identificados. Viganò (2016) defende que a construção de cenários diversos e, muitas vezes, conflitantes pode revelar coexistências e caminhos inesperados. No entanto, é fundamental lembrar que esses cenários são sempre pontos de partida, aberturas para novas compreensões. Reconhecer que os cenários previstos podem não se concretizar como esperado — ou seja, que uma hipótese pode não se confirmar — é essencial para os conceitos de plasticidade, flexibilidade e experimentação que permeiam o bom desenho da cidade, segundo Lynch (1981). Para o autor, a chave para uma boa aderência e confirmação de uma hipótese está no acompanhamento contínuo do processo, na “sintonização contínua” e na reformulação constante de novas hipóteses com base nas respostas obtidas. Esse é o ciclo de busca por alinhamento entre forma e satisfação das necessidades, assim como o ciclo da produção de conhecimento, marcado por perguntas frequentes e pela inevitável incompletude.

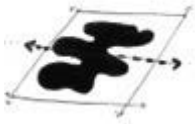
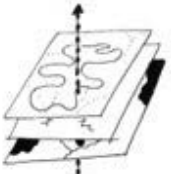
Em todas as etapas de projeto, é essencial adotar uma postura aberta e flexível. No campo da arquitetura da paisagem, diversos autores buscam compreender processos de projeto que reconheçam a ecologia da criatividade humana, a espontaneidade e a importância de conceber os espaços não como produtos completos e finalizados, mas como processos em constante transformação. Esse princípio se apoia no conceito de “abertura” ou “trabalho aberto” (Corner, 1999; Wall, 1999).

#### 1.2 LINHA DE PENSAMENTO 2: O DESENHO DA PAISAGEM

O ensino da arquitetura da paisagem desempenha um papel essencial na disseminação e ressignificação de conceitos fundamentais. As

contribuições teóricas e metodológicas foram sistematizadas em cinco princípios essenciais: continuidade, espessura, aberturas, conexões e tática. Estes pontos podem ser compreendidos tanto em relação ao suporte da vida e às condições biofísicas da paisagem quanto à experiência humana e à sociabilidade, conforme apresentado na Figura 02.

### Cinco pontos para o desenho da paisagem

|                                                                                    |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                      |
|------------------------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
|   | <p><b>1. A continuidade:</b> a paisagem não se limita aos contornos administrativos das cidades, nem às fronteiras entre o “urbano” e o “rural”. As relações biofísicas (rios, igarapés, chuvas <i>etc.</i>) e socioculturais (memórias, experiências, comportamentos, encontros <i>etc.</i>) se sobrepõem e interagem de maneira complexa, como ilustram os transectos em gradientes de Geddes (1915). Dessa condição, surge a necessidade de atravessar diferentes escalas. O desenho da paisagem deve ser pensado de forma transescalar, reconhecendo-a como uma estrutura em constante movimento, um continuum espacial e temporal (Corner, 1999).</p>                                           |
|  | <p><b>2. A espessura:</b> o desenho da paisagem deve ser concebido a partir de sua espessura, resultante da sobreposição de camadas biofísicas, culturais e históricas. Essa abordagem se apoia nos métodos propostos por McHarg (1969), Spirn (1997), Hough (1997) e Corner (1999), além da metáfora da paisagem como palimpsesto de Corboz (2001). Segundo essa perspectiva, a paisagem carrega marcas do acúmulo de vivências ao longo do tempo, que se desenham, se apagam e se reconstroem, deixando rastros sobre um suporte também mutável. Assim, o desenho da paisagem deve ser pensado a partir da decomposição de camadas, reconhecendo sua espessura tanto espacial quanto temporal.</p> |

|                                                                                     |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                      |
|-------------------------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
|    | <p><b>3. As aberturas:</b> a paisagem contemporânea é entrecortada por espaços abertos, cujos fragmentos podem desempenhar um papel reestruturador no planejamento da paisagem. Eles são essenciais para garantir a sociabilidade, a convivência e a articulação entre as demandas biofísicas e a experiência da vida em sociedade. Esses fragmentos podem servir como ponto de partida para compreender a relação das pessoas com a paisagem, fortalecer o engajamento dos projetos com as comunidades e tecer tramas de biodiversidade, contribuindo para a construção de cenários futuros mais integradores. Essa perspectiva é evidenciada por Spirn (2019) e pelas experiências de Rosa Kliass no Brasil (Costa e Gorski, 2019). O desenho da paisagem deve, portanto, abrir espaço para a pluralidade da vida em seu sentido mais amplo.</p>                                                                                                                                                   |
|  | <p><b>4. As conexões:</b> uma das principais contribuições da ecologia da paisagem foi traduzir conceitos complexos da ecologia dos ecossistemas em estratégias simples de desenho. Entre essas estratégias, a conectividade se destaca como fundamental para a manutenção da vida em todas as suas dimensões, pois viabiliza fluxos, trocas e a mobilidade de dinâmicas e escalas (bio)físicas e sociais. A matriz “fragmento (fronteira)-corredores-mosaico” (Forman, 1995) tem se mostrado eficaz na recuperação de paisagens degradadas, fortalecendo a biodiversidade, especialmente nos grandes centros urbanos. Além disso, a conectividade deve abranger também as relações humanas, promovendo o encontro, o pertencimento e o sentido (Lynch, 1981). A conexão permite os movimentos e a interação entre fluxos, favorecendo a autonomia da vida natural e cultural. Nesse sentido, até mesmo a malha urbana pode ser pensada em termos de conectividade e engajamento (Corner, 1999).</p> |



5. **A tática:** os planos e projetos para a paisagem devem ser orientados por um sistema de valores que norteia as decisões. Nesse sentido, a paisagem pode ser entendida como uma estrutura catalisadora, voltada para a justiça social e engajada com sua própria realidade, visando ao bem-estar e à manutenção da vida. Ela pode ser concebida a partir dos movimentos endógenos do sítio e da cultura, pois o desenho da paisagem é uma ferramenta operativa capaz de materializar forças e tendências emergentes (Corner, 1999), interagindo de maneira a fortalecer ou inibir as relações comunitárias e de vida coletiva. Assim, ele se configura como uma expressão política (Balfour, 1999). Nesse contexto, o cerne dos projetos paisagísticos contemporâneos não se concentra tanto na composição formal ou na criação de identidade, mas em um papel de suporte, estrutura organizativa e estratégica (Wall, 1999). A paisagem não deve ser vista apenas como um espaço de arqueologia do passado a ser revelado e restaurado, muito menos como domínio de uma elite. Ela é o espaço onde residem os potenciais emancipatórios e transformadores, e cabe ao projetista estar consciente de sua inserção em um campo complexo de disputas (Corner, 1999). O desenho da paisagem deve ser tático tanto no tempo quanto na sua espacialidade.

Figura 1: Diagramas dos cinco pontos para o desenho da paisagem pensados a partir de Pontes (2021). Fonte: Autora, 2022.



Em última análise, o desenho da paisagem deve ser sensível às respostas espontâneas nas diferentes escalas, desde a compreensão das espécies até os movimentos e as articulações culturais. É necessário entender as brechas nos tecidos consolidados, criar aberturas, recuperar áreas degradadas, aproveitar estruturas preexistentes e articular e distribuir fragmentos. É fundamental não apenas compreender o território em suas escalas, camadas, fragmentos e conexões, mas também exercitar a capacidade de um pensamento crítico que busque transformar essas compreensões em ações táticas, sempre orientadas ao bem comum.

## 1.3 AS INTERSEÇÕES: REFLEXÕES PARA UM DESENHO ENGAJADO

A adoção de metodologias inspiradas no pensamento decolonial (Krenak, 2020; Santos e Meneses, 2010) levou à definição da centralidade das experiências dos alunos no processo de aprendizagem, como estratégia para abrir espaço à construção de uma ecologia de saberes e para ampliar as possibilidades de compreensão do território.

A discussão sobre o conceito de abertura levou à revisão dos métodos. Epistemologicamente, a incompletude está relacionada à necessidade de “saber-se incompleto”, de “dialogar com”, de deixar espaço para outras possibilidades, tanto para o presente quanto para o devir, mantendo-se sempre em aberto. A partir de Pontes (2021), pensamos em um **projeto (em) aberto** como aquele que serve como ferramenta para a construção de contranarrativas, sendo um meio para buscar o engajamento e os vínculos com a realidade estudada, entendendo pontos de partida endógenos a partir dos quais se devem trabalhar, seja na cidade, seja na sala de aula.

A paisagem no contexto amazônico materializa o encontro de diferentes racionalidades e cosmovisões. No entanto, a experiência dessa cidade é desigual e segue reproduzindo modelos exógenos que criam barreiras e perpetuam a exclusão dos diferentes (Cardoso, 2021). No Amapá, pesquisas de Mergulhão (2018), Dos Santos e Medeiros (2019) ou Pontes (2021) têm buscado construir uma reflexão sobre o desenho da paisagem a partir de Macapá. Entretanto, ainda são poucos os trabalhos (se comparados a outras cidades e regiões do país) sobre o tema centrados nesta cidade.

Para além de uma “narrativa da perda”, os exercícios de inventividade são fundamentais para reconhecer e repensar os territórios (Schön, 1983; Viganò, 2016). Analisar as etapas e as ferramentas de um projeto à luz da filosofia decolonial permite a reflexão sobre uma brecha metodológica, revelando a necessidade de entender quais processos, formas e desenhos perpetuam uma “narrativa única” (progresso/modernidade/civilização), que reforçam a exclusão e a desigualdade. Pois é necessário revelar experiências subjugadas para que se torne possível imaginar estratégias e resgatar histórias alternativas (Adichie, 2009; Santos e Menezes, 2010).

Acionado por pesquisadores na busca de estratégias para enfrentar os desafios do mundo contemporâneo, Krenak (2020) poetiza, a partir de “ideias para adiar o fim do mundo”, que, se o mundo está colapsando, temos de ser capazes de criar paraquedas coloridos, para que saibamos extrapolar o “confinamento do pensamento” (e da cidade) colonial, em busca de um “futuro ancestral” pautado na fruição da vida e da paisagem. É a partir dessa perspectiva que entendemos como a atenção aos espaços de fruição coletiva podem ser uma chave importante para a compreensão da paisagem de Macapá.

O estudo dos espaços abertos à fruição oferece possibilidades para dar visibilidade a vivências e saberes subjugados. A identificação desses espaços e seus usos possibilitam o início de debates em sala de aula sobre a paisagem, considerando as interseções de gênero, raça e classe, com o objetivo de reconhecer práticas excludentes e tensionar desenhos que possam transgredir as barreiras impostas.

O desenho da paisagem pode ser entendido como uma possibilidade de construção de um pensamento crítico que permita a compreensão de si no seu próprio contexto (Freire, 2014), entendendo a teoria como mecanismo de empoderamento e fabricação de sentidos (Hooks, 2013), que não apenas instrumentaliza para a capacidade de expressão, diálogo e reflexão, mas também estabelece bases para o diálogo entre as nossas experiências na cidade e a capacidade de nos identificarmos dentro deste território, como agentes e como desenhistas desta paisagem.

## 2. DO PONTO DE ENCONTRO, ALGUM PONTO DE PARTIDA: REPENSANDO PALAVRAS E EXPERIÊNCIAS DE ENSINO-APRENDIZAGEM

A partir das interseções entre as linhas de pensamento exploradas anteriormente, este item marca um ponto de partida para a reflexão metodológica. Aqui, buscamos aprofundar a revisão de conceitos fundamentais, analisando como diferentes abordagens teóricas dialogam com as experiências pedagógicas. Para isso, apresentamos quatro pontos: dois conceitos — paisagem e espaços abertos — e duas experiências de sala

de aula, nas quais o ensino do desenho da paisagem foi utilizado como ferramenta de investigação e construção de conhecimento.

## 2.1 PONTO UM: REPENSAR AS PALAVRAS, UMA REVISÃO CONCEITUAL

A **paisagem** é um conceito polissêmico, mas operativo, que permite a conjugação de dinâmicas distintas, porém inseparáveis, como a cultura e a natureza. Neste texto, o conceito de paisagem pode ser compreendido a partir das contribuições de (I) Meinig (1979), (II) Corboz (1983) e (III) Corner (1996). Nesse sentido, entendemos que:

- I Paisagem não é o mesmo que natureza, embora seja indissociável dela; não é um simples cenário nem necessariamente bela; não é sinônimo de meio ambiente, pois se trata de um recorte fixado e interpretado pelo olhar humano. A paisagem também não é o lugar, embora abarque as experiências humanas. Além disso, não é um ponto isolado, mas um *continuum*.
- II A paisagem é como um palimpsesto, um documento rico, carregado de vestígios e apagamentos, que possibilita a compreensão da sociedade ao desvelar informações importantes sobre seu passado e suas transformações.
- III A paisagem é mais que um artefato cujas marcas já estão estabelecidas; ela é verbo, movimento, ação e projeto. Trata-se de uma construção imaginativa de um todo constituído por partes, bem como de um devir. A paisagem é um projeto que se insere em um campo de disputas.

Cada paisagem possui suas próprias inter-relações, singularidades e idiossincrasias. Por isso, o desenho da paisagem não pode ser apriorístico; ele deve surgir a partir da imersão. No contexto da arquitetura da paisagem — um dos campos de atuação mais significativos nas cidades contemporâneas —, os objetos de planejamento, pesquisa e projeto são os espaços abertos que entrecortam os tecidos urbanos.

Ainda que, na literatura específica no Brasil, a tradução mais comum do conceito em inglês *open space* seja “espaço livre” e que esses estudos tragam contribuições importantes para a reflexão sobre a transição entre escalas, tipologias e domínios desses espaços (Magnoli, 1982), buscamos pensar na interseção entre a ecologia da paisagem e a ecologia de saberes, trazendo para o centro das discussões experiências historicamente invisibilizadas. Em Pontes (2021), partimos desse conceito para propor a definição de “espaço (em) aberto”, entendendo que a palavra “aberto” carrega novos sentidos. Quando dizemos que alguém está “aberto ao diálogo” ou que tem uma “mente aberta”, referimo-nos a uma postura capaz de acolher o diferente. Um espaço aberto à alteridade.

Se a abertura pode indicar uma plasticidade que favorece a troca, o acesso e a maleabilidade, é possível imaginar o espaço aberto como um horizonte a ser perseguido. Repensar essa abertura no espaço pode nos levar a um novo cenário, no qual a incompletude e a abertura se tornam estratégias para estabelecer um diálogo renovado com as realidades da Amazônia. Nesse sentido, entendemos que:

- I **Espaço (em) aberto, um conceito impermanente:** os encontros e as trocas ocorrem tanto em tipologias delimitadas no planejamento urbano quanto em uma série de espaços “sem nome” — interstícios, lacunas, vazios ou espaços sazonais e impermanentes. A fruição acontece, muitas vezes, nas brechas: em bancos de areia que aparecem com as marés, em igarapés, rios e espaços “inventados”. Em oposição à forma completa, estereotipada e impositiva, entendemos a abertura como estratégia que possibilita a espontaneidade, a heterogeneidade e o devir. Nesse sentido, “aberto” é o que é capaz de acolher o outro, aquele que é diferente de si — assim como quando dizemos “mente aberta” ou “coração aberto”. O conceito de **espaço (em) aberto** foi elaborado a partir da revisão crítica da história da cidade e dos conceitos de “*open space*”, “*terrain vague*” e “cidade aberta” (Lynch, 1965; Solá-Morales, 2002; Sennett, 2018), além da análise empírica da cidade de Macapá. Esse conceito passou a ser definido em Pontes (2021, p. 54) como o “espaço que, situado em um sistema ecológico, responde aos movimentos contínuos culturais e biofísicos,

bem como à ecologia da criatividade humana. Portanto, não se trata apenas de um espaço livre de edificações, pois, para além de sua tridimensionalidade, é aberto porque manifesta diferentes graus de abertura”. Além disso, para conferir concretude a esse conceito, definimos cinco parâmetros mensuráveis de abertura, que entrelaçam as dimensões da vivência e do suporte biofísico: conectividade/engajamento; vitalidade; porosidade; incompletude; e acesso/acessibilidade.

## 2.2 PONTO DOIS: OS PONTOS NO TERRITÓRIO

Na dinâmica estabelecida em sala de aula, começamos com as linhas e o ponto de partida apresentados até aqui, os quais foram formulados a partir de uma pesquisa da professora. A partir deste momento, os pontos discutidos passaram a ser construídos coletivamente. A primeira experiência ocorreu em 2019, de forma experimental, com um pequeno grupo de alunos e focada em um recorte específico da cidade. Em 2020, a dinâmica em sala de aula (remota) seguiu um formato no qual, à medida que os alunos eram introduzidos aos conceitos e métodos, também foram convidados a construir um mapa colaborativo e a compartilhar suas experiências nesta paisagem (ver Figura 4).

As etapas de apreensão e de representação da cidade de Macapá deram-se por meio do processo de inventariar os espaços abertos da cidade, o que permitiu perceber na microescala dos espaços de fruição a sua singularidade, enquanto também se estabeleciam reflexões sobre o conjunto desses espaços. A cada encontro, discutia-se uma camada (águas, terra, ar, vegetação, habitat da vida), estabelecendo relações entre essas camadas e a distribuição dos espaços.

Na dinâmica da sala de aula, cada ponto no mapa é relevante, pois carrega novas informações e revela correlações entre o sítio e a sociabilidade. Essa experiência evidenciou que muitos dos espaços identificados pelos alunos não constam nos dados oficiais da cidade, nos levando a refletir sobre a importância de tornar esses espaços cientificamente visíveis, a fim de desenvolver um desenho da paisagem que seja congruente com a vida e suas particularidades.



**a) 2018 – O desenho como ferramenta de apreensão: reconhecendo a paisagem a partir do desenho**

Um grande desafio ao iniciar a leitura da cidade foi a dificuldade em acessar dados e bases cartográficas atualizadas. Os dados oficiais estavam desatualizados e de difícil acesso. O processo de inventariar os espaços abertos começou com um exercício de redesenho e análise morfológica da cidade, realizado pela professora, a partir de imagens aéreas tratada em autoCAD ainda em 2018. Esse redesenho revelou inicialmente as deformações (anomalias) na regularidade da malha urbana no encontro com elementos naturais, permitindo identificar uma série de espaços “sobrantes”, que depois verificamos que tinham apropriação, mas invisíveis nos planos urbanos disponíveis. No ano seguinte, reunimos o grupo de pesquisadores deste livro para uma imersão na cidade e elaboração de uma ampla cartografia, apresentada no capítulo 1.



**b) 2019 – Os mapas vão às ruas: imersão combinando as visões aéreas e perspectivas cotidianas**

A cartografia colaborativa foi utilizada como uma das dinâmicas que permitiu pensar a “sala de aula invertida”, colocando o aluno como corresponsável pela construção do conhecimento. Esse método também possibilitou atividades assíncronas e dinâmicas, características essenciais para as aulas remotas e o isolamento social, em contexto pandêmico. A experiência de mapeamento dos espaços abertos da cidade de Macapá, realizada com a turma AU2018 em 2020, ocorreu através da plataforma virtual MyMaps. O processo permitiu que a turma aprendesse com as experiências de cada participante, com alunos de diferentes faixas etárias, origens e visões de mundo, contribuindo para a leitura das transformações, desafios e potenciais dessa paisagem.



**c) 2020 – Compartilhando Vivências e Inventariando os Espaços Abertos: A Convergência entre Sociabilidade e os Espaços de Fruição em Plataforma Virtual**

A primeira experiência de cartografia colaborativa dos espaços abertos foi realizada pelo grupo de pesquisa durante a Semana de Arquitetura e Urbanismo de 2019, na Praça Nossa Senhora de Fátima. Chamada de “A-Corda”, a atividade consistiu em uma intervenção artística com cordas vermelhas que atravessavam o espaço, servindo também como plataforma para mapas e desenhos. As bases utilizadas abrangiam um recorte da Zona Central da cidade, próximo à intervenção, e questionavam o grau de “abertura” dos espaços urbanos. Parte da praça já estava sendo fechada para obras da Igreja Católica. Estudantes e transeuntes foram convidados a desenhar cenários para a praça prestes a ser fechada. A atividade foi organizada por: Louise Pontes, Ana Carolina Vasconcelos, Thainá Rodrigues e Valdelicer Fonseca.

Figura 3: Metodologias para a apreensão da paisagem de Macapá.

Fonte: Autora, 2018, 2019, Mymaps, 2020.

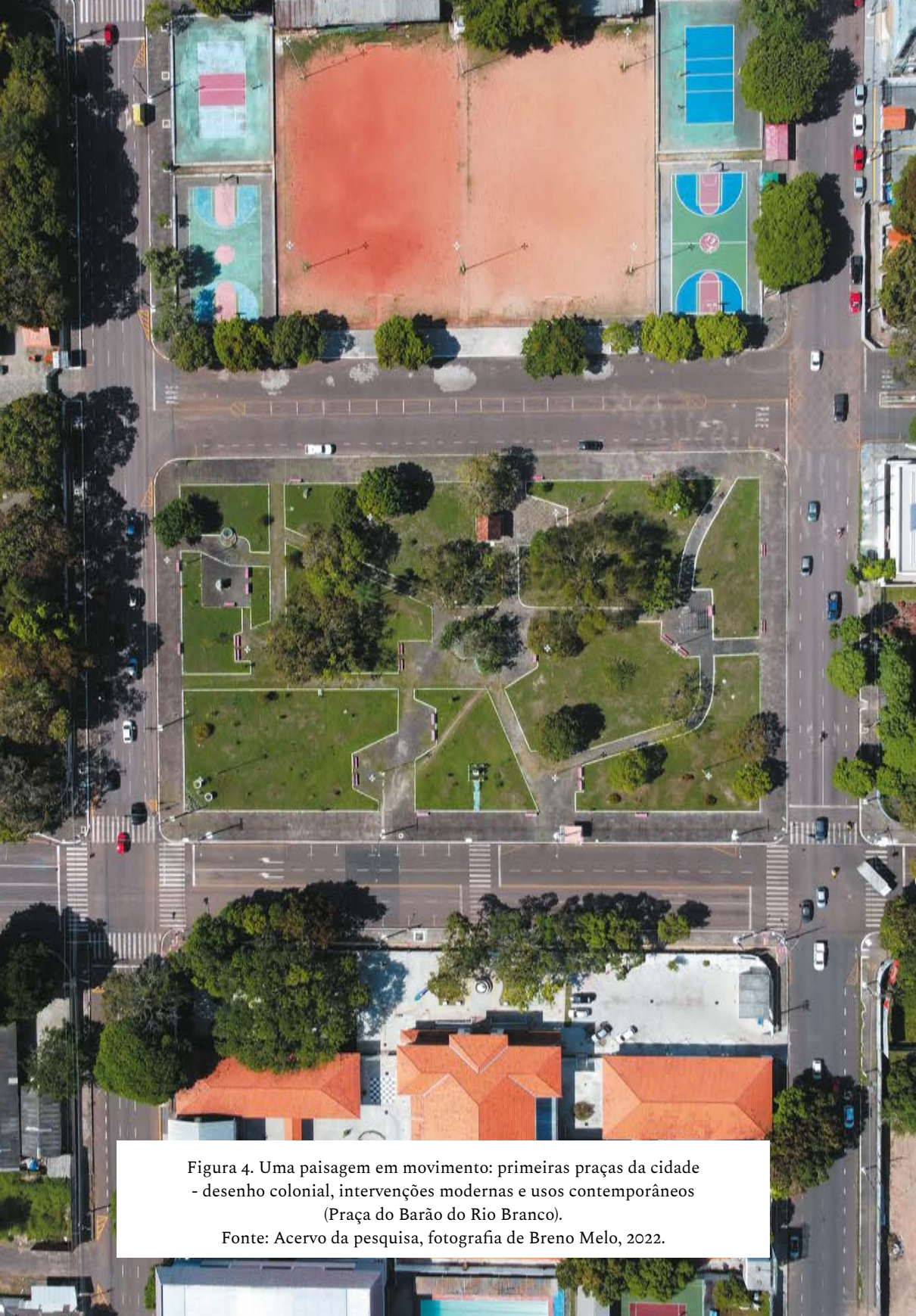


Figura 4. Uma paisagem em movimento: primeiras praças da cidade - desenho colonial, intervenções modernas e usos contemporâneos (Praça do Barão do Rio Branco).

Fonte: Acervo da pesquisa, fotografia de Breno Melo, 2022.



Figura 5: Uma paisagem em reinvenção: apropriação espontânea - uma quadra de basquete “inventada” em uma rua do bairro do Laguinho em Macapá.

Fonte: Acervo da pesquisa, fotografia de Louise Pontes, 2018.



Figura 6: Espaços de borda - vista aérea do limite entre a cidade e o Rio Amazonas.  
Fonte: Acervo da pesquisa, fotografia de Breno Melo, 2022.



Figura 7: Uma paisagem em reinvenção - apropriação espontânea, intervenção e prática de “futelama” no limite da cidade, no encontro do Rio Amazonas com o Igarapé da Fortaleza, em Macaá.

Fonte: Acervo da pesquisa, fotografia de Louise Pontes, 2018.

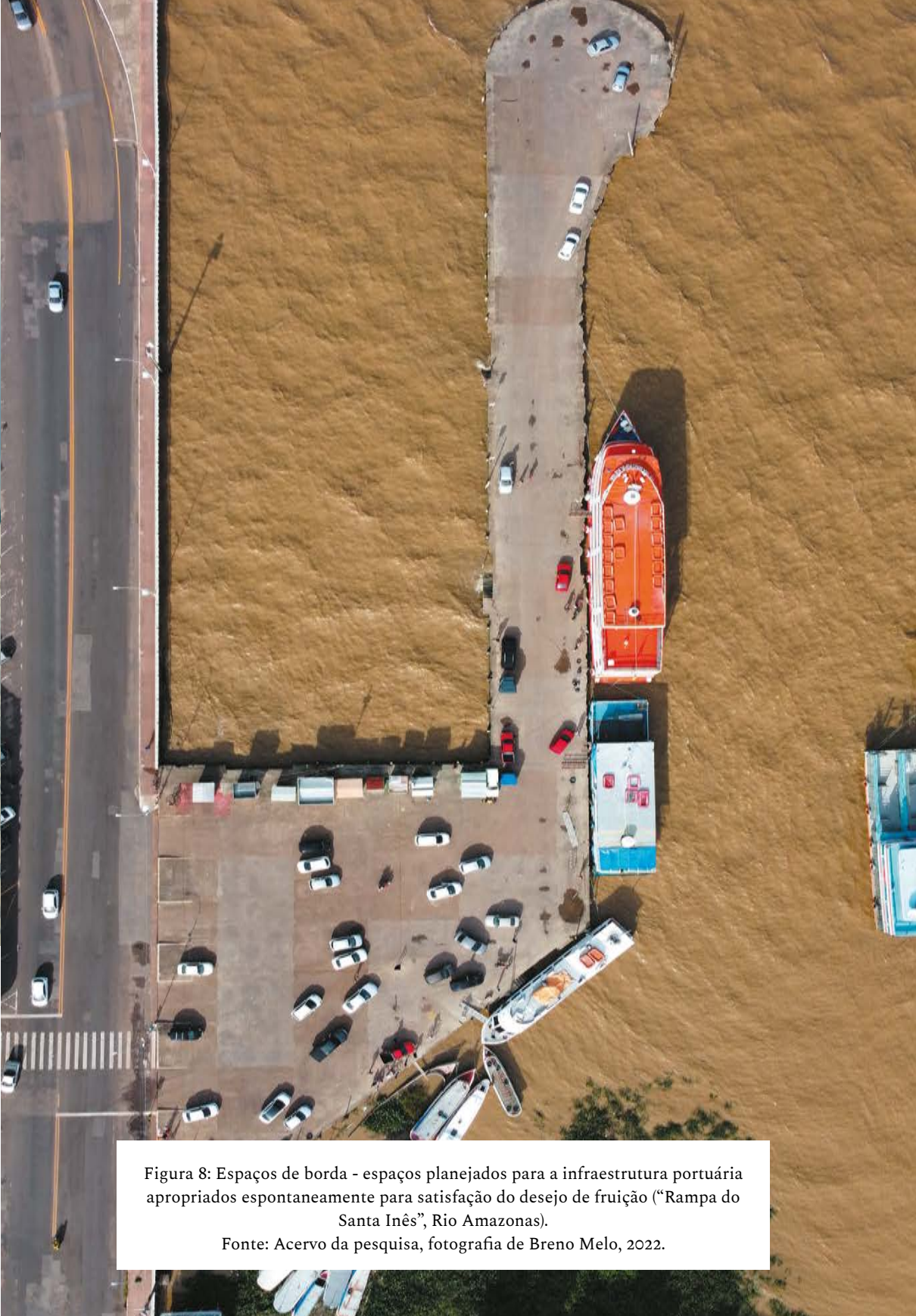


Figura 8: Espaços de borda - espaços planejados para a infraestrutura portuária apropriados espontaneamente para satisfação do desejo de fruição (“Rampa do Santa Inês”, Rio Amazonas).

Fonte: Acervo da pesquisa, fotografia de Breno Melo, 2022.



Figura 9: Espaços de borda - espaços planejados para a infraestrutura (portos, piers, etc.) apropriados espontaneamente para satisfação do desejo de fruição (“Rampa do Açai”, Rio Amazonas).

Fonte: Acervo da pesquisa, fotografia de Louise Pontes, 2019.

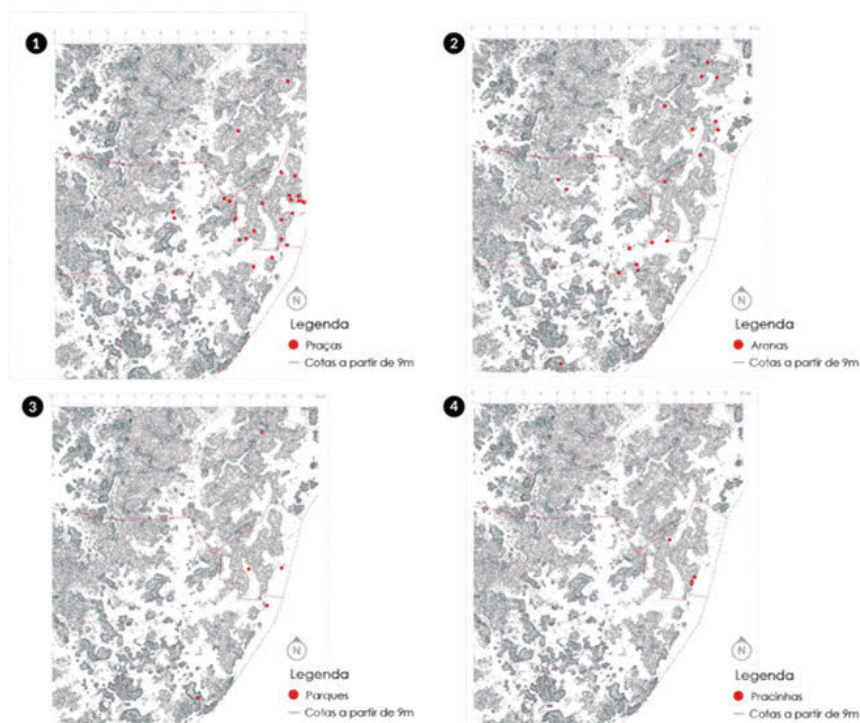


Figura 10: Localização dos espaços de lazer em relação à topografia da cidade de Macapá.

Fonte: Pontes, 2021.

No centro, há mais praças (espaços mais antigos) e, nas zonas sudoeste e norte, há mais arenas (espaços esportivos); há predominância de espaços nas cotas mais altas; contudo, há parques e pequenos espaços (pracinhas) nas bordas e em cotas abaixo de 9m acima do nível do mar.

### 2.3 PONTO TRÊS: CADA DESENHISTA É UM UNIVERSO

Para que a abertura que defendemos para a cidade se concretize também em sala de aula, é necessário que as práticas pedagógicas estejam alinhadas com os conceitos que defendemos. A construção do conhecimento no ensino de arquitetura da paisagem e as estratégias de apreensão da paisagem podem ser compreendidas como ferramentas para o reconhecimento de si no seu devido contexto — sua cidade, sua cultura, sua paisagem. Nesse processo, é fundamental reconhecer a inseparabilidade

entre mente e corpo, afeto e razão (Hooks, 2013), bem como entre teoria e prática (Freire, 2014). A paisagem da cidade de Macapá, onde se localiza a sala de aula que compartilhamos, constitui o nosso universo comum. No entanto, cada aluno, por sua vez, é também um universo próprio, pois reside em diferentes partes da cidade e possui experiências e relações singulares com essa paisagem.

A segunda experiência em sala de aula (remota), com a turma AU2019, no ano de 2020, buscou, por meio do desenho (sobretudo à mão livre), as possibilidades de reconhecimento do território, além de entender as transformações da paisagem como experiências que permeiam nossas histórias e nossas vidas. Paralelamente à instrumentalização do grupo com as bases teóricas e metodológicas da arquitetura da paisagem e da história da cidade, foram propostos cinco desafios de desenho. As representações deveriam ser autorais, individuais, e seguir a escala e o tema propostos, mas as ferramentas e os modos de apreensão e representação da paisagem eram livres. Todas as representações foram compartilhadas em uma plataforma que simula um mural virtual (Padlet), no qual também era possível incluir imagens, comentários e links que complementavam a experiência.

O primeiro exercício propunha que os alunos imaginassem as origens da cidade, visualizando como seria o território de Macapá caso não houvesse uma cidade. O segundo exercício solicitava que, a partir dessa análise, construíssem uma representação que identificasse os elementos do sítio que influenciaram ou definiram a forma urbana ao longo da história. O terceiro desafio consistia em observar um recorte da cidade escolhido por cada aluno, com o objetivo de analisar e nomear as transformações ocorridas no sítio e na malha urbana durante os processos de urbanização. O quarto exercício pedia que identificassem e desenhassem os espaços que mantêm o ecossistema e a sociabilidade na cidade. Por fim, os alunos foram convidados a apresentar hipóteses de desenho da paisagem para um futuro socioambiental melhor para a cidade de Macapá.

Nos desenhos iniciais, feitos ainda nas primeiras aulas, observava-se uma visão superficial da complexidade da paisagem, baseada no senso comum que associa a paisagem apenas à imagem de uma natureza bu-

cólica e intocada. No entanto, os desenhos já traziam elementos importantes que conformam este território, identificados por meio de cores e texturas que buscavam entender e representar, sobretudo, a hidrografia e os diferentes tipos de vegetação, além dos fluxos e movimentos desses elementos (ver figura 12).

Nas etapas seguintes, com um arcabouço conceitual e metodológico mais avançado, os alunos passaram a indicar relações mais complexas entre topografia, hidrografia, biodiversidade e o tecido urbano. Nesse momento, também surgiram relatos de espaços cujas dinâmicas do sítio e da sociabilidade eram inseparáveis. Esses espaços fazem parte do cotidiano urbano, mas incluem também aqueles que desapareceram com o avanço da urbanização, como antigos igarapés que foram aterrados em diferentes partes da cidade (ver figura 15).

Os alunos passaram a dar nome aos processos de transformação da paisagem, como “aterramento”, “supressão/redução de cobertura vegetal” e “retificação/canalização dos corpos d’água”, entre outros, estabelecendo análises e comparações ao longo do tempo e entre diferentes partes da cidade. Ficaram evidentes os entrelaçamentos entre as dinâmicas biofísicas, as escolhas adotadas na forma urbana e as experiências e memórias (dos alunos e de seus familiares) na cidade. À capacidade de decompor a paisagem em camadas biofísicas, proposta como método, se sobrepôs a vivência da cidade, agregando mais uma camada de conhecimento sobre a paisagem.

Nas etapas finais, a partir de uma compreensão dos processos em curso, foi possível refletir sobre os desafios do planejamento da paisagem na escala da cidade e no contexto regional. Essas análises combinavam as dimensões da continuidade da paisagem, a importância da articulação entre as escalas, a espessura da paisagem e suas camadas biofísicas e socioespaciais, além das leituras sobre a disponibilidade e a distribuição de espaços abertos, a desigualdade de acesso na cidade e os valores que gostaríamos de garantir para essa paisagem. Juntos, na sala de aula e nas trocas com a pesquisa e a iniciação científica, compreendemos a importância de inventariar e nomear (ainda que provisoriamente) espaços e processos, a fim de revelar aspectos que ainda não conhecíamos.

A assimilação dos conceitos, métodos e referências de planejamento e projeto estudados, somada à experiência de apreensão e representação da paisagem de Macapá ao longo das aulas, permitiu que, ao serem solicitados a apresentar cenários futuros, os alunos trouxessem estratégias de espaços abertos e conexões defendidas pela literatura, concebendo-os a partir de um “pensamento tático” e engajado com seu próprio território.

O desenvolvimento da linguagem do desenho propiciou um aprendizado sobre a linguagem própria desse território. Em um contexto de distanciamento social imposto pela pandemia, os desenhos também tornaram-se um canal para uma maior aproximação entre os indivíduos da sala de aula. Quando comparada à experiência do ano anterior, esta atividade obteve resultados mais positivos e maior aderência entre os alunos, proporcionando uma troca mais significativa e uma abertura maior entre todos os integrantes da sala.

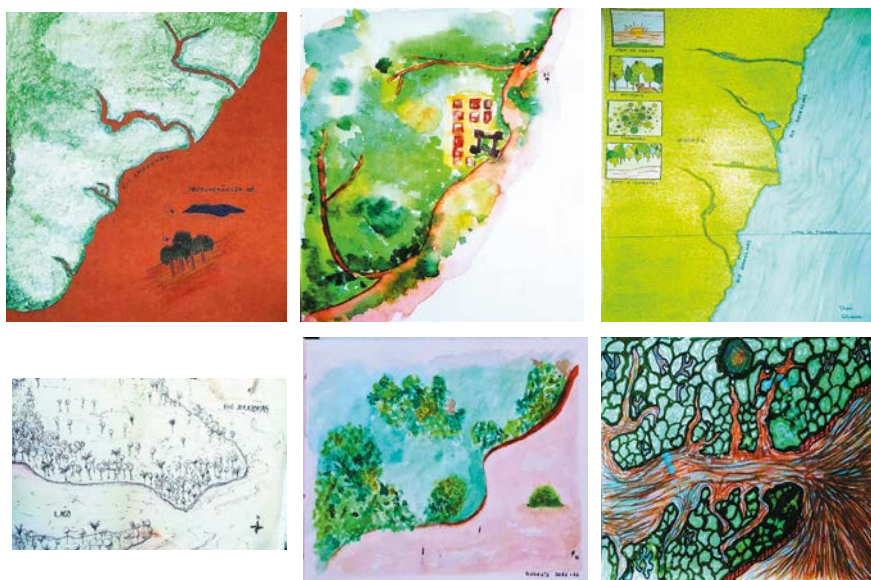


Figura 11: (Re)conhecendo a paisagem de Macapá a partir do desenho - etapa inicial, como imaginam que era essa paisagem antes do processo de urbanização.

Fonte: Desenhos elaborado pelas alunas Márcia Almeida, Beatriz Castilho, Thaís Oliveira, Emanuelle Martins, Roberta Ferreira e Camila Amanajás (no sentido da leitura).

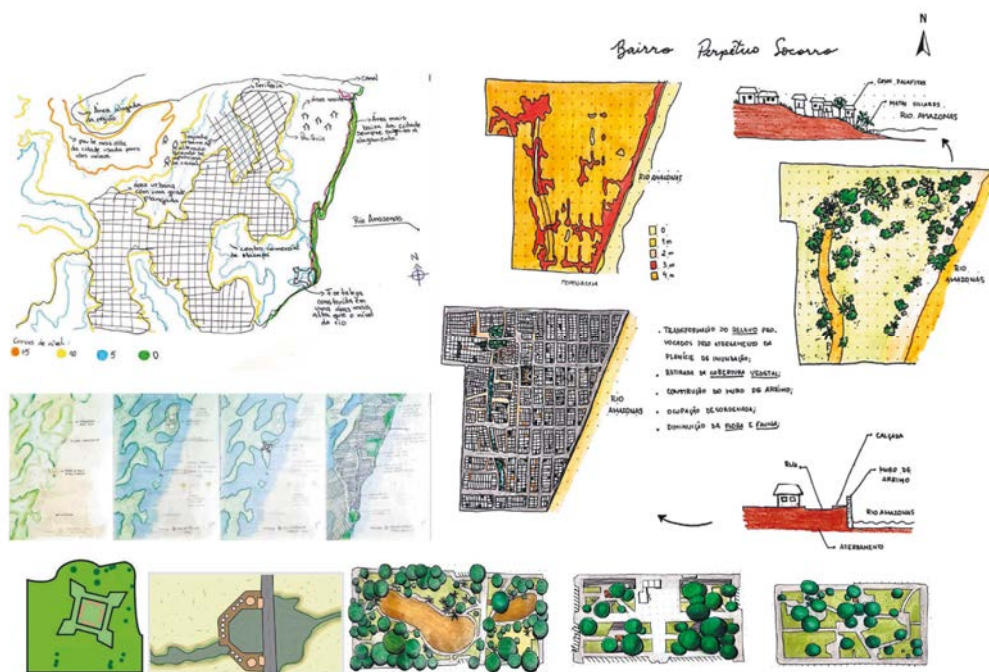


Figura 12: (Re)conhecendo a paisagem de Macapá a partir do desenho: etapas intermediárias, atravessando as escalas da cidade, do bairro, até os espaços abertos existentes.  
 Fonte: Desenhos desenvolvidos pelas alunas Emanuelle Martins, Jéssica Cruz, Roberta Ferreira, Yngrid Viera e Ana Paula Oliveira (no sentido da leitura).

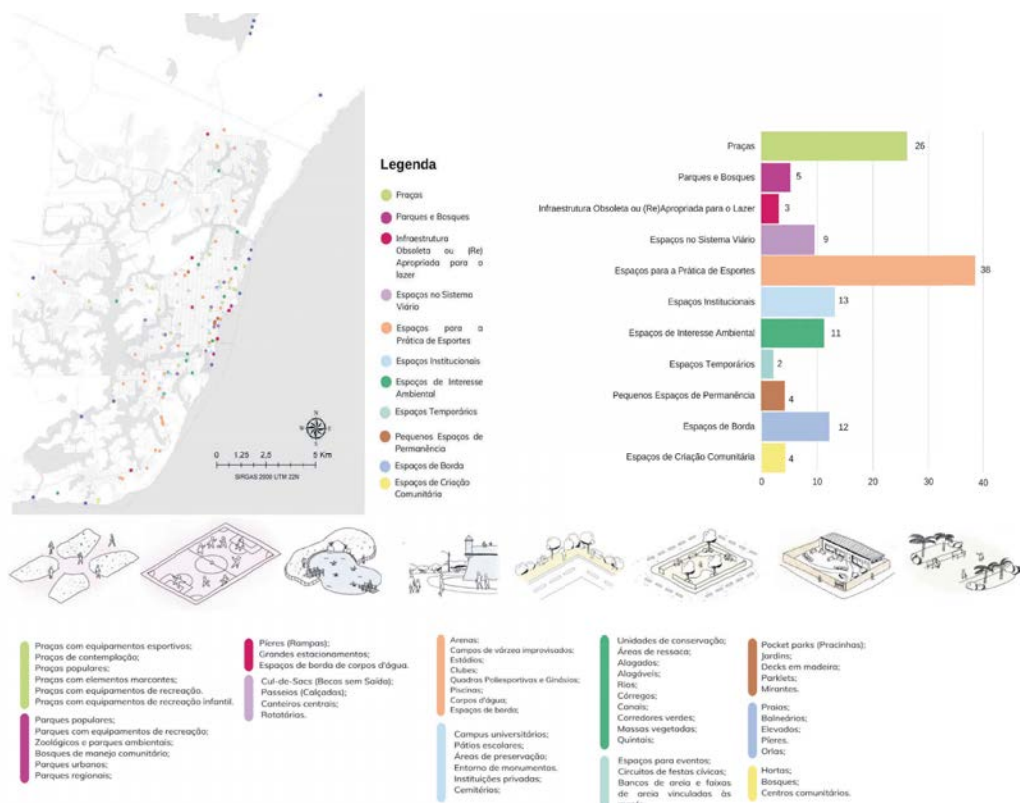


Figura 13: Exercício de elaboração de uma taxonomia dos espaços abertos de Macapá - sistematização e atualização dos dados da pesquisa e do ensino, elaborada na Iniciação Científica; a) a distribuição dos espaços; b) análise quantitativa de espaços; c) exercício de classificação, dando nome aos espaços sem nome; d) diagramas dos espaços de acordo com o uso, com a existência de elementos marcantes, com a forma, com o domínio e com a escala.

Fonte: Pontes e Martins, 2021. .

### 3. ENTRE SISTEMAS E CONSTELAÇÕES: O DESENHO DAS TRAMAS

A parte final deste capítulo não é uma conclusão definitiva nem um ponto de chegada, mas um ponto de partida para refletir sobre a prática de ensino e pesquisa da paisagem em Macapá. Essa trajetória, que se inicia com a revisão das palavras para compreender o contexto em que estamos inseridos, encerra-se (ainda que com respostas provisórias) com a reflexão sobre a palavra “trama”. Embora cada ponto do território seja relevante e traga informações valiosas para o desenho da paisagem, é na análise do conjunto que se encontram as contribuições mais significativas.

Nos estudos sobre arquitetura da paisagem no Brasil, a palavra “sistemas”, advinda da ecologia da paisagem, é frequentemente utilizada para se referir ao conjunto de espaços livres (públicos ou privados) destinados à sociabilidade e à manutenção da biodiversidade. Esses sistemas são compostos por fragmentos e corredores que se buscam conectar cada vez mais à forma urbana (Tardin, 2008).

Por outro lado, nos estudos urbanos, há também o conceito de “constelação”, proposto por Walter Benjamin e incorporado aos estudos em contexto brasileiro. A constelação é um sistema aberto, não linear, variável e impermanente, no qual as conexões entre estrelas representam explosões de diferentes tempos, tamanhos e tipos. Essa metáfora dá corpo a um método que estabelece relações entre fragmentos urbanos, onde as conexões não se baseiam na contiguidade da forma da cidade, mas sim em seus significados (Jacques, 2015).

Nos estudos urbanos, frequentemente recorremos também a metáforas relacionadas à tessitura, aos tecidos, à tapeçaria, ao *patchwork* e às tramas. A ideia de trama aparece em experiências consolidadas no planejamento da paisagem e na organização dos espaços abertos, como nas “tramas verdes e azuis”, que conectam rios e *habitats* conservados em vastas extensões territoriais, especialmente em escala regional. No contexto amazônico, esse conceito também tem sido explorado. Cardoso (2021), por exemplo, adapta essa construção conceitual à região amazônica e ao universo ribeirinho, denominando-a “Trama Verde e Azul dos Povos da Floresta”.

Em Pontes (2021), são apresentados os conceitos de sistema e de constelação, argumentando que cada um deles explica dinâmicas distintas que compõem a cidade. Segundo essa perspectiva, o planejamento da paisagem deveria incorporar elementos de ambos. Neste capítulo, buscamos expandir essa reflexão, explorando outros desdobramentos da palavra trama. Propomos ressignificá-la como um ponto de convergência entre esses dois universos, abrindo caminhos para novas interpretações.

Nesse sentido, podemos pensar a trama como estrutura da paisagem, à semelhança da ideia de sistemas. Também podemos enxergá-la como narrativa, um enredo em constante (re)construção, capaz de redefinir caminhos e destinos. Por fim, a trama pode ser vista como um emaranhado que conforma comunidades, fortalece o senso de pertencimento e nos conecta à teia da vida, entre nós mesmos, na cidade e na sala de aula.

### 3.1 A TRAMA COMO ESTRUTURA DA PAISAGEM

As cidades contemporâneas são marcadas por uma profusão de fragmentos (interstícios, espaços públicos, áreas verdes, espaços não-edificados *etc.*) cujo conjunto pode atuar como um elemento estruturante dos territórios. Uma das formas de organizar essa estrutura é por meio do método proposto pela ecologia da paisagem (Forman, 1995), que, a partir da identificação de fragmentos e corredores, permite o desenho de uma matriz. Esse conceito refere-se a uma estrutura organizadora e, em sentido figurado, também remete à ideia de origem. A matriz é um importante recurso operativo para identificar ilhas de biodiversidade e conectá-las por meio de corredores, promovendo a recomposição e a recuperação da vida não humana nas cidades, além de mitigar os impactos da degradação ambiental.

Contudo, é necessário refletir se a aplicação desse conceito e método ainda se apoia em uma compreensão dicotômica entre cidade e uma suposta “natureza intocada” ou se sua aplicação pode servir para justificar o apagamento de experiências que conectam o sítio à sociabilidade e à cultura. Na Amazônia, há entrelaçamentos fundamentais entre o sítio e os modos de vida nas paisagens urbanas que, por vezes, podem escapar

a essas matrizes quando transpostas de outros contextos e aplicadas sem as devidas mediações.

A paisagem que estudamos é fabricada e está em constante transformação. Trata-se de um mosaico que abrange rios canalizados, grandes áreas aterradas, aplainadas e contaminadas, mas também bosques e hortas cultivadas, florestas manejadas, igarapés e balneários — uma paisagem inseparável dos artefatos, dos saberes e da fruição humana. Compreender a matriz do ecossistema é essencial, assim como reconhecer seu equivalente sociocultural. A paisagem pode ser (re)desenhada. A possibilidade de redesenhá-la, conectando pontos e linhas, permite uma leitura que abre caminhos para repensar o traçado da cidade, sobrepondo espaços de fruição e drenagem, memória e microclima, encontro e manutenção da biodiversidade, resgatando conexões que, em algum momento, podem haver sido negadas.

Uma trama é um conjunto de linhas entrelaçadas que, juntas, formam uma estrutura única — uma tela, um tecido. A palavra trama, assim como as metáforas relacionadas à tessitura, não remete necessariamente a uma estrutura pré-existente, mas evoca as artesanias e o ato de tecer. Na ideia de trama, há uma abertura, uma maleabilidade: ao tecer, podemos criar nós, novas linhas, novas formas e texturas, além de aumentar ou diminuir, redesenhando o tecido conforme desejado.



Figura 14: O projeto situado em uma trama de espaços abertos: Mapas de apresentação de projeto de paisagismo que sucederam os exercícios de apreensão e representação da paisagem.

Fonte: Alunos Guilherme Aranha, Maria Vitória e Melyssa Oliveira (2020); Ana Carolina Vasconcelos, Guilherme César, Marianna Menezes e Vilma Paola Bueno (2021).

As paisagens são formadas e atravessadas por narrativas — enredos montados, remontados e compostos por lugares, personagens, memórias e destinos. Narrador e narrativa nunca são neutros, e há uma evidente desigualdade na propagação das histórias produzidas por aqueles que detêm o poder. Ainda assim, podemos construir outras narrativas em múltiplas linguagens, alterar o foco, destacar outros personagens e, quem sabe, mudar destinos (Adichie, 2009).

A partir das lentes do pensamento decolonial, compreendemos a imposição de um paradigma de narrativa única, da perda e da impotência em contextos periféricos, como a Amazônia. No entanto, vislumbramos a possibilidade do desenho projetivo como tática — uma ação prudente, um meio para a criação de contranarrativas. Como explica Adichie (2009), a narrativa única não é uma mentira, mas é truncada e atravessada por estereótipos. Por isso, são necessárias muitas narrativas sobre uma mesma realidade. As histórias importam. Muitas histórias importam.

O desenho da paisagem deve refletir sobre as formas socialmente construídas, questionando se elas buscam impor determinados modos de convivência em detrimento de outros. Mapa, desenho e projeto são, também, construções narrativas. Trazer para o centro do debate as experiências e informações invisibilizadas é uma maneira de contar a história a partir de uma perspectiva diferente.

As experiências desenvolvidas em sala de aula contribuem para a reflexão sobre essa paisagem, comumente apresentada como lugar do atraso, e para reconhecê-la como lugar de possibilidades, reivindicação e ação.

Uma trama é também um enredo, um emaranhado que conecta as partes e os acontecimentos, formando uma narrativa.

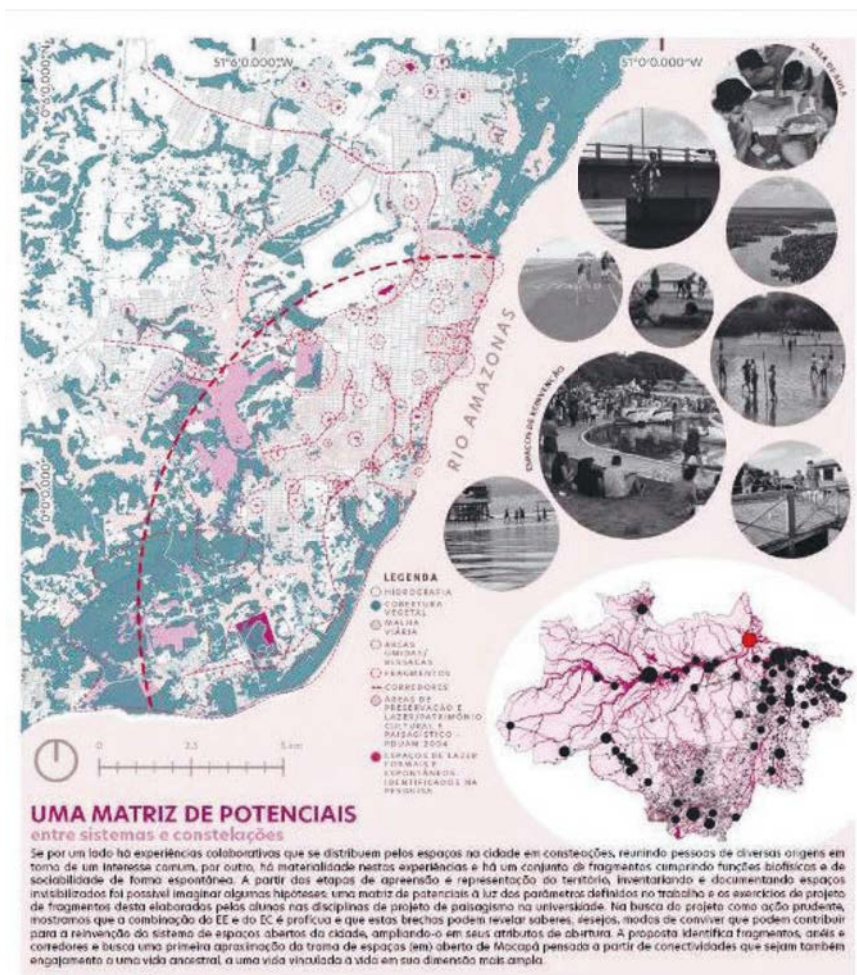


Figura 15: Uma matriz de potenciais - estudos para uma trama de espaços abertos na cidade de Macapá.

Fonte: Autora, 2022 (recorte da prancha submetida ao Prêmio Arquiusur, representando a FAU/UFRJ na categoria e “investigación – B”. Acesso: [arquiusur.org/premios-2022/](http://arquiusur.org/premios-2022/).

## 3.2 A TRAMA COMO COMUNIDADE

Se o conceito-chave para definir uma trama é o conjunto de encontros entre pontos e linhas, as conexões e os entrelaçamentos, ela também pode ser uma metáfora pertinente para refletir sobre o encontro, os vínculos e o pertencimento na paisagem. Se entendemos o espaço aberto como aquele capaz de acolher a alteridade, estimular o contato social, reduzir barreiras e ampliar o acesso, o desenho engajado é aquele que parte do território e suas singularidades para estimular a formação de comunidade e promover melhores condições de coexistência na complexidade ecológica e social contemporânea.

Sabemos que, no macrocosmo da paisagem, a dimensão do sentido é essencial, especialmente em um contexto como o amazônico. Mas, no microcosmo do espaço de ensino, a sala de aula também pode ser vista como um espaço para criar vínculos e construir comunidade? Ao apreender, representar e criar cenários para a paisagem e seus recantos, nos apropriamos dessa realidade, reconhecendo seus potenciais e desafios. Esse processo também pode ser uma maneira de estabelecer vínculos, tanto com a cidade quanto entre os participantes, gerando novas conexões e tramas. Repensar e reinventar o desenho, assim como a nossa própria inserção na paisagem e na trama da vida, pode parte dessa transformação.

Cada aluno traz consigo histórias, memórias e conexões inesperadas. A sala de aula pode ser um espaço que desperta o desejo de apreender o mundo, de buscar formas de recuperar a confiança e o contentamento. No entanto, essa busca não pode ser solitária, pois o entusiasmo surge de um esforço coletivo (Hooks, 2013). Nas experiências apresentadas, buscamos valorizar a presença e a contribuição de cada indivíduo, estimulando a participação e a reciprocidade, perseguindo uma postura aberta no ensino e na aprendizagem.

Como explica Hooks (2013, p. 23), “os educadores têm o dever de confrontar as parcialidades que têm moldado as práticas pedagógicas em nossa sociedade e de criar novas maneiras de saber, estratégias diferentes para partilhar o conhecimento”. Diante disso, é essencial refletir constantemente sobre nossos métodos. A sala de aula deve construir-se



Figura 16: (Des)encontros entre “cidade e natureza”- imagem aérea da Linha Imaginária do Equador, zona sul da cidade Macapá.

Fonte: Acervo da pesquisa, fotografia de Breno Melo, 2022.

no processo de interação e questionamento, promovendo trocas horizontais para enfrentar o desafio de fazer emergir o conhecimento do outro, tecer possibilidades de troca, registrar trajetórias e criar comunidade.

O ensino e o desenho da paisagem, entre linhas, pontos e tramas, não devem ser construídos em torno de barreiras, mas de aberturas para as trocas e o reconhecimento das experiências subjugadas, tanto na cidade quanto na sala de aula. É preciso treino e experimentação para permanecer (em) aberto.

Uma trama é, portanto, uma rede de sentidos que também constrói comunidade.

## RESULTADOS E REFLEXÕES

As reflexões apresentadas ao longo do capítulo evidenciam que o ensino do desenho da paisagem pode atuar como um instrumento de leitura crítica do território e de produção de conhecimento. A análise conceitual permitiu ampliar a compreensão sobre paisagem e espaço aberto, enquanto a revisão dos métodos de planejamento revelou a necessidade de abordagens mais contextuais e engajadas. As experiências pedagógicas demonstraram que, ao integrar teoria e prática, os alunos desenvolveram um olhar mais sensível e crítico sobre a paisagem de Macapá, incorporando múltiplas narrativas e formas de representação. Esses resultados reforçam a importância de metodologias abertas, experimentais e dialógicas no ensino da arquitetura da paisagem.

Este capítulo demonstra que o ensino e o desenho da paisagem são processos interligados: enquanto o primeiro prepara os alunos para uma leitura crítica do território, o segundo possibilita a construção de propostas mais coerentes e sensíveis à realidade local. Dessa forma, é essencial que os métodos pedagógicos estejam alinhados às demandas contemporâneas da arquitetura da paisagem, promovendo um ensino aberto, dialógico e comprometido com a transformação social.

## REFERÊNCIAS

- ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **The Danger of a Single Story**. TED. TEDGlobal 2009.
- BALFOUR, Alan. Octagon: the persistence of the ideal, in: **Recovering Landscape: essays in contemporary landscape architecture**. New York: Princeton, 1999.
- BATLLE, Enric. **El jardín de la metrópoli: Del paisaje romántico al espacio libre para una ciudad sostenible**. Barcelona: Gustavo Gili, 2011.
- LOUREIRO, V. (2002). Amazônia: uma história de perdas e danos, um futuro a (re)construir. **Estudos Avançados (USP)**, v. 16 n. 45.
- CARDOSO, A. (Org.) (2006) **O rural e o urbano na Amazônia: diferentes olhares em perspectiva**. Belém: EDUFPA.
- CARDOSO, Ana Cláudia Duarte. A Trama dos Povos da Floresta: Amazônia para além do verde. **Revista da Universidade Federal de Minas Gerais**, v. 28, n. 3, p. 57-87, 2021
- CARERI, Francesco. **Walkscapes: o caminhar como prática estética**. São Paulo: Ed. G. Gilli, 2013.
- CORBOZ, André. **Le Territoire comme palimpseste et autres essais**. Paris: Les Éditions de l'Imprimeur, 2001.
- CORNER, James. **Recovering Landscape: essays in contemporary landscape architecture**. New York: Princeton, 1999.
- COSTA, Lucia; GORSKI, Maria Cecília (Org.). **O livro da Rosa — vivência e paisagens**. 1. ed. São Paulo: Romano Guerra Editora, 2019.
- DEMING, M. Elen; SWAFFIELD, Simon. **Landscape Architecture Research: inquiry, strategy, design**. New Jersey: John Wiley & Sons, Inc., 2011.
- FOLCH, Ramon; BRU, Josepa. **Ambiente, territorio y paisaje: valores y valoraciones**. Barcelona: Editorial Barcino, 2017.
- FORMAN, Richard T. **Land Mosaics: the ecology of landscapes and regions**. Cambridge: Cambridge University Press, 1995.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido**. Editora Paz e Terra, 2014.
- HOOKS, Bell. **Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade**. São Paulo: Martins Fontes, 2013.
- HOUGH, Michael. **Cities and Natural Process**. Londres: Routledge, 1995.
- IBGE. **Estatísticas sobre o Amapá**. 2021. Disponível em: <https://www.>

- ibge.gov.br/cidades-e-estados/ap/macapa.html
- JACQUES, Paola Berenstein. **Experiências metodológicas para compreensão da complexidade da cidade contemporânea**. Salvador: Edufba, 2015.
- KRENAK, A. **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.
- LYNCH, Kevin. **Good City Form**. Cambridge: The M.I.T. Press, 1981.
- LYNCH, Kevin. The openness of open space, in: BANERJEE, Tridib; SOUTHWORTH, Michael. (Ed.). **City Sense and City Design: Writings and Projects of Kevin Lynch**, pp. 396–412. Cambridge, MA: MIT Press, 1965.
- MAGNOLI, Miranda Maria Esmeralda Martinelli. **Espaços livres e urbanização: uma introdução a aspectos da paisagem metropolitana**. 1982. Tese (Livre Docência) — Universidade de São Paulo, São Paulo, 1982.
- MARTINS, Ivie.; PONTES, Louise. Uma taxonomia para os espaços abertos de Macapá. In: **Conferência da Rede Lusófona de Morfologia Urbana** — PNUM: identidades e dinâmicas de reconfiguração urbana na era digital, 2021, Lisboa. Anais [...]. Lisboa, 2021.
- MCHARG, Ian. **Design with nature**. New York: American Museum of Natural History, 1969.
- MEINIG, Donald William (org.). **The interpretation of ordinary landscapes**. Geographical Essays D. W. Meinig, Editor, 1979.
- MERGULHÃO, Pedro Tarcio Pereira. **Da terra primeva às Amazônia: invenções, realidades, conciliações**. 2018. Tese (Doutorado em Urbanismo) — Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.
- MONTE-MÓR, Roberto. **Urbanização extensiva e lógicas de povoamento: um olhar ambiental**. Território, globalização e fragmentação. São Paulo: HUCITEC/ANPUR, 1994.
- NOBRE, A. O pó de fadas da Amazônia. *El País*. 23 ago. 2010. Entrevista concedida a Ramiro Escobar. Disponível em: [https://brasil.elpais.com/brasil/2014/08/14/sociedad/1408010925\\_555437.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2014/08/14/sociedad/1408010925_555437.html)
- PERES, R. B.; SCHENK, Luciana B. M. Planejamento da paisagem e mudanças climáticas: uma abordagem multidisciplinar em São Carlos (SP). **AMBIENTE & SOCIEDADE** (ONLINE), v. 24, p. 1-24, 2021.
- PONTES, Louise. **Espaço (em) aberto: brechas à reinvenção do projeto e da paisagem, um estudo sobre a cidade de Macapá**. Tese (doutorado)

- Universidade Federal do Rio de Janeiro, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Programa de Pós-Graduação em Urbanismo, 2021.
- PONTES, Louise Barbalho; GARCIA, Matheus Cleber Melo; VASCONCELOS, Ana Carolina Souza de. A cidade no estuário do rio Amazonas: mapeando apagamentos e sobrevivências na convivência com as águas na Cidade de Macapá-AP. **Paisagem e Ambiente**, São Paulo, Brasil, v. 34, n. 52, p. e223801, 2023. DOI: 10.11606/issn.2359-5361.paam.2023.223801. Disponível em: <https://revistas.usp.br/paam/article/view/223801>. Acesso em: 25 fev. 2025.
- SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula. (Orgs.) **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Editora Cortez, 2010.
- SANTOS, G. N. dos; MEDEIROS, J. M. M. (2015). Reabilitação ambiental no Igarapé da Fortaleza — o Parque do Igarapé e seu paisagismo ecológico. **Paranoá**, 8(14). <https://doi.org/10.18830/issn.1679-0944.n14.2015.16931>
- SCHÖN, Donald. **The reflective practioner**. New York: Basic Books, 1983.
- SENNET Richard. **Construir e habitar: ética para uma cidade aberta**. 1ª ed. São Paulo: Record, 2018.
- SCHENK, LUCIANA BONGIOVANNI MARTINS. Pinturesco e Paisagem: representações, projetos e contatos entre temporalidades. In: Simone Helena Tanoue Vizioli; Givaldo Luiz Medeiros; Joubert José Lancha; Paulo César Castral. (Org.). **O Desenho na História: a arte, o instrumento e a mão**. 1ª ed. São Carlos: Universidade de São Paulo, Instituto de Arquitetura e Urbanismo de São Carlos, 2020, v. 1, p. 6-332.
- SNODGRASS, Adrian; COYNE, Richard. **Interpretation in Architecture: Design as Way of Thinking**. Routledge, 2006.
- SOLÀ-MORALES, Ignasi. **Territórios**. Barcelona: Gustavo Gili, 2002.
- SPIRN, Anne. **Landscape Planning and the City**. Landscape and Urban Planning 13, 1986.
- TARDIN, Raquel. **Espaços livres: sistema e projeto territorial**. Rio de Janeiro: 7Letras, 2008.
- VIGANÒ, Paola. **Territories of Urbanism**. Oxford: EPFL Press — Routledge, 2016.
- WALL, Alex. Programming the urban surface. In: **Recovering Landscape, Essays in Contemporary Landscape Architecture**. New York: Princeton Architectural Press, 1999.



Casas em áreas de ressaca. Fonte: Acervo da pesquisa,  
fotografia de Breno Melo, 2022.

### 3

## PRÁTICAS DE MORAR: REGISTROS NO MEIO DO MUNDO

*Melissa Kikumi Matsunaga*

### CONSIDERAÇÕES INICIAIS

As práticas de morar identificadas no presente capítulo integram a pesquisa de doutorado intitulada “Quando a água vira cidade: urbanização e moradia em Macapá-AP”, cuja tese foi defendida em 2021 no Programa de Pós-graduação em Urbanismo da Universidade Federal do Rio de Janeiro (Prourb-UFRJ), sob orientação da profa. Eliane Ribeiro de Almeida da Silva Bessa<sup>1</sup>. Na tese, investiguei os acontecimentos históricos que engendraram os conflitos existentes no território macapaense e que disputam espaço e narrativas relativas à moradia da população pobre em Macapá. Se é de entendimento comum que é o próprio Estado que produz os pobres urbanos<sup>2</sup>, ainda não é consenso que a responsabilidade pelo equacionamento da vulnerabilidade socioambiental — fator determinante no conflito associado aos assentamentos precários brasi-

---

1 Ver Matsunaga (2021).

2 Ver Loureiro (2004), Souza (2019).

leiros — passa por adotar políticas públicas compreensivas, responsivas, cuidadosas com as pessoas e suas vidas.

Recorre-se à legislação muitas vezes para impedir, criminalizar, mas raramente solucionar os problemas de moradia da população de baixa renda. Questionar o quadro normativo existente parte do pressuposto de que a lei é uma construção social, validada pela ordem republicana, ainda em formação no Brasil. Se ela não atende a todos, é necessário buscar compreender seus motivos, problematizar a manutenção de privilégios e a desigualdade em nossa sociedade.

Nosso passado colonial, formado a partir da escravidão (primeiro de indígenas, depois de negros), que, por sua vez, institucionalizou a violência e o monopólio de renda e poder em adição às práticas patrimonialistas e clientelistas, são raízes do autoritarismo no Brasil. Infelizmente interesses particulares colocados como se fossem representativos de uma nação forjam o entendimento do que é o Estado brasileiro. Soma-se à essa distorção a força das representações sociais, que naturaliza as desigualdades e a violência, ao criar mitos, como a própria “descoberta” do Brasil, um território já povoado, ou o apaziguamento social que vivemos pautado na narrativa da democracia racial, ou os bandeirantes como heróis nacionais por ampliar nossa área territorial ao enfrentar e dominar as florestas e “índios selvagens avessos à civilização”. Precisamos reconhecer que o povo brasileiro é composto do confronto, e não do encontro entre brancos, indígenas e negros.<sup>3</sup>

Como resultado dessa política histórica excludente, hoje vivenciamos em nossas cidades grandes disparidades em relação à distribuição dos bens coletivos produzidos socialmente. A moradia e a vida da população de baixa renda são precárias, principalmente pelo fator localização dos assentamentos, muitas vezes distante dos centros, onde geralmente se localiza o trabalho e há mais equipamentos públicos e infraestrutura urbana instalada. É comum tais assentamentos serem localizados em áreas de proteção ambiental, sendo que tais áreas são ocupadas por estarem fora do mercado imobiliário; normalmente são áreas de risco

---

3 Ver Schwarcz (2019).

como encostas ou áreas sujeitas a alagamentos; frequentemente o assentamento também não dispõe de rede de abastecimento de água, de esgotamento sanitário e de pavimentação.

Como dito anteriormente, os conteúdos aqui tratados têm sua origem na minha pesquisa de doutorado. O momento inicial de definição da pesquisa, em 2016, ocorreu quando eu me colocava como uma pretensiosa e tola *chegante*<sup>4</sup> em Macapá, iniciando a profissão da docência universitária na universidade pública, e trazendo comigo uma bagagem prática de atuação e participação em projetos de urbanização de assentamentos precários na metrópole paulistana, geralmente localizados em áreas de proteção ambiental. Em minha pesquisa anterior, finalizada em 2015, procurei demonstrar que a famigerada dicotomia entre a questão da moradia e a questão ambiental prevalece nas políticas públicas habitacionais e urbanas de uma maneira geral<sup>5</sup>. Assim, ao confrontar o aporte pré-existente de outro contexto brasileiro com a realidade social da capital amapaense, o estudo inicialmente teve foco na compreensão da ocupação pela população de baixa renda das áreas úmidas, localmente denominadas *ressacas*, consideradas pela legislação urbana e ambiental como áreas de patrimônio ambiental, em detrimento de muitos outros temas tão interessantes e relevantes a serem aprofundados no âmbito de uma pesquisa de doutoramento no Amapá. É importante frisar, portanto,

- 
- 4 Em *Fronteira: a degradação do Outro nos confins do humano*, o sociólogo José de Souza Martins apresenta suas conclusões após várias décadas de pesquisa nas frentes de expansão do país, sobretudo na Amazônia. O autor explica que, nas situações de conflito, o nós está dilacerado, bloqueado, inviabilizado, por isso todo estranho é um inimigo; e que, ao chegar ao norte do Mato Grosso, ouviu pela primeira vez esse termo “chegante”, que “não é apenas quem chega, mas quem chega para ficar, para se tornar membro do grupo, quem compartilha solidariamente e fisicamente o destino dos que estão em busca de um lugar. Quem chega e vai embora não fica, pois, na concepção local, nem mesmo chegou. Apenas passou”. Ver Martins (2009).
- 5 Na primeira parte de minha dissertação de mestrado, realizado na área de Paisagem e Ambiente na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, sob orientação do Prof. Euler Sandeville, abordei o histórico da ocupação da área de mananciais da metrópole paulistana e como a legislação estadual ambiental institucionalizou a ilegalidade de grande parte da ocupação da região sul da cidade de São Paulo. Ver Matsunaga (2015).

que a pesquisa se deu concomitante ao desenvolvimento das atividades de ensino, pesquisa e extensão enquanto lecionei na Universidade Federal do Amapá de 2016 a 2021.

Essa imersão em campo, dado que nasci no interior do estado de São Paulo, possibilitou a reflexão sobre aspectos da moradia no estado do Amapá, os modos de vida e os costumes de seus moradores, primordialmente. Sendo assim, trazer o lugar de fala<sup>6</sup> como lugar social que ocupo faz-se necessário para contextualizar como a pesquisa foi produzida e a partir de quais pressupostos. Essa postura tem uma relação muito próxima com o *existir violentamente* que Eliane Brum sente ao se mudar para Altamira-PA e que compartilha conosco em seu *Banzeiro òkôtô*<sup>7</sup>. Reconheço estar nessa condição histórica aqui também.

Durante a pesquisa encontrei uma narrativa que me instigou. Diziam que a maior parte das famílias que moram nas áreas de ressaca em Macapá são oriundas das ilhas do Marajó e que por isso elas mantêm costumes ribeirinhos. Em relação a essa afirmação — que não deixa de ser um fato histórico —, assumi tais inquietações na pesquisa: (1) um pré-conceito a essa “exaltação do cultural que deve ser preservado”, por entendê-lo como um discurso de ocultamento de conflitos mais amplos, de cunho preconceituoso e que justifica o local de moradia dos pobres na cidade de Macapá, de cerceamento de oportunidades sociais tendo em vista as grandes desigualdades socioeconômicas existentes no Brasil, e que poderiam ser toleradas sob a égide de um costume local que deve ser respeitado; (2) pior, ao reafirmar esse discurso, possivelmente legitimar práticas e orientar políticas públicas que não tenham como

---

6 Djamila Ribeiro traz o conceito de lugar de fala como lugar social, não como vivência ou experiência, o qual se contrapõe ao regime de autorização discursiva vigente que tende a universalizar e especializar o outro, ou então naturalizar processos de opressão. O lugar de fala trata de uma postura ética, de como alguém no grupo de poder ou privilegiado pode ajudar a construir uma sociedade menos desigual. Ver Ribeiro (2017).

7 Eliane Brum descreve a transformação pessoal pela qual passou ao se mudar para Altamira, no Pará, em 2017 e a transformação no território e em suas gentes operada pela implantação da hidrelétrica de Belo Monte, no Rio Xingu, Amazônia, centro do mundo. Ver Brum (2021).

diretriz norteadora a superação das precárias condições de vida das populações dessas áreas; e (3) se teria eu, na minha condição de *outsider*, como realizar uma pesquisa de tal envergadura, incorporando aspectos sociais, ambientais e agora culturais nessa complexa reflexão teórica de caráter transdisciplinar e que requeria abordagens teórico-metodológicas diferenciadas.

De modo conjugado às incertezas da pesquisa e com base na vivência de poucos anos em Macapá, identifiquei que trechos de alguns bairros considerados “formais”, “regulares” ou “legais”<sup>8</sup> na capital amapaense correspondiam às antigas áreas de ressaca aterradas: os canais atualmente existentes no tecido urbano (canal da Mendonça Furtado, canal do Beírol, canal do Jandiá, *etc.*) correspondiam no passado às antigas áreas úmidas, alagáveis e ressacas que foram redesenhadas pela ação humana e criaram área aterrada para ocupação urbana.

Diferentemente de uma política de erradicação de ocupações irregulares, o que se tornou nítido inicialmente foi a incorporação dessas áreas no tecido urbano “formal” ao serem descaracterizadas fisicamente como áreas ambientalmente inundáveis. Em outras palavras, a ação humana do aterro retirou a característica física que é determinante para a definição do caráter ambiental da área, uma vez que não era mais uma área úmida/alagadiça a ser preservada, e sim uma área de “terra firme”, que poderia, portanto, sem empecilhos legais e ambientais, ser ocupada.

Ciente do equívoco anacrônico ao relacionar a premissa ambiental à época de tais realizações urbanísticas (iniciadas nos anos 1940), já que a questão ambiental não consistia numa grande preocupação relativa às áreas urbanas, entendi, portanto, que essas intervenções no meio físico se configuraram como uma estratégia de ocupação do território. Porém, com a emergência da pauta ambiental nos anos 1970, vimos que essa ação humana do aterramento (que é recorrente até os dias atuais, 2020)

---

8 Os termos “formais” ou “regulares” estão entre aspas pois não há um levantamento ou mapeamento oficial publicado acerca dos assentamentos precários e irregulares no município.

descaracteriza fisicamente a área úmida e assim retira o seu caráter ambiental: a área, então, deixa de estar sob um estatuto legal preservacionista (pois não é mais área úmida/de ressaca) para tornar-se frente de expansão urbana, como já dito.

Percebi, no entanto, que tais enfrentamentos à natureza no meio urbano não ocorreram em sua completude. Houve planos e propostas urbanísticas que balizaram tais ações, ou seja, os aterramentos não se constituíram como obras ao acaso. Percebi que o planejamento urbano em Macapá (ainda que nem sempre institucionalizado, permanecendo como plano, proposta ou documento técnico sem vinculação normativa) sempre norteou as intervenções relativas à infraestrutura, porém sua implementação foi lenta e gradual, muitas vezes interrompida pela troca de gestão. Além disso, as propostas urbanísticas careciam de estudos prévios sobre suas implicações, seja em relação ao impacto das canalizações e aterramentos no entorno, seja sobre as estimativas de crescimento populacional que foram expressivas principalmente após o processo de estadualização, no final dos anos 1980.

Para o presente capítulo, realizei um recorte da tese selecionando uma camada de leitura, com o intuito de que ela possa expressar a dimensão social do morar em Macapá sem perder sua densidade diante de poucas páginas de texto. É importante dizer que, apesar de trazer registros sobre aspectos do morar, na tese evitei o foco na dimensão cultural/tradicional, enfatizando, por outro lado, a temporalidade, o contexto de suas ocorrências e seus encontros comigo. Desse modo, parti de um processo de historicização das ações realizadas ao relacioná-las a outros aspectos do morar no âmbito do cotidiano — quando os aspectos de tradição local puderam ser problematizados. Portanto, o conteúdo trazido para o presente capítulo refere-se apenas a uma camada de leitura que foi essencial para que minhas análises posteriores pudessem ser construídas. Em nenhum momento pretende-se esgotar o tema; pelo contrário, convido a leitora e o leitor a compartilharem comigo um percurso próprio, aberto a interpretações, que questiona a própria ambivalência de alguém que está fora de seu lugar, na condição de outro que tomei para mim.

Apresentarei a seguir registros relativos ao morar em Macapá, que foram agrupados em três seções. A primeira seção, denominada *Casas em área de ressaca*, traz dois registros sobre moradias construídas em áreas de ponte na periferia de Macapá. A segunda seção, denominada *Casas em área de terra firme*, apresenta dois registros sobre moradias autoconstruídas em áreas com problemas de alagamento devido à proximidade da área de ressaca ou do curso d'água. Por fim, a terceira seção, *Uma casa na beira do rio*, traz o registro de uma moradia ribeirinha, localizada na beira do rio Maniva, afluente do Rio Amazonas, e como quem a habita está em estreita associação à dinâmica de cheias e vazantes, de alimentos pela pesca ou plantio de açaí em seu quintal.

Entender essa apropriação do espaço como prática parte por considerar as relações afetivas e objetivas relativas ao uso do espaço habitado. Como sabemos, a moradia extrapola a unidade espacial denominada casa; ela mescla-se com o contexto, com o entorno, seja o campo, seja a cidade, com a infraestrutura instalada ou a falta dela, com a proximidade a equipamentos urbanos, serviços e comércio e, principalmente, com a atribuição de sentidos que tudo isso promove em quem a habita. Na cidade, habitar a casa é habitar a cidade, assim como na beira do rio, habitar a casa é habitar o rio. Assim, os três contextos são apresentados em sua especificidade; porém, ao serem lidos em conjunto, buscam um delineamento interpretativo relativo ao morar sobre as águas numa Amazônia que encontrei.

## 1. CASAS EM ÁREA DE RESSACA

### 1.1 REGISTRO 1: CASA COM QUINTAL

No dia 2 de outubro de 2018, terça-feira, fui até o município de Itaubal do Piririm, distante cerca de uma hora e meia de carro, uns 100 km, de Macapá. Ao chegar na cidade pela avenida de acesso principal, Rosivaldo acenava para meu carro. Ao parar, ele pediu uma carona de volta a Macapá, uma vez que havia apenas um horário de ônibus intermunicipal, o qual já tinha partido. Me comprometi com a carona a Rosivaldo, sua es-

posa Raimunda e um outro casal que estava com eles. Disseram que iam me aguardar por ali mesmo, já que era a mesma via de saída da cidade.

Segundo dados do IBGE, a população em 2022 em Itaubal era de 5.599 habitantes, com um IDH municipal de 0,576, considerado um dos mais baixos do estado. Fui até lá para conhecer a implantação de quarenta casas no âmbito do Programa Minha Casa, Minha Vida, cuja modalidade era destinada a municípios com menos de 50 mil habitantes. Pedi informações na prefeitura e fui muito bem recebida pelo fiscal de obras, Seo Manoel, que me contou que as casas estavam prontas desde o final de 2017, porém o empreendimento não havia sido entregue às famílias cadastradas devido à ausência de energia elétrica e rede de água, que seria a contrapartida do ente municipal nessa modalidade do Programa. Seo Manoel me contou também que a Caesa dispunha de cinco poços para o abastecimento público municipal, porém dois não funcionavam devido à falta de energia, ficando a cargo dos próprios moradores a solução de abastecimento e tratamento da água. Fui até o local do empreendimento e me deparei com as quarenta casas prontas, fechadas em meio a um cenário de abandono, um desalento no meio do Amapá.

Ao sair da prefeitura vi uma mensagem impressa num papel A4 colocada na parede comunicando aos interessados: “O cadastro e doação de lotes urbanos estão suspensos por prazo indeterminado”. Como estava de saída e já havia tomado bastante tempo de Seo Manoel, não voltei para perguntar sobre a informação, que achei muito curiosa e inesperada.

Ao sair de Itaubal, parei o carro para os dois casais que estavam felizes com a carona. O casal de amigos ficou no meio do caminho, na entrada da comunidade Lontra do Pedreira, área rural de Macapá, uma comunidade ribeirinha, à beira do Rio Pedreira, com balneários e terrenos privados para lazer.

Pude conversar mais com Dona Raimunda durante o trajeto, que me contou um pouco sobre o que estavam fazendo em Itaubal e brevemente sobre sua história de vida. Dona Raimunda disse que tinham ido para se cadastrarem na prefeitura para receberem um lote com o intuito de morarem na pequena cidade. Porém, infelizmente, como já havia constatado, a prefeitura havia suspenso a cessão dos lotes.



Figura 1: Dona Raimunda caminha em passarela para sua casa no bairro Zéão.  
Foto: Melissa Matsunaga, 2018.

Dona Raimunda nasceu em Portel, estado do Pará, cidade situada nas ilhas do Marajó, e mudou-se para Macapá muito jovem. Não tem



Figura 2: Itaupal do Piririm em 2002.  
Fonte: : Google Earth.



Figura 3: Itaupal do Piririm em 2016  
Fonte: Imagem de Satélite do Exército.



Figura 4: . Via sem pavimentação com mulher carregando balde de água na cabeça ao fundo em Itaupal de Piririm.  
Foto: Melissa Matsunaga, 2018.



Figura 5: Casas do Programa Minha Casa Minha Vida aguardando implantação de rede de abastecimento de água e rede de energia elétrica para serem entregues.  
Foto: Melissa Matsunaga, 2018.



Figura 6: Comunicado na Prefeitura de Itaupal de Piririm sobre a suspensão do cadastro e doação de lotes.  
Foto: Melissa Matsunaga, 2018.

estudo e mora há pouco tempo com o marido Rosivaldo, o filho, a sua nora e o bebê numa casa no bairro Zerão, localizada em “área de ponte”. Dona Raimunda paga 250 reais de aluguel, conta que já morou em vários bairros da cidade, e que é muito comum mudar-se, muitas vezes devido a conflitos com a vizinhança. Ela e o marido sonham com a casa

própria em Itauba para que possam plantar no quintal, e contam que já fizeram amizades na nova cidade do interior.

Ao me contarem que moravam numa casa localizada em área de ressaca, logo perguntei se eu poderia visitá-los algum dia para conhecer. E, naquela época, mesmo morando há dois anos em Macapá, eu ainda não havia entrado em nenhuma área de ponte — como chamam localmente as casas construídas nas áreas de ressacas —, menos ainda numa casa no meio delas. Sem titubear, o casal me convidou para ir naquele dia mesmo, e ao ouvir tal resposta, sabendo que essa oportunidade poderia ser única, logo aceitei.

Assim, os acompanhei até a morada, que ficava no final da área de ressaca do bairro Zerão, próximo ao campus universitário da Unifap. Eles moravam numa das últimas casas das últimas passarelas construídas; inclusive, era possível visualizar a ressaca com buritis e aningas ao fundo das casas.

As passarelas estavam sendo reformadas, porém o reparo limitava-se a trocar o madeiramento da estrutura e as tábuas das passarelas. Havia muito lixo depositado, represado pelas construções em meio às áreas de água, misturado à vegetação aquática e que formava uma lama brejosa, que o pessoal da obra parecia não se importar em retirar.



Figura 7: Área de ressaca com aningas e buritis ao fundo no bairro Zerão, Macapá. Foto: Melissa Matsunaga, 2018.



Figura 8: Início da passarela em obras de reforma. Foto: Melissa Matsunaga, 2018.



Figura 9: Obras na passarela e lixo jogado na ressaca. Foto: Melissa Matsunaga, 2018.



Figura 10: Vista geral das casas em área de ressaca no bairro Zerão.

Foto: Melissa Matsunaga, 2018.



Figura 11: Lixo e passarela precária aguardando o avanço da obra.

Foto: Melissa Matsunaga, 2018.

A casa de Dona Raimunda era de madeira e aparentava ter mais de dez anos. A pintura estava com sinais do tempo e o assoalho também. A casa tinha apenas um quarto. A sala, como era pequena, dispunha apenas de uma rede, e como moravam com o filho e a nora, o casal dormia na cozinha, onde havia um colchão de casal próximo à pia e às louças. O banheiro era revestido com piso e azulejo cerâmicos, característica que ela se orgulhava ao contar. Apesar disso, Dona Raimunda nutria sonhos por outra casa, com quintal, para que ela e o marido pudessem cultivar uma horta, plantar.



Figura 12: Cozinha com pia e instalações hidrossanitárias.

Foto: Melissa Matsunaga, 2018.



Figura 13: Piso precisando de reforma.

Foto: Melissa Matsunaga, 2018.

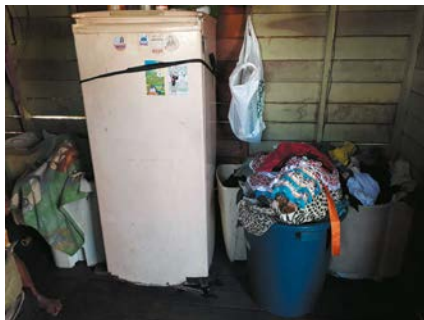


Figura 14: Geladeira e roupas.  
Foto: Melissa Matsunaga, 2018.



Figura 15: Dormitório.  
Foto: Melissa Matsunaga, 2018.

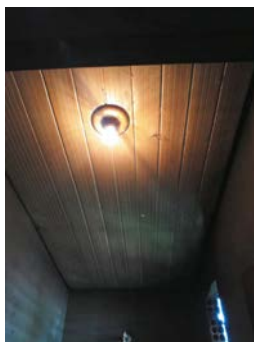


Figura 9: Obras na  
passarela e lixo jogado na  
ressaca.  
Foto: Melissa Matsunaga,  
2018.



Figura 17: Sanitário  
Foto: Melissa Matsunaga,  
2018.



Figura 18: Varanda para o quintal  
e cachorro de estimação. Foto:  
Melissa Matsunaga, 2018.



Figura 19: Quintal alagadiço.  
Foto: Melissa Matsunaga, 2018.

1.2 REGISTRO 2: PONTES QUE ATRAVESSAM O CONGÓS

Em 2020 no Brasil, a pandemia de Covid-19 trouxe à tona a nossa triste e desigual realidade socioeconômica. No caso da região norte do país, o primeiro estado a entrar em estado de calamidade pública foi o Amazonas, cuja capital Manaus sofreu com a escassa rede de equipamentos públicos de saúde, o que ocasionou a morte em massa de mais de 400 pessoas numa semana<sup>9</sup>. No caso do Amapá, a primeira morte foi registrada no dia 20 de março de 2020, e logo de início o governo do estado e a prefeitura municipal somaram-se em ações de combate à disseminação do vírus. Além de propagandas e *lives* orientando aos amapaenses seguirem as recomendações dos órgãos mundiais de saúde como OMS, tais como usar máscara, ficar em casa e lavar as mãos, frequentemente foram estabelecidos decretos de fechamento do comércio e atividades em vários níveis e etapas.

A infraestrutura de saúde insuficiente associada a uma gestão problemática no início da pandemia foram as principais causas do aumento da contaminação. Segundo o 23º relatório emitido pelo Iepa:

No Amapá, os principais problemas existentes que contribuíram para o crescimento da doença, mesmo após alerta a nível nacional sobre a Covid-19 no país, foram infraestrutura insuficiente para o atendimento, ausência de um plano de contingência para contratação de médicos, ampliação de leitos, hospitais de campanha e, ainda, uma não previsão de atendimento aos profissionais da linha de frente que viessem a contrair a Covid-19. (Silva, 2020)

A partir do mapeamento das ocorrências dos casos de contaminação, conforme Figura 21, podemos observar que na 1ª quinzena os casos estavam totalmente dispersos, com ocorrências em todas as regiões da cidade, não demonstrando um foco de irradiação. A 2ª quinzena demonstra que a proliferação ocorreu de modo generalizado na cidade inteira.

---

9 Dados da semana epidemiológica 20. Fonte: Secretaria Estadual da Saúde do Amazonas. Disponível em: <http://www.saude.am.gov.br/painel/corona/>



Figura 20: Início da ponte na Décima dos Congós (início da ocupação em área de ressaca) em 2019.

Foto: Melissa Matsunaga, 2019.

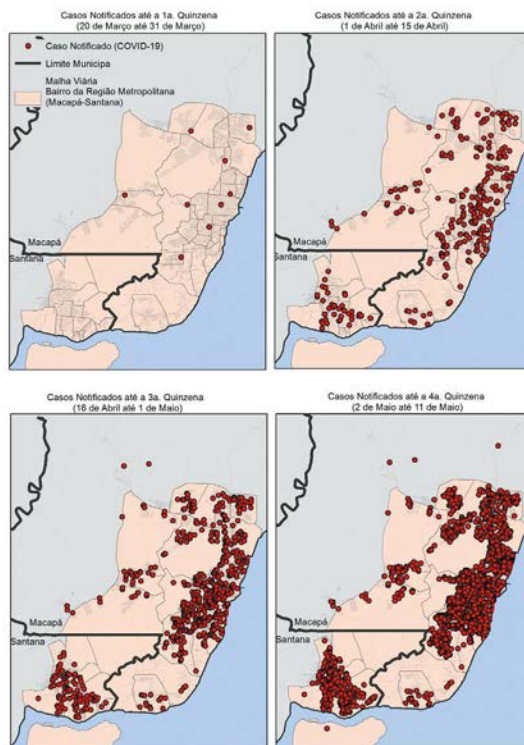


Figura 21. Mapeamento de casos positivos na cidade de Macapá e Santana por quinzena. Fonte: Silva, 2020.

Como estávamos trabalhando diretamente com o Centro de Atividades Sociais da Periferia (Casp) no âmbito do projeto de extensão<sup>10</sup>, quando a pandemia de Covid-19 teve início, a preocupação foi com os moradores das áreas de ressaca<sup>11</sup> ou, como chamam popularmente,

10 De 2016 a 2021, coordenei o Projeto de Extensão Universitária Assistência Técnica em Arquitetura e Urbanismo (Atau) da Unifap que teve como objetivo principal atender famílias de baixa renda no âmbito da Lei de Assistência Técnica para Habitação de Interesse Social (Athis) – Lei Federal 11.888/2008. Ver página institucional: <https://www2.unifap.br/atau/>.

11 Segundo Plano Diretor de Macapá (Lei Complementar no. 26/2004), “entendem-se por ressacas as áreas que se comportam como reservatórios naturais de água,

áreas de ponte. Apesar de as atividades presenciais na Unifap terem sido suspensas e termos sido orientados a seguir todas as recomendações dos órgãos de saúde “para ficar em casa, lavar as mãos e usar máscara quando fosse necessário sair”, a atividade de extensão continuou.

Com a pandemia, o Casp reorganizou suas atividades que antes tinham como foco predominante as crianças do bairro dos Congós e direcionou sua atuação para distribuição de cestas básicas, *kits* de higiene para as famílias, principalmente mães solo da área de ponte do bairro. Naquele momento, o papel da universidade pública parecia muito claro. Para além das ações comunitárias e solidárias, a oportunidade de uma ação efetiva diante da precariedade habitacional foi vislumbrada, dada a emergência da situação.

Assim, foi desenvolvida juntamente com a diretoria do Casp a proposta #lavatoriosnaponte, que tinha como objetivo aumentar os pontos de acesso à água aos moradores das áreas de ponte, tanto nas entradas das passarelas, quanto no interior das moradias. A proposta pautou-se no cadastro socioeconômico realizado pela equipe do Casp e voluntários, da qual fiz parte, com o intuito de estabelecer critérios para distribuição de cestas básicas e material de higiene.

Dos 177 cadastros realizados entre 2 e 24 de abril de 2020, com população em situação de vulnerabilidade diante do vírus, constatou-se que 59% dos casos (105 registros) apresentavam apenas um ou dois pontos de acesso à água. Ressalta-se que o chuveiro foi considerado como um ponto de acesso à água (ver Gráfico 1).

---

apresentando um ecossistema rico e singular e que sofrem a influência das marés e das chuvas de forma temporária”.

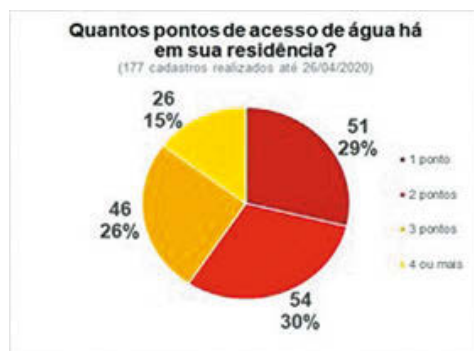


Gráfico 1. Número de pontos de acesso à água em residências em área de ressaca. Fonte: cadastro socioeconômico realizado por CASP e voluntários durante a pandemia de covid-19.

Para subsidiar a proposta, realizamos levantamento *in loco* em relação a uma das vias do bairro, “a Décima”, para verificar as condições de abastecimento de água das casas localizadas em áreas de ponte, tanto sobre as redes de distribuição e reservação externas quanto as sobre as redes e soluções internas. Atravessávamos o período de chuvas, o que desafiava mais ainda a execução das atividades de campo. As passarelas precisavam de reformas urgentes, visto que muitos trechos estavam com tábuas podres ou soltas.

A Décima Avenida não é asfaltada e, quando a rua, ou trecho de “área de terra firme”, se finda, inicia-se a “ponte”, que é uma passarela de madeira somente para pedestres (às vezes passam motos), com largura de 1,50 m aproximadamente e que permite acesso às casas que, por sua vez, estabelecem-se sobre as águas. A ponte aqui é um elemento extremamente importante, já que não corresponde simplesmente a um meio de atravessar de uma margem à outra (é verdade que muitas vezes não há outra margem, a ponte acaba na última casa existente); a ponte, aqui, é o elemento que permite a casa ribeirinha existir no meio urbano.

A seguir, imagens de uma das residências acessadas para elaboração da proposta #lavatoriosnaponte. Nessa casa moravam cinco pessoas: pai, mãe e três filhos pequenos. A mãe relatou que havia comprado recente-



Figura 22: Passarela com tábuas soltas.

Foto: Melissa Matsunaga, 2020.



Figura 23: Cor amarelada da água da Caesa.

Foto: Melissa Matsunaga, 2020.



Figuras 24 a 27: Situação existente das passarelas e redes instaladas para abastecimento de água na área de ressaca dos Congós. Projeto #lavatoriosnaponte 2020. Acervo Atau-Unifap, 2020.

Foto: Melissa Matsunaga, 2020.

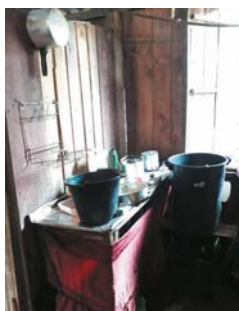


Figura 28: Cozinha sem rede interna de instalações hidráulico-sanitárias de moradia, localizada na área de ressaca dos Congós.

Foto: Melissa Matsunaga, 2020.



Figura 29: Cozinha de moradia na área de ressaca dos Congós.

Foto: Melissa Matsunaga, 2020.

mente a casa, moravam em outra área de ressaca da cidade e que ali era muito melhor do que o local anterior. As crianças estavam com diarreia na ocasião. A casa não dispunha de sanitário. Era apenas um espaço com chuveiro, o vaso sanitário era ausente, sendo utilizado apenas um buraco provido pelo deslocamento de uma das tábuas do piso. Não havia pia para lavar as mãos. A cozinha também não existia. O que havia era um resquício de jirau (muito comum nas casas ribeirinhas) que era uma pia feita de madeira, acessada como se fosse uma janela. Havia apenas um quarto onde todos dormiam. Havia muito lixo jogado no “terreno”, cuja limpeza estava sendo executada por um morador da ressaca que fazia esse serviço. Havia uma caixa d’água usada, aguardando instalação.

O abastecimento de água das casas da Décima Avenida no trecho da área de ponte era feito via ligação clandestina da Companhia de Água e Esgoto do Amapá (Caesa) e via poço. Um dos moradores era proprie-



Figura 30: Lixo acumulado no “terreno” da residência.

Foto: Melissa Matsunaga, 2020.



Figura 31: Jirau de madeira sem cobertura.

Foto: Melissa Matsunaga, 2020.



Figura 32: Chuveiro em banheiro sem cobertura.

Foto: Melissa Matsunaga, 2020.



Figura 33: Banheiro apenas com fresta no piso para escoar água do banho. Não há vaso sanitário nem lavabo para higiene

Foto: Melissa Matsunaga, 2020.

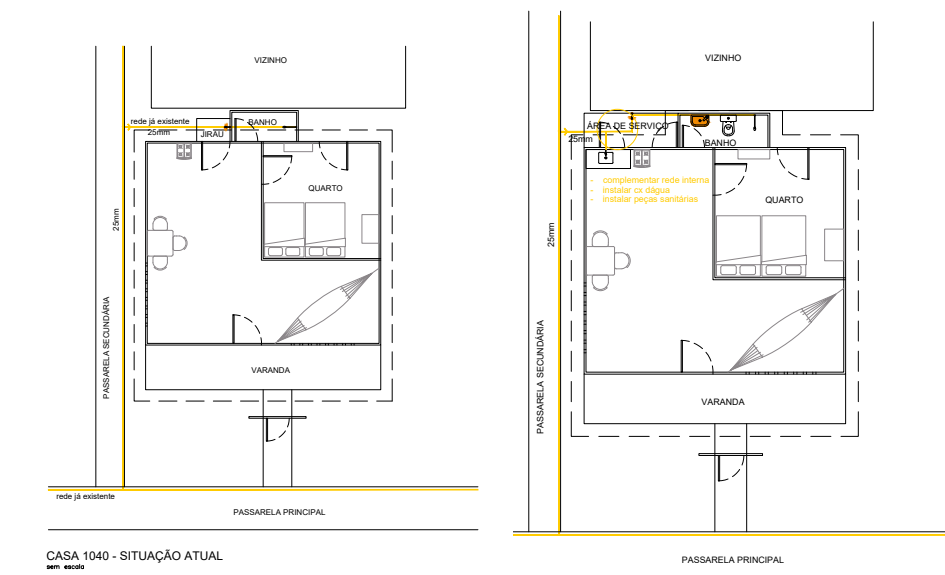
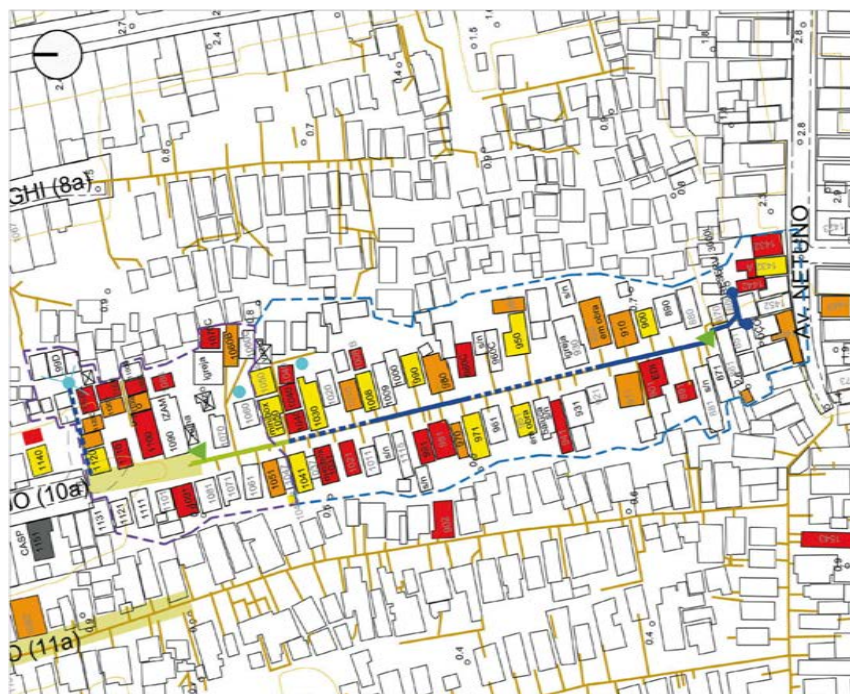


Figura 34: Situação existente e proposta de adaptação/complementação das instalações hidráulicas para melhoria em caráter emergencial das condições de higiene em moradia em área de ponte — Projeto #lavatoriosnaponte 2020. Elaboração: Melissa Matsunaga.

Fonte: Acervo Atau, 2020.

tário de um poço que distribuía água para os moradores, sendo a taxa 40 reais por mês. A água da Caesa era amarelada, devido às conexões clandestinas que muitas vezes ocasionavam a contaminação da água por fissuras na tubulação. Além disso, não havia instalação para todas as casas. Realizamos o levantamento das condições de abastecimento na ocasião, as quais constam na Figura 35. A proposta #lavatoriosnaponte buscava melhorar as condições da distribuição da água junto à Caesa para verificar a disponibilidade de garantir o acesso ao serviço e propor módulos intermediários de reservação, além de kits que pudessem ser implantados de acordo com cada caso.



# **LEVANTAMENTO DAS CONDIÇÕES DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E POSSIBILIDADES DÉCIMA DOS CONGOS**

SEM ESCALA

Nº DE PONTOS DE ACESSO À ÁGUA

JÁ ATERRADO

1  
2  
3  
4 ou +

ABASTECIMENTO E DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA

ÁREA ATEND. CAESA  
ÁREA ATEND. POÇO  
REDE OK (50mm)

REDE A EXECUTAR

REDE A SUBSTITUIR

LAVATÓRIOS COLETIVOS (2)

MÓDULOS DE RESERVAÇÃO (3 ou 4)

Figura 35: Situação existente e proposta de adaptação/complementação das instalações hidráulicas para melhoria em caráter emergencial das condições de higiene em moradia em área de ponte — Projeto #lavatoriosnaponte 2020. Elaboração: Melissa Matsunaga.

Fonte: Acervo Atau, 2020.



Figura 36. “Décima” dos Congós em 2021. Em primeiro plano, o trecho da via em “terra firme” e, em segundo plano, o trecho em passarela de madeira. Foto: Acervo Atau. Crédito: TecDron, 2021.

## 2. CASAS EM ÁREA DE ‘TERRA FIRME’

### 2.1 REGISTRO 3: CAESINHA

Em 22 de setembro de 2018, realizei uma visita de campo com meu orientando de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), Kevin Cordeiro, à sua área de intervenção de projeto. A área escolhida, denominada área da Caesinha, fica localizada no bairro Perpétuo Socorro, muito próxima ao Igarapé das Mulheres.<sup>12</sup>

Conversei com uma moradora do local que informou que a ocupação é de aproximadamente 20 anos. Era um sábado de manhã e havia poucos moradores em casa. Segundo a moradora, algumas casas em madeira estavam sendo refeitas com auxílio de uma igreja pois estavam ruindo. Percebi muito resíduo acumulado. Pela leitura inicial da topografia, as casas estavam numa área baixa, suscetível a alagamentos; parecia ser uma área remanescente do processo de aterramento realizado precariamente. A ocupação era bem densa, com pouco afastamento entre as edificações, de dois pavimentos em sua maioria. Havia também um banheiro coletivo, que também estava muito sujo.



Figura 37: Moradia na área da Caesinha.  
Foto: Melissa Matsunaga, 2020.

---

12 Em seu TCC, Kevin Cordeiro aplicou questionário com alguns moradores da área, o que permitiu uma leitura social da área, e propôs unidades habitacionais para o grupo. Ver Cordeiro, 2020.



Figura 38: Esgoto a céu aberto no início da “Área da Caesinha”.  
Foto: Melissa Matsunaga, 2018.



Figura 39: Lixo jogado próximo às residências.  
Foto: Melissa Matsunaga, 2018.



Figura 40: Sanitário coletivo com lixo jogado no chão.  
Foto: Melissa Matsunaga, 2018.



Figura 41: Casas muito próximas umas às outras, prejudicando insolação, ventilação e privacidade.  
Foto: Melissa Matsunaga, 2018.



Figura 42: Passarela de acesso à residência com varal.  
Foto: Melissa Matsunaga, 2018.



Figura 43: Passarela de madeira de acesso às residências.  
Foto: Melissa Matsunaga, 2018.

## 2.2 REGISTRO 4: CASA COMUNITÁRIA

Dona Carmem, 60 anos, técnica de enfermagem, mora numa casa “de altos e baixos” que apresenta um sistema construtivo misto: uma parte em madeira e outra, mais recente, em alvenaria. A casa de Dona Carmem fica localizada na Av. Francisco Torquato de Araújo, também conhecida como Décima Avenida do bairro do Congós em Macapá. Nos altos, mora a filha de Dona Carmem, Mara, de 39 anos, com seus dois filhos, Leandro, de 8 anos, diagnosticado com síndrome do espectro autista, e Elisa, de 6 anos. Nos baixos, mora Dona Carmem e seu filho mais novo Raphael, de 22 anos. Nos fundos do lote, moram Marcia, de 37 anos, seu marido José, de 36, e dois filhos, Guilherme, de 4 e Emily, de 16 anos.

Quando Dona Carmem comprou a casa, junto com seu falecido marido, a ressaca chegava até a moradia — nos conta a moradora. A casa inteira era de madeira. Devido ao lote ser construído em terreno alagadiço, principalmente em períodos chuvosos, a casa original fora construída com esteios de madeira, elevando-a do nível úmido/alagadiço do terreno: palafita. O aterro do lote foi ocorrendo lentamente por conta própria. Ao longo do tempo, uma série de modificações foram feitas no sentido de concretizar a moradia. Dona Carmem sonha com uma casa inteira de tijolo e estrutura de concreto, e além do aterro, a moradora também tem promovido — com a ajuda de amigos e parceiros — as substituições dos materiais construtivos toda vez que sobra um pouco de dinheiro.

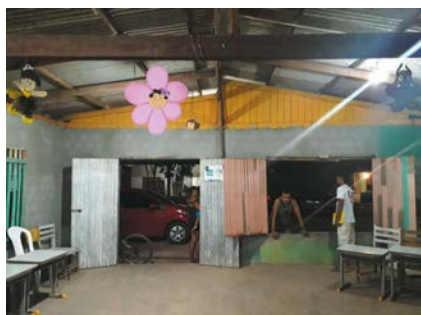


Figura 44: Salão do Casp, ambiente da residência de Dona Carmem. Acervo Atau-Unifap.

Foto: Melissa Matsunaga, 2019.



Figura 45: Esquadria e parede lateral externa do Casp sem reboco. Detalhe das instalações elétricas. Acervo Atau-Unifap.

Foto: Melissa Matsunaga, 2019.



Figura 46. Casa de Dona Carmem na Décima dos Congós (Av. Francisco Torquato de Araújo) em 2021. Foto: Acervo Atau-Unifap. Crédito: TecDron, 2021.

Conheci Dona Carmem em agosto de 2019 no âmbito das atividades do Projeto de Extensão Atau. As características da casa de Dona Carmem e o processo de substituição dos materiais construtivos ao longo do tempo podem ser considerados como aspectos predominantes nas práticas de morar de grande parte da população com poucos recursos financeiros em Macapá e que incidem, dentre outros fatores, na problemática urbana da cidade.

A casa de Dona Carmem abriga, além de sua moradia e de sua filha, o centro comunitário Casp, Centro de Atividades Sociais da Periferia. O espaço da frente de sua casa, que corresponderia à sala, tem sido utilizado, desde 2015, para o desenvolvimento de atividades direcionadas às crianças do bairro, com aulas de capoeira, reforço escolar e música.

O projeto de extensão do curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Amapá (Unifap), junto ao Casp/casa de Dona Carmem teve o intuito de propor adaptações à edificação já existente, em articulação com os cursos de Engenharia Civil e Engenharia Elétrica<sup>13</sup>. Como já descrito no registro 2, as atividades do Casp durante a pandemia foram redirecionadas; e o planejamento da proposta de reforma precisou de adaptações ao longo desse período. Assim, um novo estudo foi apresentado em 2021, atendendo às novas demandas do Casp, que foi institucionalizado com o registro de sua pessoa jurídica — um grande passo no fortalecimento e consolidação da organização da entidade. Porém, sem recursos financeiros para a realização das obras, Dona Carmem tem promovido apenas melhorias pontuais, "devagarzinho", como ela já colocou, quando recebe alguma doação ou algum abono salarial.

---

13 O projeto de reforma do Casp foi tratado sucintamente na publicação coletiva: TAVARES, *et al.* Experiências urbanísticas no Brasil contemporâneo: planejamento e projeto em diferentes escalas. Universidade de São Paulo. Instituto de Arquitetura e Urbanismo de São Carlos, 2023. Disponível em: <https://www.livrosabertos.abcd.usp.br/portaldelivrosUSP/catalog/view/1152/1055/3954>.



Figura 47. Salão do Casp antes da reforma. Acervo Atau-Unifap.  
Foto: Melissa Matsunaga, 2019.

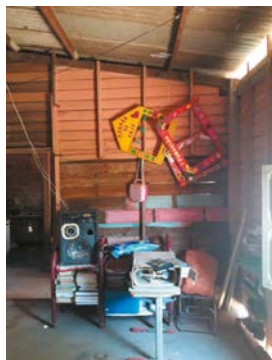


Figura 48: Sala da casa de Dona Carmem. Acervo Atau-Unifap.

Foto: Melissa Matsunaga, 2019.



Figura 49: Vista lateral da edificação da casa de Dona Carmem e Casp em 2019.

Acervo Atau-Unifap. Foto: Melissa Matsunaga, 2019.



Figura 50: Lateral da casa alagada pelas chuvas durante a pandemia, em 2020.

Foto: Acervo Atau-Unifap.

Em 2024, tive a oportunidade de visitar Dona Carmem, após três anos desde a última visita. Dona Carmem realizou as melhorias na sua residência e no Casp com os recursos obtidos com a Premiação Periferia Viva 2023 do Ministério das Cidades<sup>14</sup>, além de economias de seus rendimentos próprios como técnica de enfermagem da rede pública, bem como organização de rifas e campanha de doação junto à comunidade e aos apoiadores. A reforma compreendeu a troca da cobertura, troca de esquadrias, execução de sanitário e cozinha, além de revestimentos adequados para as atividades desenvolvidas pelo Casp. Segundo Dona Carmem, após as melhorias no espaço, as parcerias institucionais foram

---

14 Em 2023, o Casp ganhou reconhecimento nacional do trabalho social realizado com e para a comunidade por meio da Premiação Periferia Viva 2023, promovido pelo Ministério das Cidades. A iniciativa foi premiada na categoria Segurança Alimentar e Nutricional. O prêmio valoriza iniciativas populares que atuam na transformação dos territórios periféricos, promovendo inclusão social e a redução das desigualdades. Ver Portaria de homologação do resultado final do Prêmio Periferia Viva no Diário Oficial da União: <https://www.in.gov.br/web/dou/-/portaria-mcid-n-1.385-de-27-de-outubro-de-2023-519753149>. Acesso em 09 mar. 2025

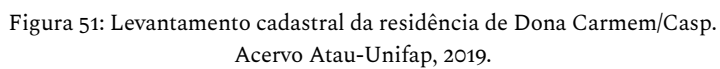




Figura 52: Estudo preliminar REV 00 - Fachada inicial invertia o acesso ao Casp.  
Foto: Acervo Atau-Unifap, 2020.



Figura 53: Estudo preliminar REV00 - Proposta de mobiliário adequado às atividades de reforço escolar.  
Foto: Acervo Atau-Unifap, 2020.



Figura 54: Estudo preliminar REV 02 - Layout prevendo sala para documentos, sanitário para pessoas com deficiência, não binário, copa, mesa para reuniões e atendimento.  
Foto: Acervo Atau-Unifap, 2021.



Figura 55: Estudo preliminar REV 02 - Fachada com rampa de acessibilidade.  
Foto: Acervo Atau-Unifap, 2020.



Figura 56 e 57: Fotos Fachada do Casp após reformas e grafite.  
Foto: Melissa Matsunaga, 2024.



Figura 58: Ambiente interno do Casp após reformas.  
Foto: Melissa Matsunaga, 2024.



Figura 59: Vidraceiro realiza manutenção na esquadria do Casp após reformas.  
Foto: Melissa Matsunaga, 2024.



Figura 60. Rio Maniva, Bacia Amazônica.  
Foto: Melissa Matsunaga, 2019.

### 3. UMA CASA NA BEIRA DO RIO

#### 3.1 REGISTRO 5: CASA RIBEIRINHA

Dona Fermina tem 73 anos e Seo Juarez, 78. O casal paraense teve dez filhos e adotou mais uma menina. Moram na Comunidade São José, à beira do Rio Maniva, município de Afuá, no Pará, há mais ou menos 40 anos. Atualmente (2019), apenas um dos filhos mora próximo ao casal, os demais moram em Santana, Macapá e outros núcleos urbanos do Pará.



Figura 61. Moradia ribeirinha.  
Foto: Melissa Matsunaga, 2019.

A casa construída em madeira dá frente para o Rio Maniva. A paragem das embarcações é organizada a partir de uma rampa, que acompanha o nível da água, facilitando o acesso, conforme a cheia ou vazante do rio. A energia dos equipamentos elétricos é provida por um gerador a diesel, que é acionado apenas para encher a caixa d'água (para banho e uso da cozinha), ou para ligar a televisão em curtos períodos. Em um passado recente, houve a instalação de placas fotovoltaicas para auxiliar no funcionamento dos equipamentos elétricos, principalmente da geladeira. Porém, parte dos componentes da instalação foi devorada pelas formigas. Devido ao alto custo para reposição, foi temporariamente esquecida pelos moradores.



Figura 62. Casa à beira do Rio Maniva. Foto: Melissa Matsunaga, 2019.



Figura 62. Casa à beira do Rio Maniva.

Foto: Melissa Matsunaga, 2019.

Há uma fossa que recebe os efluentes do vaso sanitário. As águas cinzas oriundas do chuveiro, lavatórios e pias são despejadas diretamente no terreno. Os cômodos são amplos, com boa ventilação e iluminação natural.

A madeira é o principal material empregado na residência. Alguns cômodos apresentam forro de PVC, mas a maioria tem o revestimento de madeira e alguns móveis são de MDF.



Figura 64. Sala ampla e ventilação cruzada, com objetos de recordação da infância dos filhos.

Foto: Melissa Matsunaga, 2019.

O casal e os filhos, quando estes os visitam, dormem em redes amarradas nos quartos amplos e bem ventilados. Os sinais de celular e internet não chegam até a residência.



Figura 65. Quarto com aberturas em dois lados, para ventilação cruzada.

Foto: Melissa Matsunaga, 2019.

Passei um final de semana como (auto)convidada na casa de Dona Fermina e Seo Juarez. Eles foram muito receptivos, simpáticos e dispostos a contar sobre como é viver no local. Seo Juarez foi nos buscar de lancha. O ponto de atracamento ficava no Igarapé da Fortaleza, na divisa entre Macapá e Santana. Dona Fermina quase não sai de casa, quem faz as viagens até Santana e Macapá quase todas as semanas é o marido. A viagem de lancha dura cerca de 1h30, e, segundo Seo Juarez, é importante saber sobre a movimentação de cheia e vazante do Rio Amazonas, assim como a previsão de chuvas para utilizar o movimento do rio a favor da embarcação e evitar possíveis acidentes, como a virada do barco pelas fortes ondas. No trajeto, após o trecho de atravessamento do canal principal do Rio Amazonas, quando tudo é rio, pude perceber várias casas isoladas nas margens das ilhas, cada uma em seu respectivo lote rural. A propriedade de Seo Juarez foi subdividida entre os filhos, inclusive alguns já construíram suas casas para aproveitar períodos de férias ou feriados longe da cidade.



Figura 66. Cozinha com ventilação cruzada, jirau e mesa para refeições.

Foto: Melissa Matsunaga, 2019.

A base da alimentação é composta de produtos locais: alguns são industrializados – como arroz, farinha e feijão, e outros são adquiridos entre a vizinhança – como verduras e peixes. Há uma economia de troca entre os vizinhos. Por exemplo, como não há eletricidade todo o tempo, a geladeira não permanece gelando/congelando os alimentos; portanto, alguns moradores vendem gelo, que também pode ser trocado por açaí plantado do quintal, ou por camarões coletados no Rio Maniva. A água de beber é trazida da cidade em garrafas de água mineral, pois se evita beber a água coletada do Rio Maniva, entretanto esta é utilizada para cozinhar e tomar banho depois de sua clorificação.

A casa ribeirinha é ampla e tem uma associação muito grande com o rio, com o vento, com o sol; juntos dão base à dinâmica da vida de quem a habita.



Figura 67: Instalações fotovoltaicas desativadas temporariamente.

Foto: Melissa Matsunaga, 2019.

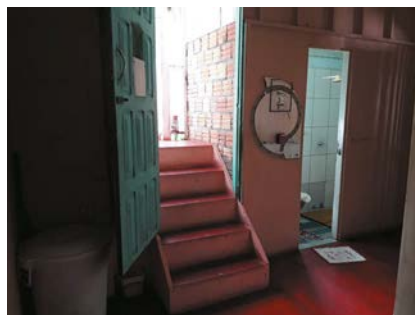


Figura 68: Acesso ao segundo pavimento e sanitário (com revestimento cerâmico e instalações hidráulicossanitárias).

Foto: Melissa Matsunaga, 2019.



Figura 69: Devido ao alto consumo, o caroço do açaí é despejado no quintal.

Foto: Melissa Matsunaga, 2019.



Figura 70: Açaí colhido no quintal.

Foto: Melissa Matsunaga, 2019.



Figura 71: Canoa com caroço de açaí. Foto: Melissa Matsunaga, 2019.



Figura 72: Batedeira de açaí, na varanda, ao lado da cozinha.

Foto: Melissa Matsunaga, 2019.



Figura 73: Cultivo de plantas e hortaliças no quintal.

Foto: Melissa Matsunaga, 2019.



Figura 74: Camarão fresco pescado no rio Maniva.

Foto: Melissa Matsunaga, 2019.



Figura 75: Matapi (instrumento de pesca de camarão).

Foto: Melissa Matsunaga, 2019.



Figura 76: Bomba utilizada para retirar água do rio.

Foto: Melissa Matsunaga, 2019.

## REFLEXÕES FINAIS

A casa de madeira, suspensa por pilares de madeira, tipologia denominada palafita, está em estreita associação ao contexto em que ela se encontra. Atualmente é um material comum na região, apesar de sua extração poder conter traços de ilegalidade. A madeira é um recurso acessível para a população de baixa renda, facilmente comercializada nos canais e igarapés de Macapá. Apesar de ser muito comum no norte do país, não é uma característica exclusiva da Amazônia, sendo identificada em várias localidades diferentes.

Como resgatam Bahamón e Álvarez (2009), arqueólogos descobriram vestígios de populações palafíticas desde o ano 3000 a.C. com ocorrências nos cinco continentes. Os autores demonstraram assim que as construções sobre as águas através de pilotis de madeira não pertencem a uma determinada cultura, mas sim resultam de uma excelente forma de garantir a subsistência em certos meios, já que aproveita a infraestrutura natural como via de comunicação e oferece proteção a diferentes tipos de ameaça que existem em terra firme.

Assim, tratar a casa como um objeto isolado de seu contexto não faz muito sentido se quisermos considerar a questão com a profundidade merecida. Não se trata tampouco de negar sua materialidade, mas de entender seu emprego, em qual contexto e como a produção da casa tipo palafita se dá no meio urbano. Para as famílias de baixa renda, essa é a arquitetura possível, nos termos de Ermínia Maricato. Nesse sentido, ressalto que a produção da moradia em área de ressaca não está desvinculada da produção dos demais espaços da cidade.

Para finalizar, trago duas imagens do contexto de terra firme em Macapá. Ambas trazem em suas descrições uma maneira muito específica de designação local. A primeira imagem (Figura 77) refere-se a duas casas *de altos e baixos*, denominação local para o conhecido *sobrado* no Sudeste. No sentido de abrir possibilidades de interpretação, destaco nessa imagem duas casas que instigam a pensar sobre as temporalidades. A da direita, mais antiga, em madeira; e a da esquerda, mais recente, em alvenaria de bloco cerâmico. Ambas possuem varandas e uma interface

com o passeio. O que significa uma casa ser construída hoje em madeira em Macapá?



Figura 77. Casas de “altos e baixos” em temporalidades de construção distintas.

Foto: Melissa Matsunaga, 2020.

A segunda imagem (Figura 78) também apresenta duas residências vizinhas, sendo que uma delas adota dois sistemas construtivos distintos: o bloco cerâmico *nos baixos* e a madeira *nos altos*. Refletir sobre a mescla dos sistemas construtivos induz o reconhecimento de que a opção pela mudança do sistema construtivo ao realizar um segundo pavimento se faz por motivos econômicos. É muito mais barato realizá-lo com madeira que não requer laje nem reforço nos pilares de concreto. Já a casa vizinha incita uma reflexão sobre a relação público x privado, elemento tão importante aos urbanistas: nela o alinhamento predial está em subversão, permitindo uma confusão sobre o que se considera público e privado, com uma cobertura que avança o passeio. O varal, elemento dos quintais, aos fundos das residências, toma lugar à frente, totalmente exposto. Seria um ato de rebeldia em relação ao alinhamento perfeito dos portugueses, referente às recomendações construtivas na época da fundação da Vila de São José no século XVIII? Seria um resquício do uso da varanda da casa ribeirinha ou ausência de espaço para o quintal?



Figura 78. Casas vizinhas.  
Foto: Melissa Matsunaga, 2018.

Ao focalizar registros sobre a moradia, tentei estabelecer um fio narrativo, aberto a interpretações e adições. Os caminhos iluminados permitem compreender algumas das especificidades urbanas entre tantas urbanodiversidades amazônidas existentes (Trindade Jr, 2013). Em todos os registros o habitar se expressa na conjugação entre a casa, seus moradores e o contexto locacional que está inserida.

Fica aqui a proposta de suscitar a reflexão e aprofundamento sobre a importância dos valores da vivência espacial na produção da moradia, considerando os laços afetivos e o quanto a adoção de materiais e soluções construtivas fazem parte de um repertório social em que os indivíduos estão inseridos. Ressalta-se também a importância de problematizar o desejo de integração social, de buscar fazer parte, de integrar-se à cidade que apenas oferece a água como local de moradia para quem não tem meios de viabilizá-la no mercado formal.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

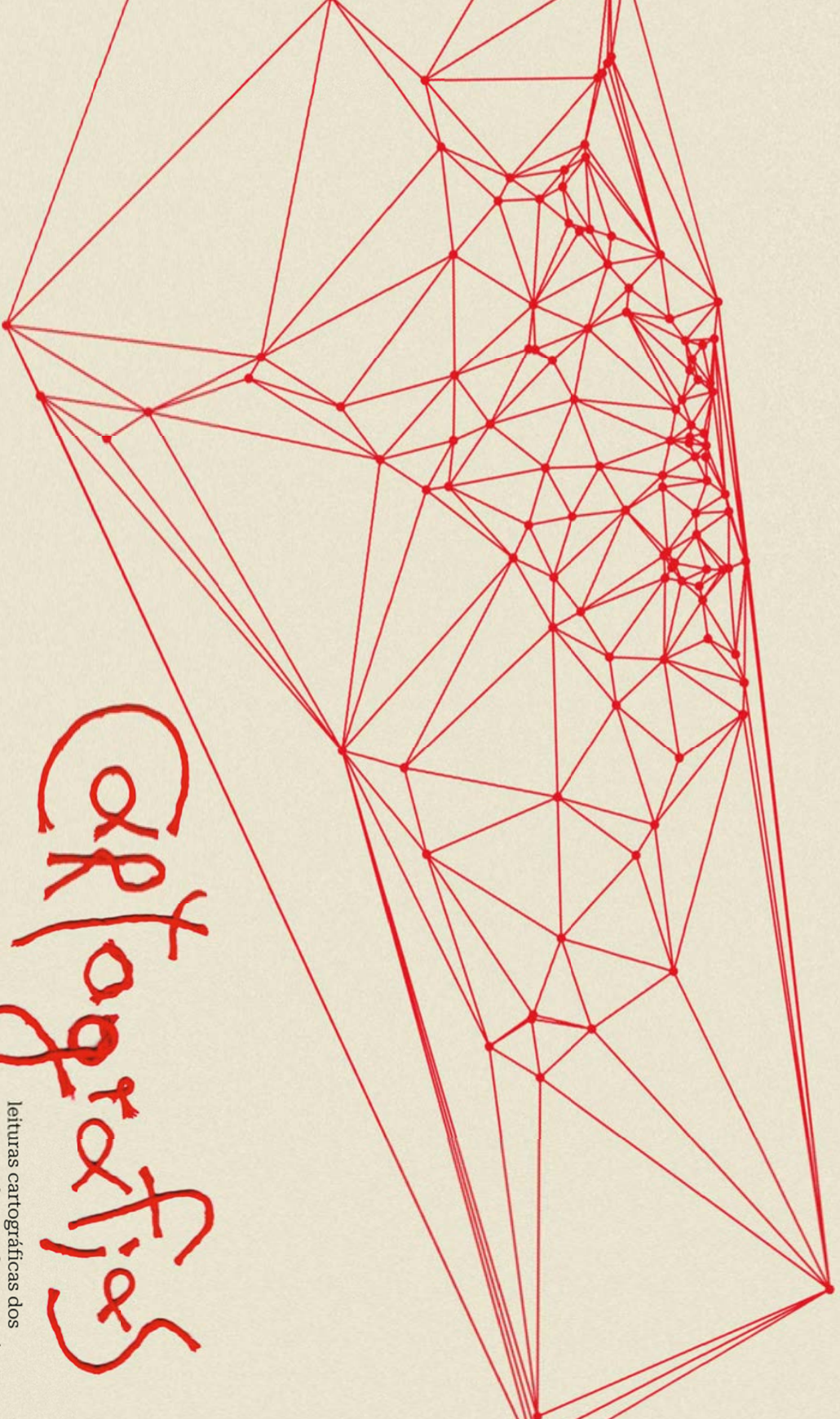
- BAHAMON, Alejandro; ÁLVAREZ, Ana Maria. *Palafito: de arquitectura vernácula a contemporánea*. Barcelona: Parramón Ediciones, 2009.
- BRASIL. Lei Federal nº 11.888, de 24 de dezembro de 2008. Assegura às famílias de baixa renda assistência técnica pública e gratuita para o projeto e a construção de habitação de interesse social e altera a Lei nº 11.124, de 16 de junho de 2005.
- BRUM, Eliane. *Banheiro òkôtô: Uma viagem à Amazônia Centro do Mundo*. São Paulo: Cia das Letras, 2021.
- CORDEIRO, Kevin. *Habitação social em Macapá: uma proposta para a área da Casinha*. TCC (Graduação). Orientação: Melissa Kikumi Matsunaga - Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Amapá, Macapá, 2020.
- LOUREIRO, Violeta Refkalefsky. *Amazônia: estado, homem, natureza*. Coleção Amazoniana. 2.ed. Belém: Cejup, 2004.
- MACAPÁ. Lei Municipal Complementar nº 026, de 20 de janeiro de 2004. Plano Diretor de Macapá.
- MARTINS, José de Souza. *Fronteira: a degradação do Outro nos confins do humano*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2009.
- MATSUNAGA, Melissa Kikumi. *Cantinhos do Céu*. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.
- MATSUNAGA, Melissa Kikumi. *Quando a água vira cidade: urbanização e moradia em Macapá, AP*. Tese de doutorado. Programa de Pós-graduação em Urbanismo da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2021.
- RIBEIRO, Djamila. *O que é lugar de fala?* Belo Horizonte: Letramento, 2017.
- SCHWARZ, Lília Moritz. *Sobre o autoritarismo brasileiro*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.
- SOUZA, Marcio. *História da Amazônia: do período pré-colombiano aos desafios do século XXI*. Rio de Janeiro: Record, 2019.
- TAVARES, Jeferson et al. *Experiências urbanísticas no Brasil contemporâneo: planejamento e projeto em diferentes escalas*. Universidade de São Paulo. Instituto de Arquitetura e Urbanismo de São Carlos, 2023. Dis-

ponível em: <https://www.livrosabertos.abcd.usp.br/portaldelivrosUSP/catalog/view/1152/1055/3954>. Acesso em: 9 mar. 2025.

TRINDADE JR., Saint-Clair Cordeiro. *Das “cidades na floresta” às “cidades da floresta”: espaço, ambiente e urbanodiversidade na Amazônia brasileira*. Paper do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Belém, n. 321, 2013.

# Cartografias

leituras cartográficas dos  
espaços abertos de Macapá-AP



## 4

# ENTRE RELATOS E REGISTROS DE UMA PAISAGEM EM MOVIMENTO

## ENSAIOS PARA A CONFECÇÃO DE UM ATLAS DOS ESPAÇOS ABERTOS DE MACAPÁ

*Louise Barbalho Pontes*

*Ana Carolina de Souza Vasconcelos*

*Ivie Fernanda da Silva Martins*

*Matheus Cleber Melo Garcia*

A paisagem urbana é composta pela sobreposição de tempos, pessoas e estruturas que estão em constante transformação (Corboz, 2001). Para compreender a cidade e seus processos, é fundamental aproximar-se dela por meio de ações como caminhar, fotografar, conversar com seus moradores, fazer perguntas para si e para outros, coletar informações, dados e experiências, além de criar novas representações do território. As representações da paisagem ajudam a entender realidades complexas, revelando estruturas, processos, problemas e oportunidades que muitas vezes permanecem ocultos. Essas operações, que podem ser

compreendidas como processos de “apreensão” e “representação” da cidade, são fundamentais para o avanço do conhecimento no campo do urbanismo (Viganò, 2016).

A elaboração de cartografias é um método que permite articular dimensões sociais, culturais e ambientais, como exemplificado pelo método de decomposição em camadas proposto por McHarg (1969), que se baseia na elaboração de mapas temáticos. Ao serem analisados em sobreposição, esses mapas permitem descrever as condições existentes da paisagem, identificando padrões, regiões, conflitos e boas convergências do uso do solo urbano com vistas a criar novas articulações para um planejamento da cidade sob um viés mais ecológico.

Contudo, a cartografia nunca corresponde integralmente à realidade; trata-se de uma representação, um filtro que seleciona e organiza informações conforme determinados critérios (Corboz, 2001). Criar representações e registros da paisagem, seja do passado ou do presente, é mais do que documentar um espaço (bio)físico, pois a paisagem é também uma construção social moldada por fatores históricos e culturais (Besse, 2014). Nos estudos urbanos contemporâneos, a cartografia em camadas continua sendo uma ferramenta importante, mas é fundamental lembrar que a cartografia serve não apenas como instrumento de análise, mas também como expressão identitária e reivindicação territorial (Besse, 2014).

A cartografia, tanto dentro quanto fora da sala de aula, pode promover um entendimento mais profundo sobre a cidade e pode ser vista como um convite para uma reflexão crítica sobre a realidade em que estamos inseridos. Este capítulo apresenta uma cartografia autoral confeccionada por alunos de Iniciação Científica, resultado de um processo que combinou teoria e prática na representação da paisagem urbana. Aqui, exploramos a experiência desses estudantes na elaboração de mapas dos espaços abertos de Macapá, refletindo sobre o aprendizado gerado e o impacto dessas cartografias na compreensão da cidade.

## DOS ENSAIOS PARA UM ATLAS AOS PLANOS DE PESQUISA

O processo de elaboração de um “Atlas dos Espaços Abertos de Macapá” tem sua origem nos encontros do grupo de pesquisa e oficinas mencionadas no Capítulo 2. A imersão na cidade despertou o desejo de reunir informações visuais em novas cartografias. O material apresentado neste capítulo é fruto de uma revisita aos trabalhos de Iniciação Científica realizados entre 2020 e 2022, vinculados à pesquisa que deu origem a este livro. O resultado, ainda experimental, além de criar um registro da cidade, é um ensaio que convida cada leitor a explorar suas próprias percepções sobre a paisagem local.

O ponto de partida desta empreitada está relacionado à lacuna de dados oficiais atualizados para a cidade de Macapá. Para chegar aos resultados apresentados, foi necessário reunir dados e informações disponíveis em bases oficiais e na literatura existente, mas também criar novos dados a partir de observação de campo, análise e tratamento de imagens de satélite. Para isso, os pesquisadores foram capacitados para produzir informações georreferenciadas em sistemas SIG (QGIS). Os dados e imagens também foram tratados em softwares como AutoCAD e *Adobe Photoshop* para ampliar a abrangência ou trazer outras formas de olhar para as informações.

A pesquisa se situa entre os campos do urbanismo e da arquitetura da paisagem, nos quais os espaços não edificados (ou espaços livres) são entendidos como elementos multifuncionais que devem ser planejados de maneira sistêmica para atender às demandas urbanas e ambientais (Magnoli, 1982). Nesta pesquisa, compreendemos estes espaços como “espaços abertos”, elementos dinâmicos da paisagem urbana, cuja importância vai além de suas dimensões físicas e territoriais. Mais do que áreas livres, eles representam territórios de interação e transformação contínua que articulam relações ecológicas, sociais, culturais e econômicas. Nesse sentido, esses espaços funcionam como laboratórios vivos de aprendizado e reinvenção da cidade, respondendo aos fluxos urbanos e naturais e promovendo conexões, diversidade e criatividade. Sua abertura não se limita à ausência de edificações, mas reflete

a possibilidade de coexistência e adaptação ao contexto em que estão inseridos (Pontes, 2021).

As pesquisas, que tinham como recorte espacial os espaços abertos de Macapá, seguiram uma sequência lógica para ampliar o conhecimento sobre o tema, estabelecendo pontes entre o ensino, a pesquisa e a extensão universitária. O primeiro estudo, realizado entre 2020 e 2021, intitulado “Uma Taxonomia para os Espaços Abertos de Macapá”, integrou o projeto “Cartografias Emergentes: espaços livres e experiências colaborativas na cidade da Amazônia”. Esse estudo partiu da compreensão de que os documentos oficiais não reconheciam toda a diversidade de espaços abertos e experiências existentes. Por meio de análise documental, análise de imagens de satélite e estudos tipológicos, foi possível inventariar e categorizar os espaços abertos da cidade, revelando uma distribuição desigual e usos historicamente invisibilizados, como o banho de rio. Também se constatou uma tendência à replicação de modelos de espaço público que nem sempre atendiam à diversidade da população (Martins e Pontes, 2021).

A pesquisa que deu sequência aos estudos tinha como título “Cartografias em Movimento: as Águas e os Espaços Abertos ao Lazer na Cidade de Macapá” e investigou a relação da cidade com seus corpos hídricos. A pesquisa revelou um processo histórico de negligência em relação às águas urbanas, apesar da resistência da população em manter práticas de lazer nesses espaços. A pesquisa também identificou a mercantilização do acesso às águas, um fenômeno que restringe oportunidades de lazer a grupos mais privilegiados (Pontes, Garcia e Vasconcelos, 2024).

Por fim, com a pesquisa “Cartografia e Paisagem: Exercícios de Representação para a Compreensão dos Espaços Abertos de Macapá” foi possível sistematizar os dados e mapas levantados nas pesquisas anteriores, trazendo também novas informações. A pesquisa trazia novas representações para a evolução da cidade, por meio de cartografias históricas, propondo uma leitura contemporânea dos espaços abertos de lazer. As cartografias elaboradas nesta pesquisa deram base para o Trabalho de Conclusão de Curso da discente (Vasconcelos, 2024) e incitaram a construção de um acervo informacional em uma base de

dados georreferenciados, abertos e compartilhados para estimular novas representações da paisagem de Macapá, que deu origem às representações que seguem este texto.

A última pesquisa que buscou sistematizar as anteriores teve como resultado a criação de 16 mapas que revelam diferentes leituras cartográficas sobre a trama de espaços abertos de Macapá. Essas representações abordam aspectos fundamentais desses espaços e sua qualidade, lançando novas perspectivas para investigações futuras.

Os mapas produzidos exploram a relação entre os espaços abertos e diversos elementos urbanos e ambientais como a malha viária, a hidrologia, a altitude, a cobertura vegetal, o transporte coletivo e a organização dos bairros. Além disso, investigam a conexão desses espaços com áreas de lazer (e fruição), corpos d'água e estruturas construídas, permitindo novas interpretações sobre a ocupação do território. Entre os principais produtos cartográficos, destacam-se:

Evolução urbana (1761-2023)

Espaços abertos + altitude (classificação em relação ao nível do mar)

Espaços abertos + aspectos topográficos e hidrológicos

Espaços abertos + cobertura vegetal e arborização

Espaços abertos relacionados ao lazer e às águas

Espaços abertos + malha viária

Espaços abertos + sistema viário e mobilidade (acesso à rede viária)

Espaços abertos + limites dos bairros

Espaços abertos + concentração na cidade

Espaços abertos por bairro (classificação pelo número de espaços abertos)

Espaços abertos por quantidade/período

Espaços abertos + espaços construídos (cheios e vazios)

Espaços abertos por forma (pontos e linhas)

Espaços abertos + raio de influência (proporcional à área total)

Espaços abertos + trama (triangulação de Delaunay)

Essas cartografias revelam padrões espaciais através dos quais é possível perceber uma trama de espaços abertos que não estão distribuídos

de maneira aleatória, mas atrelados às condições biofísicas e socioespaciais próprias desta cidade. Indicam problemas como a distribuição desigual, a concentração de espaços e infraestrutura nas partes mais centrais em detrimento das áreas de expansão, mas também possibilidades e potencial para pensar esses espaços como um sistema, uma trama de espaços abertos que possa atender às demandas urbanas e ambientais.

O conjunto visual permite ainda diversos questionamentos e busca instigar novas reflexões sobre a paisagem urbana de Macapá. Ao cruzar diferentes camadas de informação, a pesquisa propõe um olhar mais abrangente sobre o território e suas dinâmicas, contribuindo para o planejamento urbano e abrindo caminhos para futuras investigações.

#### EXPERIÊNCIAS DOS ESTUDANTES: ENTRE DESAFIOS E DESCOBERTAS

Reunimos os relatos dos estudantes e autores dos planos de trabalho de Iniciação Científica não apenas como registro do processo de pesquisa, mas também como expressão dos afetos envolvidos na produção do material. Os depoimentos evidenciam desafios e aprendizados ao longo do percurso (ver Quadro 1).

A pesquisa de Ivie Martins, realizada durante a pandemia, explorou os espaços abertos de Macapá por meio de imagens de satélite e ferramentas de georreferenciamento, revelando sua distribuição desigual e pouca acessibilidade. Esse processo desafiador exigiu flexibilidade e adaptação da estudante e proporcionou um novo olhar sobre a cidade, destacando a importância desses espaços para a qualidade do desenho urbano. Ivie entende que essa experiência não apenas aprofundou seu conhecimento acadêmico, mas também ampliou sua percepção sobre a dinâmica e a transformação da cidade.

A pesquisa de Matheus Garcia sobre as águas e os espaços de lazer em Macapá transformou sua percepção da cidade e reacendeu seu interesse pela Arquitetura e Urbanismo. Seu estudo revelou como o planejamento urbano historicamente tentou apagar os corpos hídricos

e suas atividades, mas também como as práticas culturais resistem e permanecem vivas. Essa experiência abriu novos caminhos em sua trajetória acadêmica, levando-o a aprofundar a relação entre paisagem e águas às questões raciais em seu Trabalho de Conclusão de Curso e, posteriormente, em sua dissertação de mestrado.

A trajetória de Ana Carolina Vasconcelos na pesquisa foi marcada por cruzamentos entre cartografia e paisagem, explorando novas formas de representar os espaços abertos de Macapá. Inicialmente, seu trabalho se conectou aos mapeamentos de outros pesquisadores, mas seguiu um caminho próprio ao focar na representação desses espaços. A investigação envolveu o redesenho e exploração criativa da cartografia, resultando em novas leituras da cidade. Esse processo revelou-se um exercício contínuo de (re)conhecimento da cidade, e também de si, que ela pretende aprofundar na pós-graduação, explorando ainda mais as potencialidades da representação cartográfica.



Colagem com imagens do Balneário do Curiaú e do Bioparque da Amazônia em Macapá. Fonte: Ana Carolina Vasconcelos, 2025.

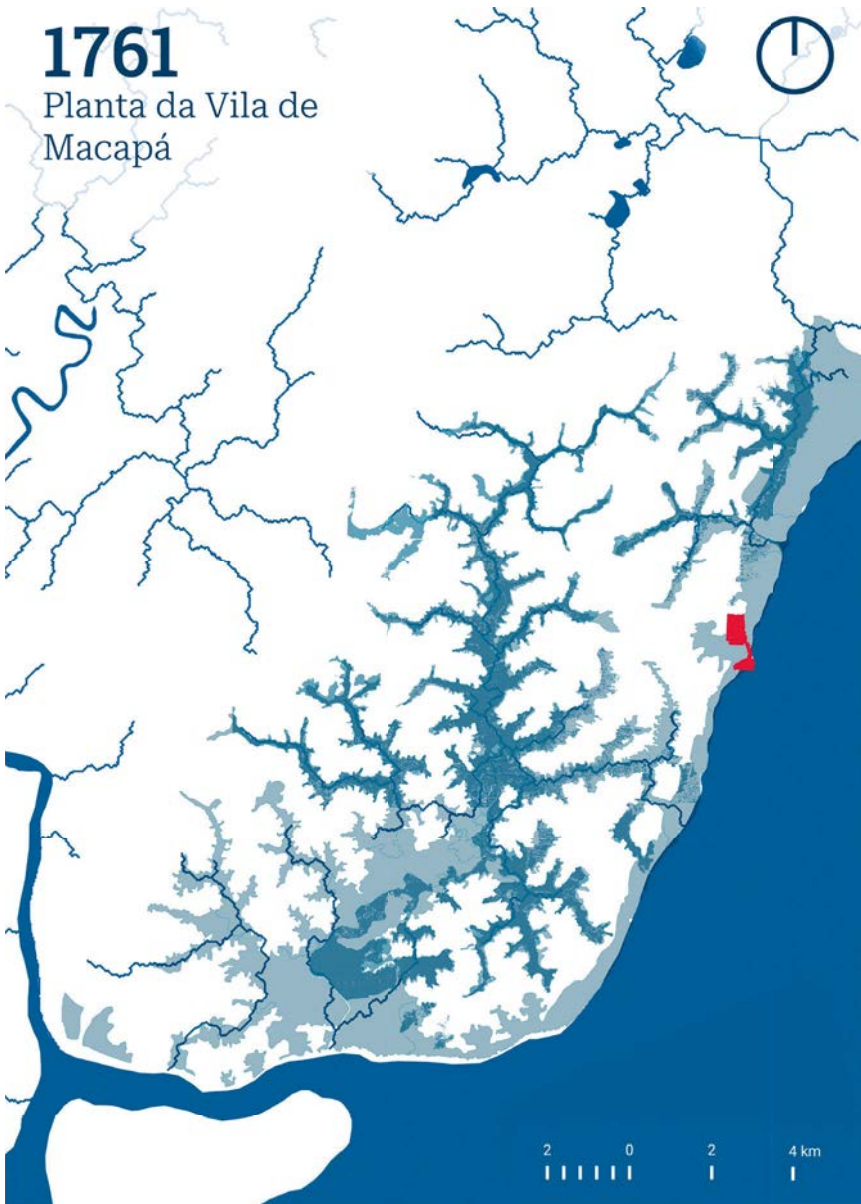


Figura 1: Evolução Urbana - 1761. Fonte: SIT Macapá (2023), OpenStreetMap (2023), Martins et al. (2021), Pontes et al. (2024), Santos Filho et al. (2013). Elaborado por Ana Carolina Vasconcelos (2024). SRC: Sirgas 2000 / UTM 22N. Elaborado por Ana Carolina Vasconcelos (2024). SRC: Sirgas 2000 / UTM 22N.

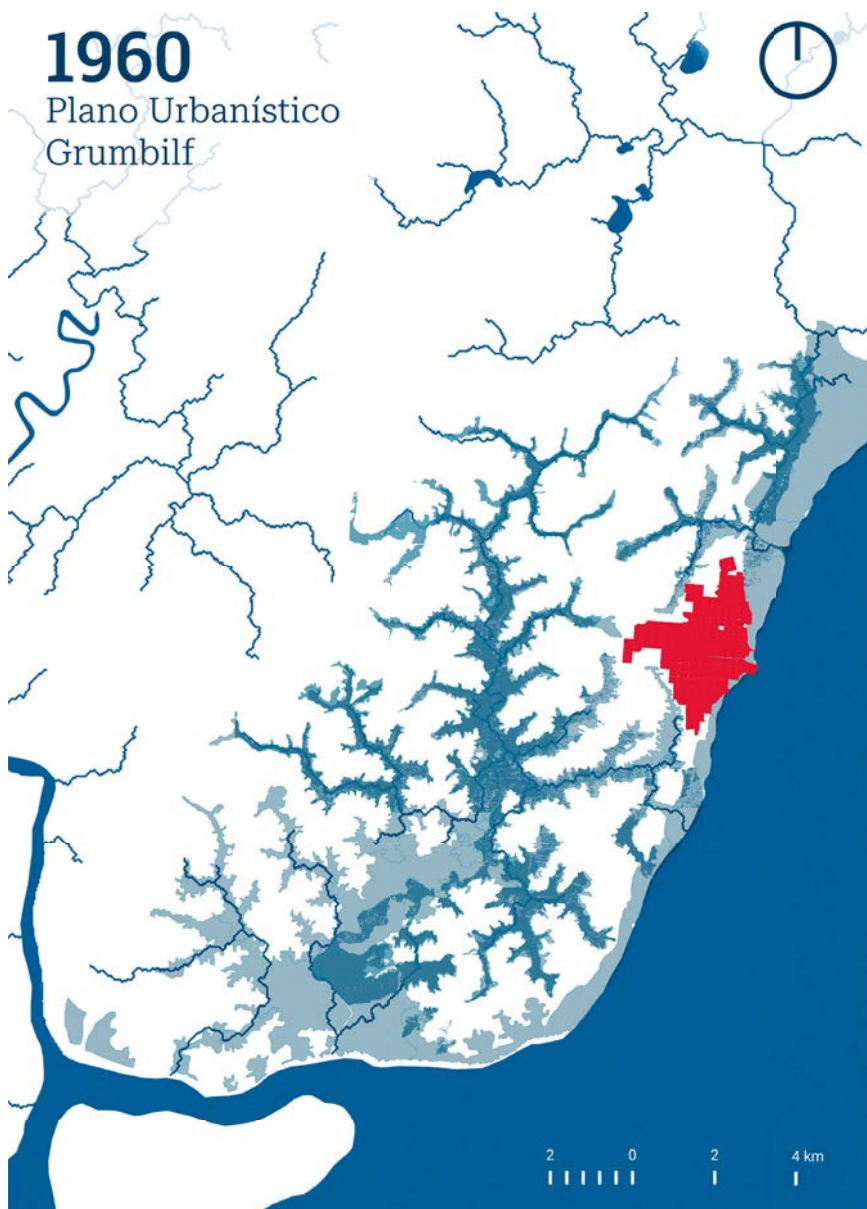


Figura 2: Evolução Urbana - 1960. Fonte: SIT Macapá (2023), OpenStreetMap (2023), Pontes, Garcia e Vasconcelos (2024), Santos Filho et al. (2013). Elaborado por Ana Carolina Vasconcelos (2024). SRC: Sirgas 2000 / UTM 22N.

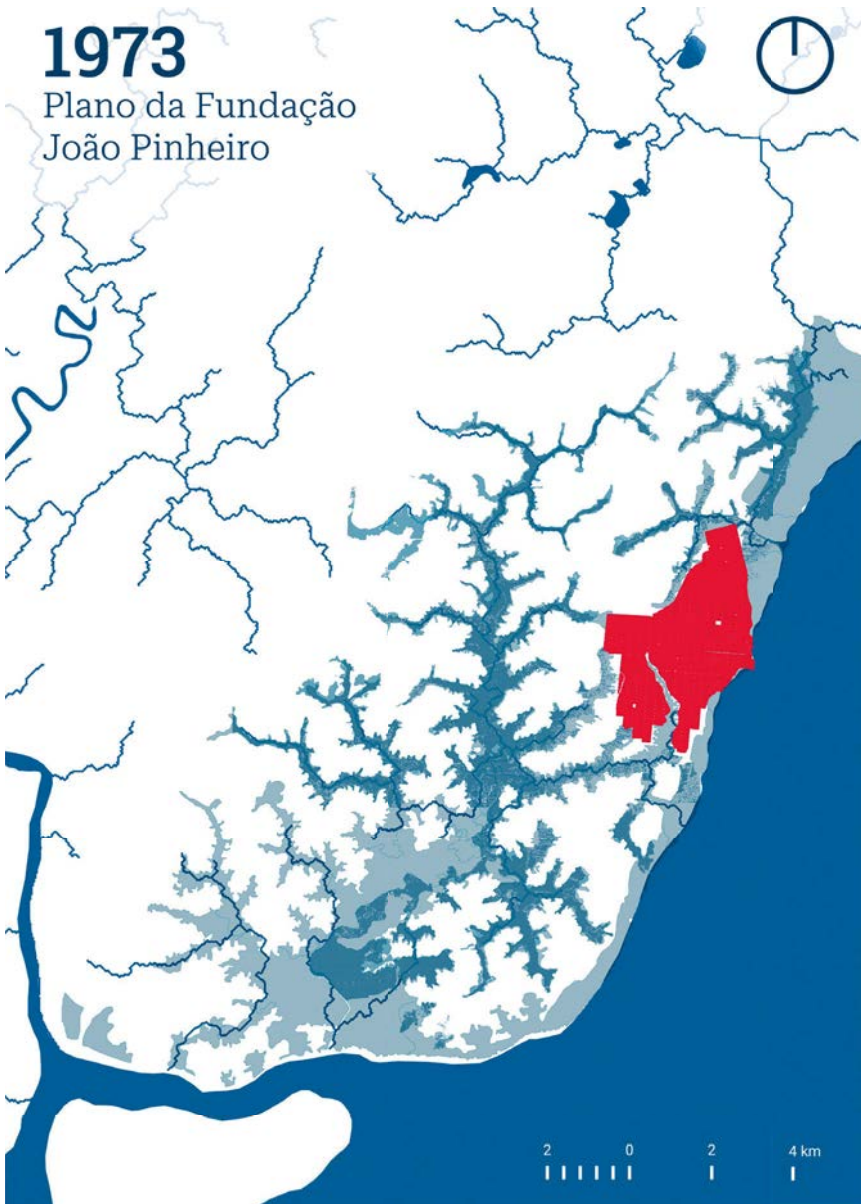


Figura 3. Evolução Urbana - 1973. Fonte: SIT Macapá (2023), OpenStreetMap (2023), Martins e Pontes (2021), Pontes, Garcia e Vasconcelos (2024), Santos Filho et al. (2013). Elaborado por Ana Carolina Vasconcelos (2024). SRC: Sirgas 2000 / UTM 22N.

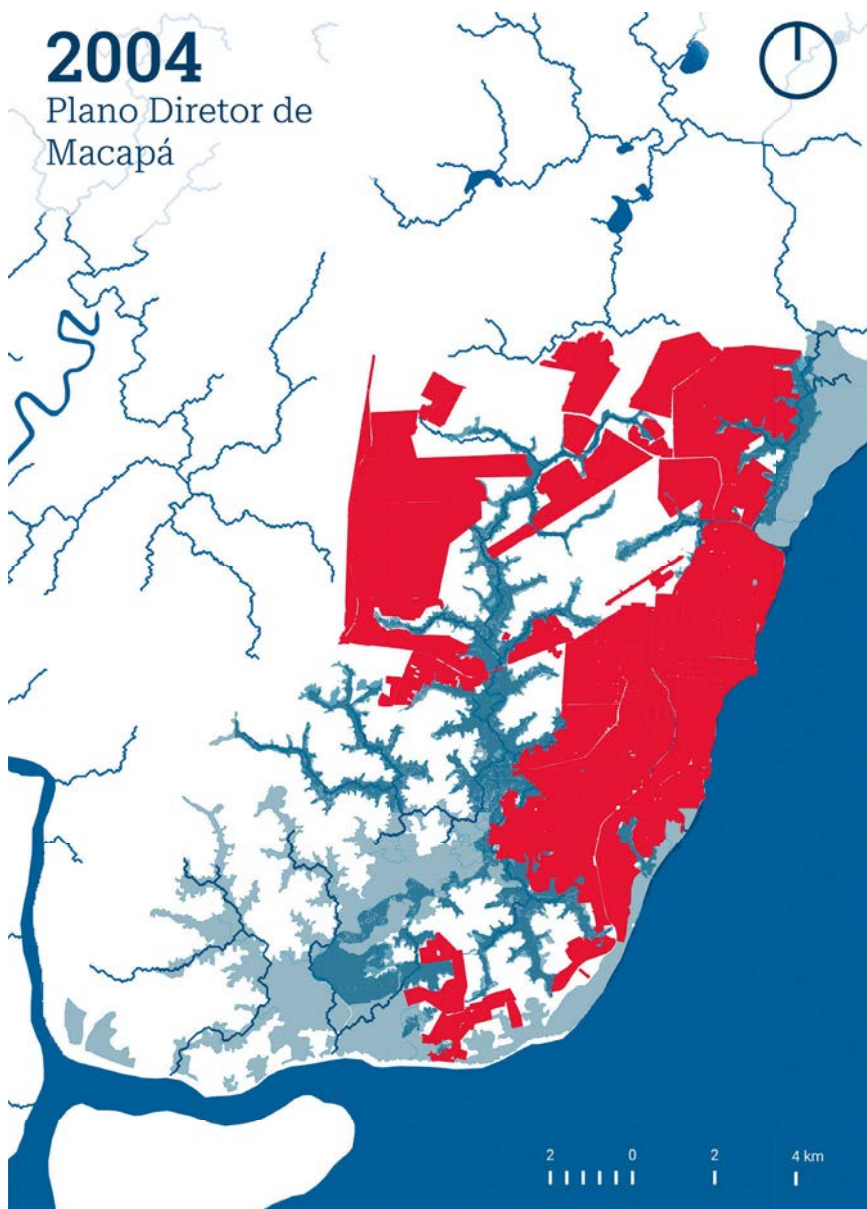


Figura 4. Evolução Urbana - 2004. Fonte: SIT Macapá (2023), OpenStreetMap (2023), Pontes, Garcia e Vasconcelos (2024), Santos Filho et al. (2013). Elaborado por Ana Carolina Vasconcelos (2024). SRC: Sirgas 2000 / UTM 22N.

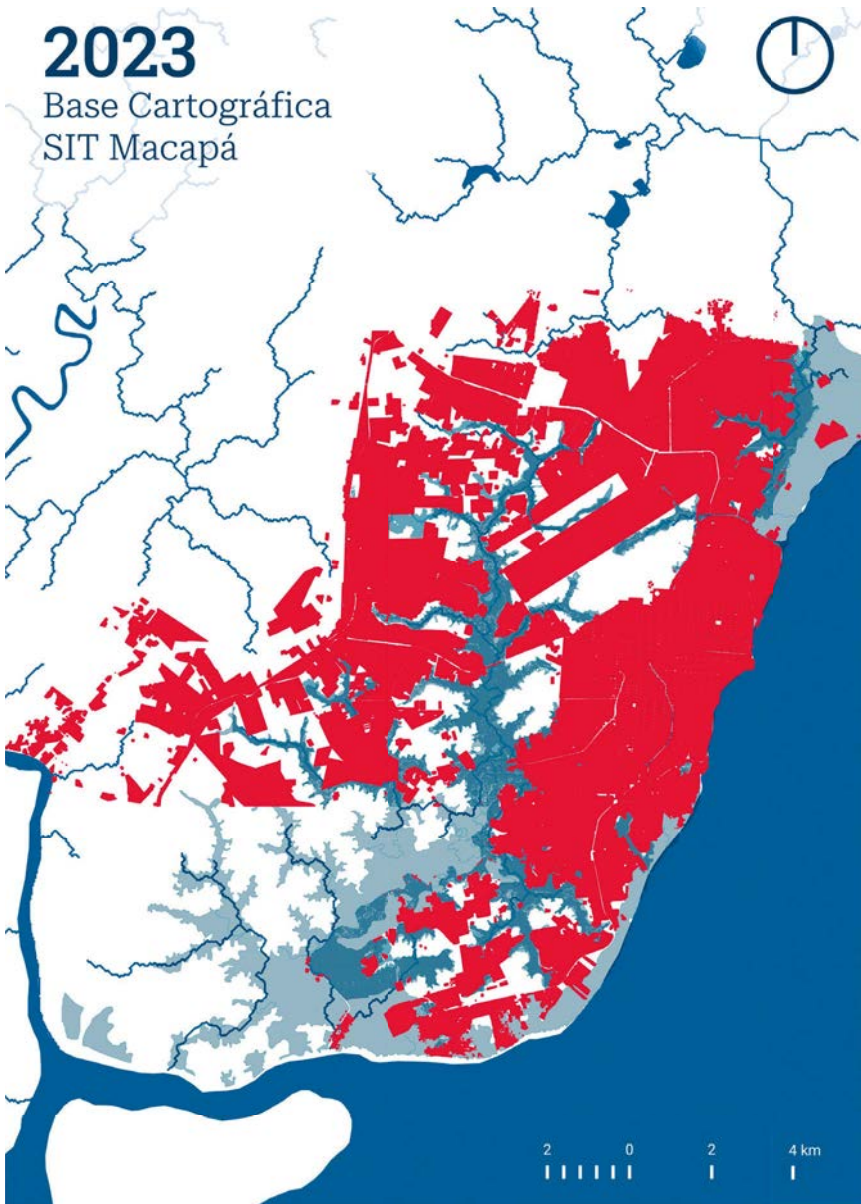


Figura 5. Evolução Urbana - 2023. Fonte: SIT Macapá (2023), OpenStreetMap (2023), Pontes, García e Vasconcelos (2024), Santos Filho et al. (2013). Elaborado por Ana Carolina Vasconcelos (2024). SRC: Sirgas 2000 / UTM 22N.

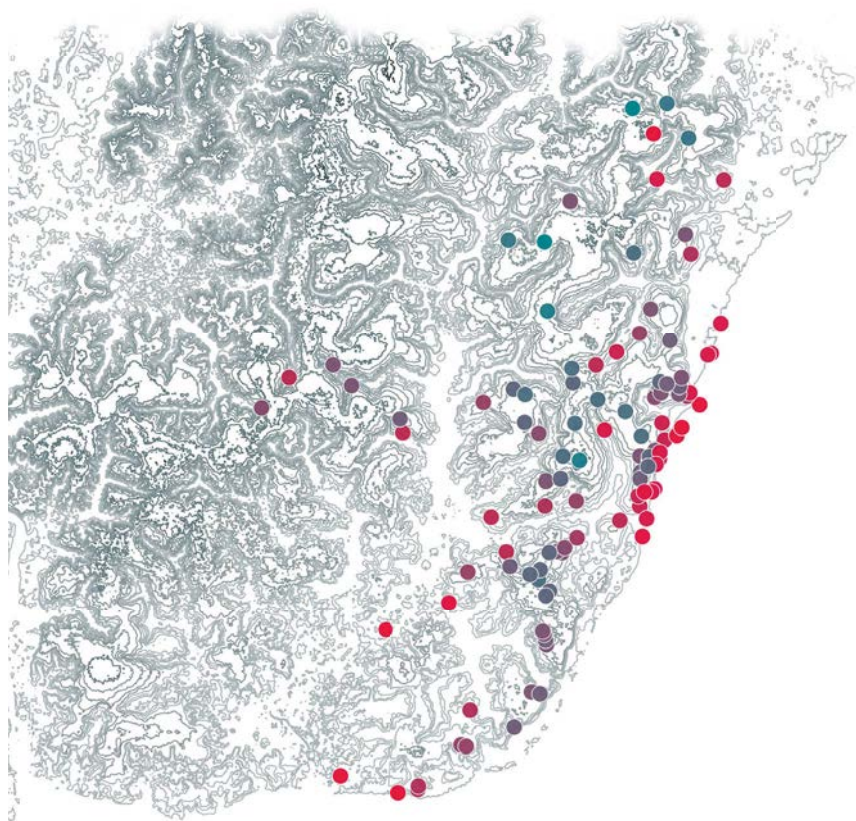


Figura 6. Espaços abertos e a topografia. Fonte: SIT Macapá (2023), OpenStreetMap (2023), Martins e Pontes (2021), Pontes, Garcia e Vasconcelos (2024), Santos Filho *et al.* (2013). Elaborado por Ana Carolina Vasconcelos (2024). SRC: Sirgas 2000 / UTM 22N.



## altitude

Quão alto os espaços estão com relação ao nível do mar (ou do rio)? A altitude e o posicionamento de um local influencia em o quão suscetível ele pode ser a alagamentos, erosão e outros fenômenos. **Em que altura estão concentrados os espaços em Macapá?**



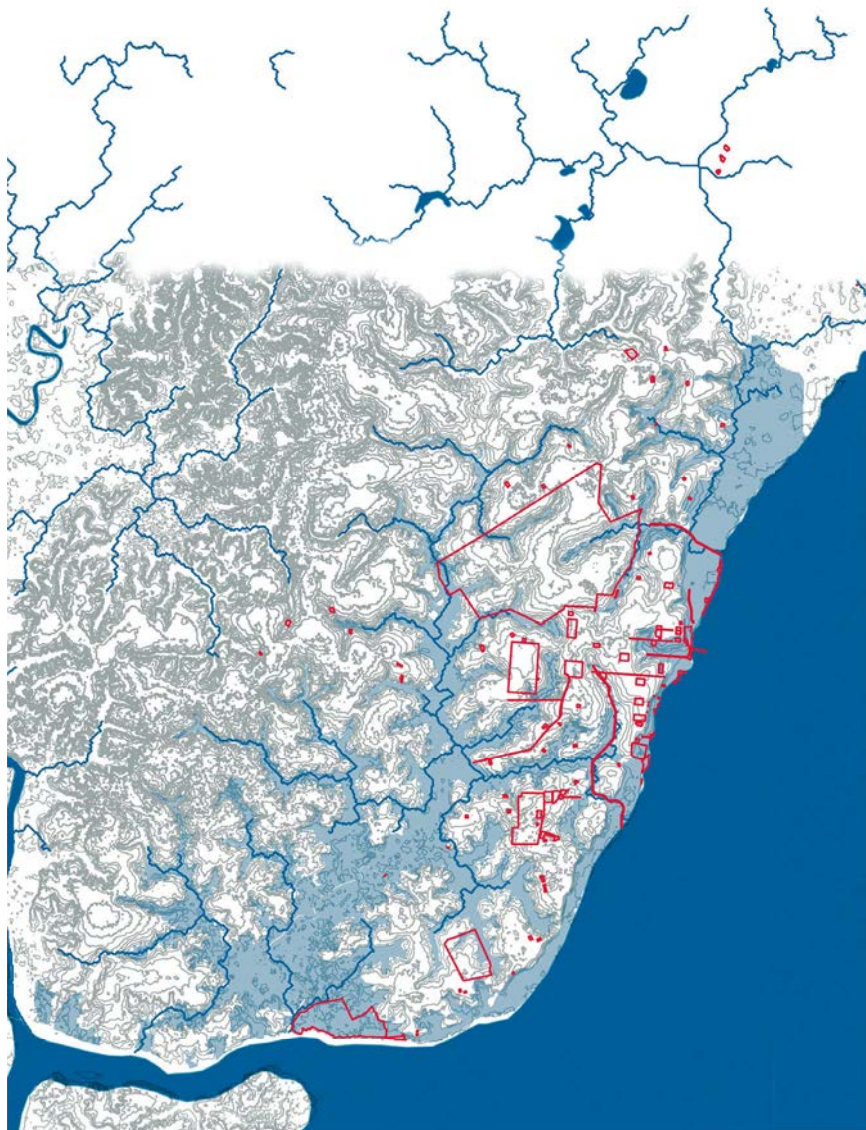


Figura 7. Espaços abertos e a hidrografia. Fonte: SIT Macapá (2023), OpenStreetMap (2023), Martins e Pontes (2021), Pontes, Garcia e Vasconcelos (2024), Santos Filho *et al.* (2013). Elaborado por Ana Carolina Vasconcelos (2024). SRC: Sirgas 2000 / UTM 22N.



## topografia e corpos hídricos

O relevo e hidrografia são fundamentais para o estudo da paisagem. Como elementos do sítio eles definem, de certa forma, limites (ou horizontes). Como os espaços abertos se sobrepõem sobre esses elementos? O quanto que o sítio interfere/complementa sua configuração e distribuição pela cidade?

-  corpos hídricos e cursos d'água
-  áreas úmidas
-  espaços abertos
-  topografia

2                      0                      2                      4 km  
| | | | | | |                      |                      |

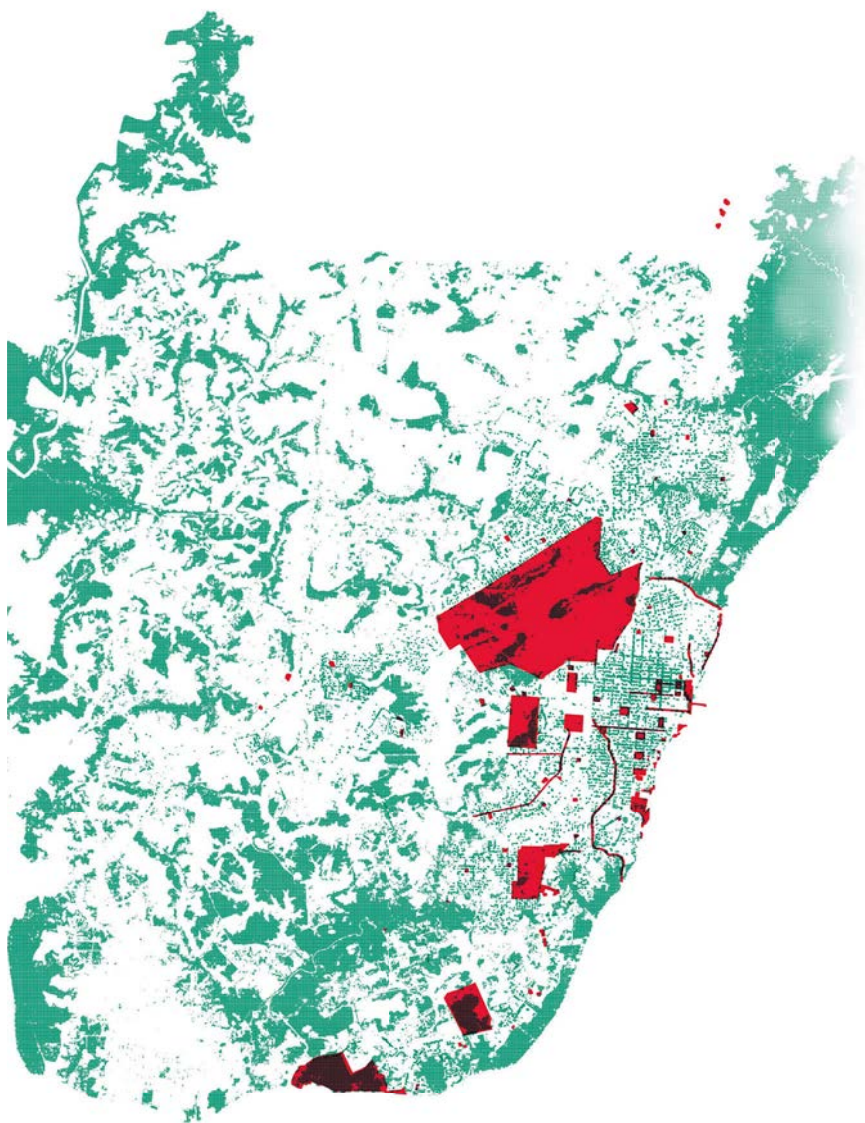


Figura 8. espaços abertos e a cobertura vegetal. Fonte: SIT Macapá (2023), OpenStreetMap (2023), Martins e Pontes (2021), Pontes, Garcia e Vasconcelos (2024), Santos Filho *et al.* (2013). Elaborado por Ana Carolina Vasconcelos (2024). SRC: Sirgas 2000 / UTM 22N.



## vegetação e arborização

Espaços verdes e arborizados são muito importantes para o conforto térmicos, especialmente em uma cidade tão quente quanto Macapá. Além de uma qualidade ambiental, é ideal para uma cidade conservar esses espaços e eles também serem acessíveis para população, afinal, cidade e natureza não andam separados. **Quanto verde tem na nossa cidade e nos espaços abertos?**

-  unidade de árvore
-  cobertura vegetal
-  espaços abertos

2                      0                      2                      4 km  
| | | | | |                      |                      |

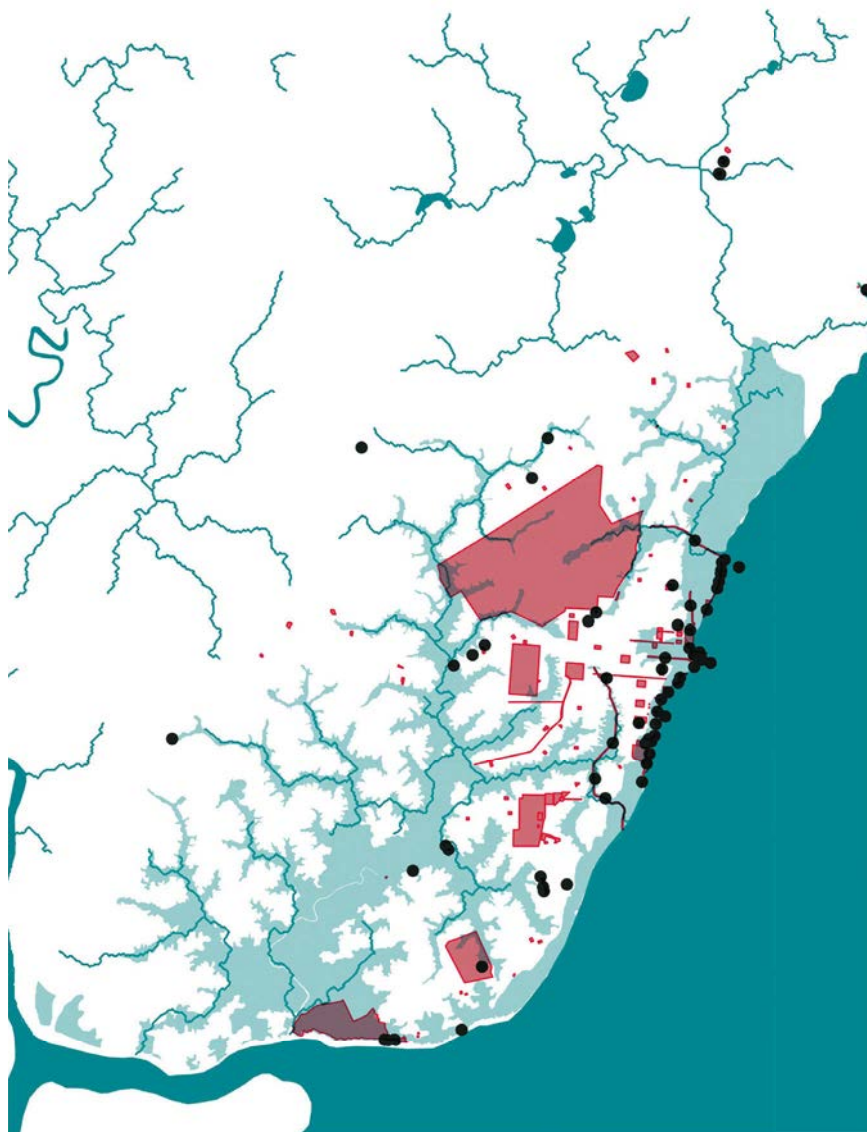


Figura 9. Espaços abertos vinculados à água. Fonte: SIT Macapá (2023), OpenStreetMap (2023), Martins e Pontes (2021), Pontes, Garcia e Vasconcelos (2024), Santos Filho *et al.* (2013). Elaborado por Ana Carolina Vasconcelos (2024). SRC: Sirgas 2000 / UTM 22N.



## águas e lazer

Em Macapá, as pessoas tem uma relação próxima a água em seu cotidiano, trabalho e fruição. Sobrepor os espaços abertos relacionados ao lazer aos ligados às águas ilustra essas conexões espaciais entre sítio e aberturas. O quanto que as águas fazem parte do nosso lazer dentro da cidade?

-  corpos hídricos e cursos d'água
-  áreas úmidas
-  espaços abertos relacionados com o lazer (2021)
-  espaços abertos relacionados com as águas (2022)

2                      0                      2                      4 km  
 | | | | | |                      |                      |

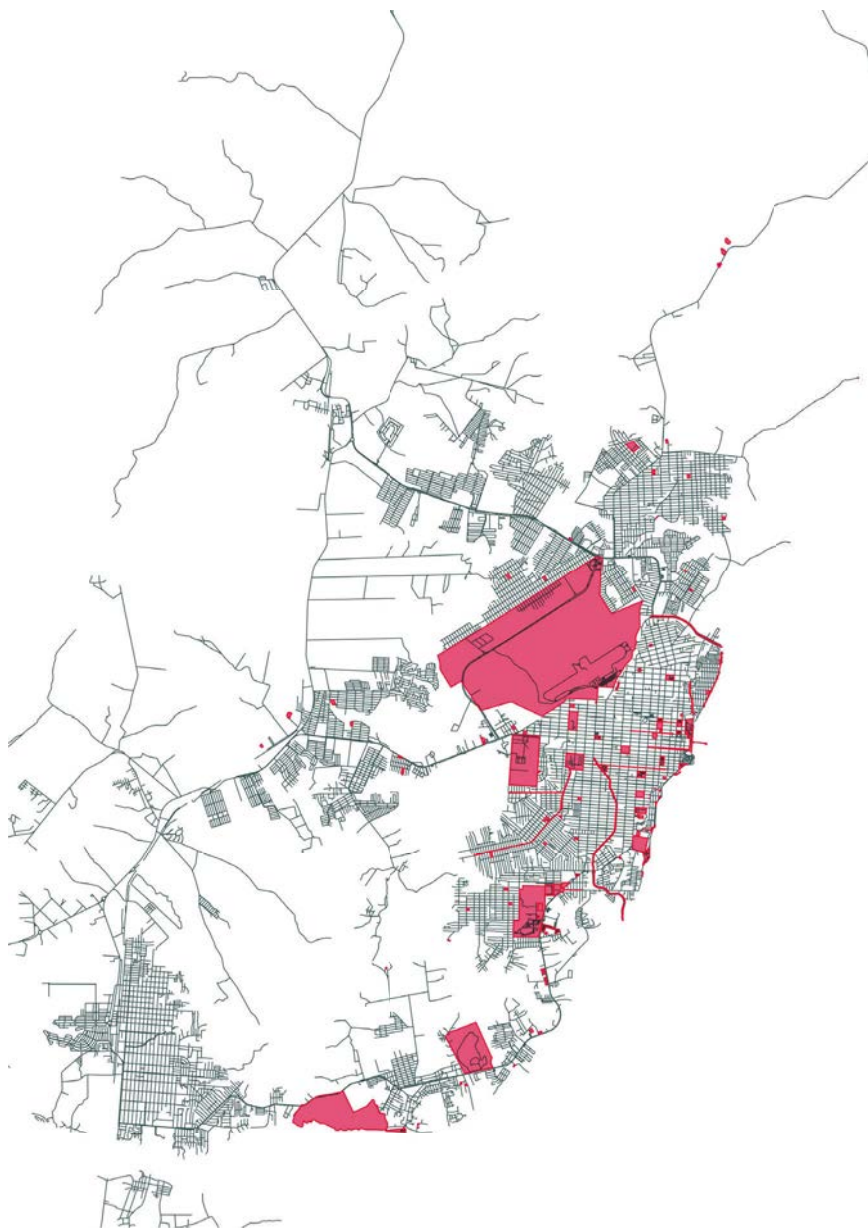
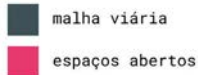


Figura 10. Espaços abertos e a malha viária. Fonte: SIT Macapá (2023), OpenStreetMap (2023), Martins e Pontes (2021), Pontes, Garcia e Vasconcelos (2024), Santos Filho *et al.* (2013). Elaborado por Ana Carolina Vasconcelos (2024). SRC: Sirgas 2000 / UTM 22N.



## malha viária

A malha viária interliga diversos pontos da cidade. Essa conexão facilita o acesso da população, bem como a falta dela dificulta esse acesso e o restringe. Como é a integração entre nossas ruas, avenidas e rodovias com os espaços abertos?



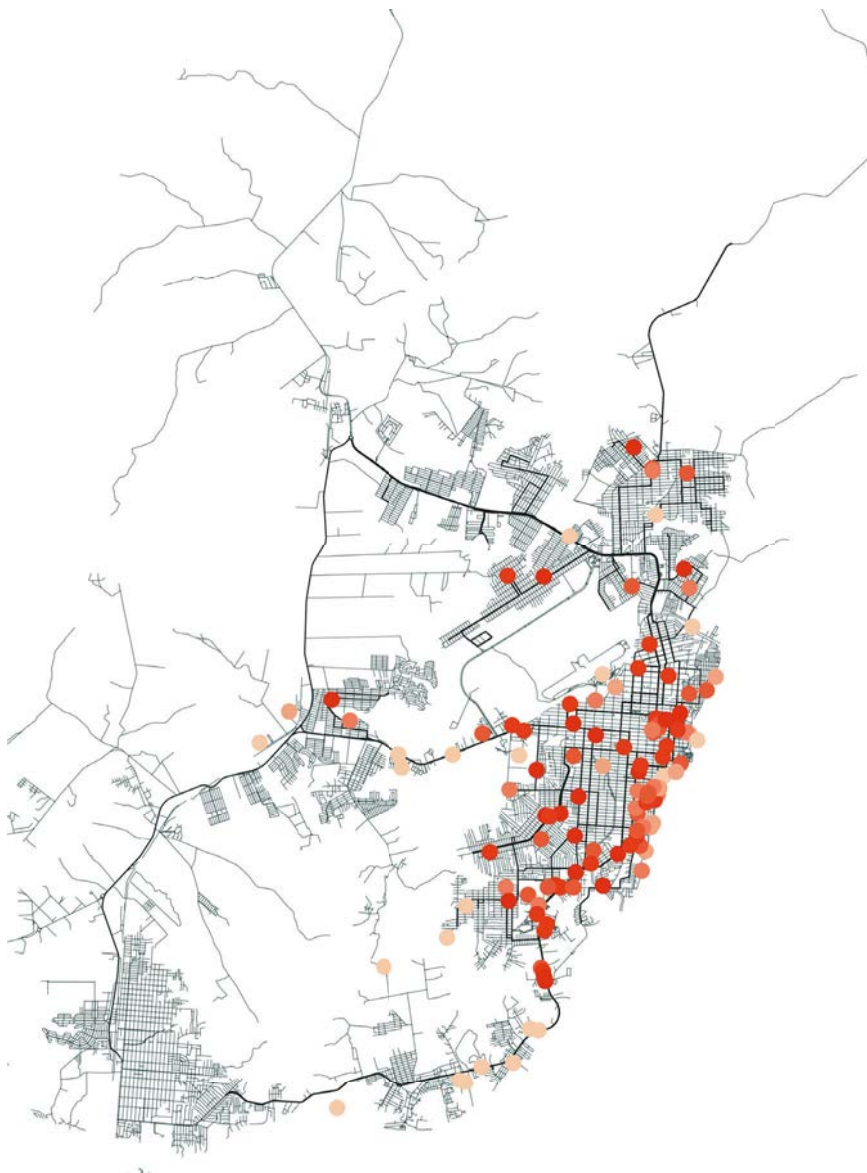


Figura 11. Espaços abertos e a mobilidade. Fonte: SIT Macapá (2023), OpenStreetMap (2023), Martins e Pontes (2021), Pontes, Garcia e Vasconcelos (2024), Santos Filho *et al.* (2013). Elaborado por Ana Carolina Vasconcelos (2024). SRC: Sirgas 2000 / UTM 22N.



## transporte e mobilidade

Quem tem acesso aos espaços abertos? Como it até eles? A pé, de carro, de ônibus, de bicicleta... É longe, é perto, depende? Certamente, existem alguns espaços que são mais acessíveis que outros. Garantir a mobilidade urbana, dar meios de ir e vir a população, e que seja fácil e barato, é um dos desafios da gestão urbana atualmente.



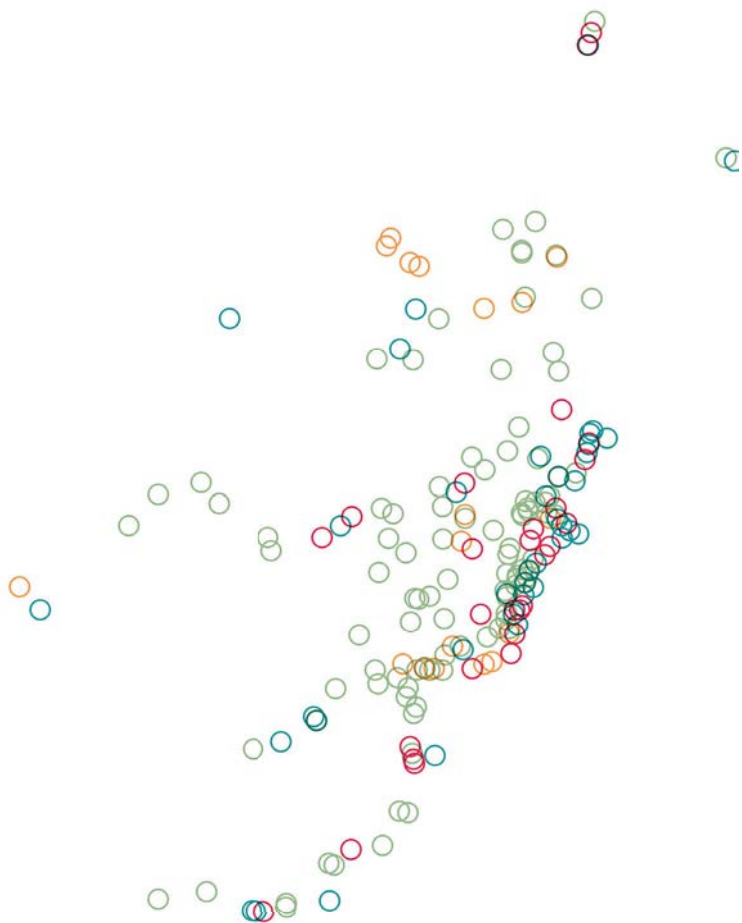


Figura 12. Espaços abertos nos documentos oficiais. Fonte: SIT Macapá (2023), OpenStreetMap (2023), Martins e Pontes (2021), Pontes, Garcia e Vasconcelos (2024), Santos Filho *et al.* (2013). Elaborado por Ana Carolina Vasconcelos (2024). SRC: Sirgas 2000 / UTM 22N.



## mapeamentos

Quantos espaços abertos existem? O conceito é recente, bem como os mapeamentos e classificações sobre os espaços e dados sobre eles. Os círculos são alguns dos pontos mapeados existentes.

-  espaços abertos relacionados ao lazer (2021)
-  espaços abertos relacionados às águas (2022)
-  espaços abertos relacionado ao lazer e às águas (2021-2022)
-  espaços abertos novos e/ou não clasificados (2024)



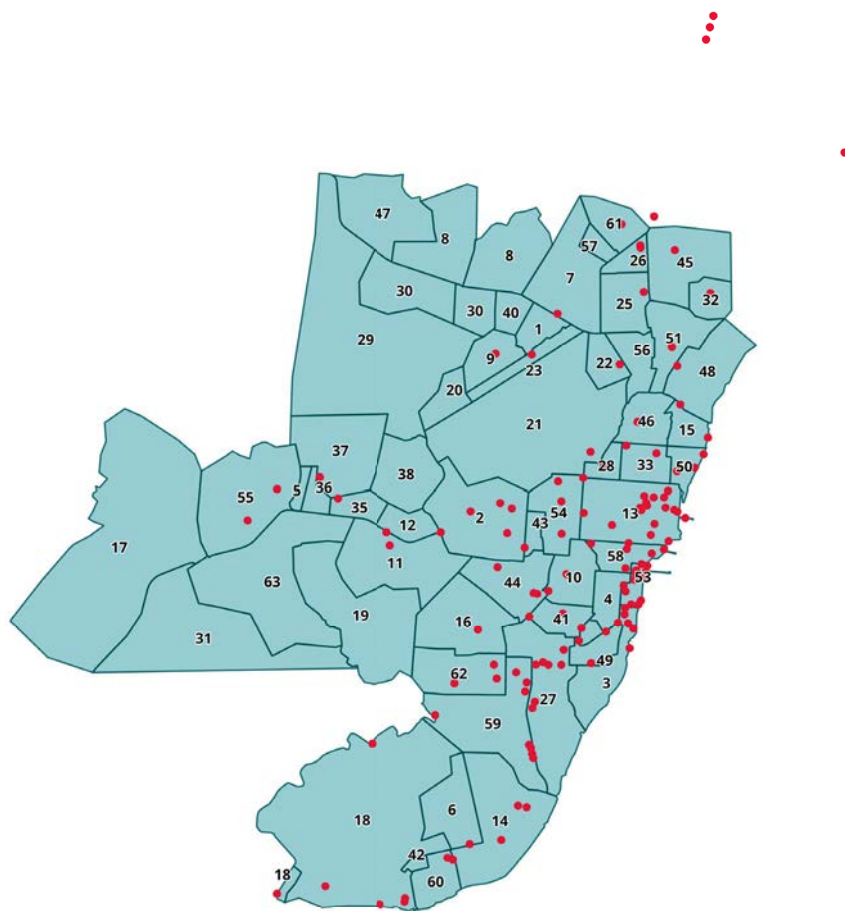


Figura 13. Espaços abertos por nome de bairro. Fonte: SIT Macapá (2023), OpenStreetMap (2023), Martins e Pontes (2021), Pontes, Garcia e Vasconcelos (2024), Santos Filho *et al.* (2013). Elaborado por Ana Carolina Vasconcelos (2024). SRC: Sirgas 2000 / UTM 22N.



|    |                      |    |                      |
|----|----------------------|----|----------------------|
| 1  | AÇAI                 | 30 | AMAZONAS             |
| 2  | ALVORADA             | 31 | LAGOA AZUL           |
| 3  | ARAXÁ                | 32 | LAGO DA VACA         |
| 4  | BEIROL               | 33 | LAGUINHO             |
| 5  | BELLA VILLE          | 35 | MARABAIXO I          |
| 6  | BIOPARQUE            | 36 | MARABAIXO II         |
| 7  | BONÉ AZUL            | 37 | MARABAIXO III        |
| 8  | JARDIM DAS ACÁCIAS   | 38 | JARDIM AMÉRICA       |
| 8  | BRASIL NOVO          | 40 | MORADA DAS PALMEIRAS |
| 9  | BURITIS              | 41 | MUCA                 |
| 10 | BURITIZAL            | 42 | MURICI               |
| 11 | CABRALZINHO          | 43 | NOVA ESPERANÇA       |
| 12 | CAJARI               | 44 | NOVO BURITIZAL       |
| 13 | CENTRAL              | 45 | NOVO HORIZONTE       |
| 14 | CHEFE CLODOALDO      | 46 | PACOVAL              |
| 15 | CIDADE NOVA          | 47 | PALÁCIO DAS ÁGUAS    |
| 16 | CONGÓS               | 48 | PANTANAL             |
| 17 | CORAÇÃO              | 49 | PEDRINHAS            |
| 18 | IGARAPÉ DA FORTALEZA | 50 | PERFÉTUO SOCORRO     |
| 18 | FAZENDINHA           | 51 | RENASCE              |
| 19 | GOIABAL              | 53 | SANTA INÊS           |
| 20 | ILHA MIRIM           | 54 | SANTA RITA           |
| 21 | PARQUE AEROPORTUÁRIO | 55 | SÃO JOSÉ             |
| 22 | INFRAERO I           | 56 | SÃO LÁZARO           |
| 23 | INFRAERO II          | 57 | SOL NASCENTE         |
| 24 | JARDIM EQUATORIAL    | 58 | TREM                 |
| 25 | JARDIM FELICIDADE I  | 59 | UNIVERSIDADE         |
| 26 | JARDIM FELICIDADE II | 60 | VALÉ VERDE           |
| 27 | JARDIM MARCO ZERO    | 61 | IPÊ                  |
| 28 | JESUS DE NAZARÉ      | 62 | ZERÃO                |
| 29 | KM 9                 | 63 | PARQUE DOS JARDINS   |
| 30 | MACAPABA             |    |                      |

-  limites bairros
-  espaços abertos



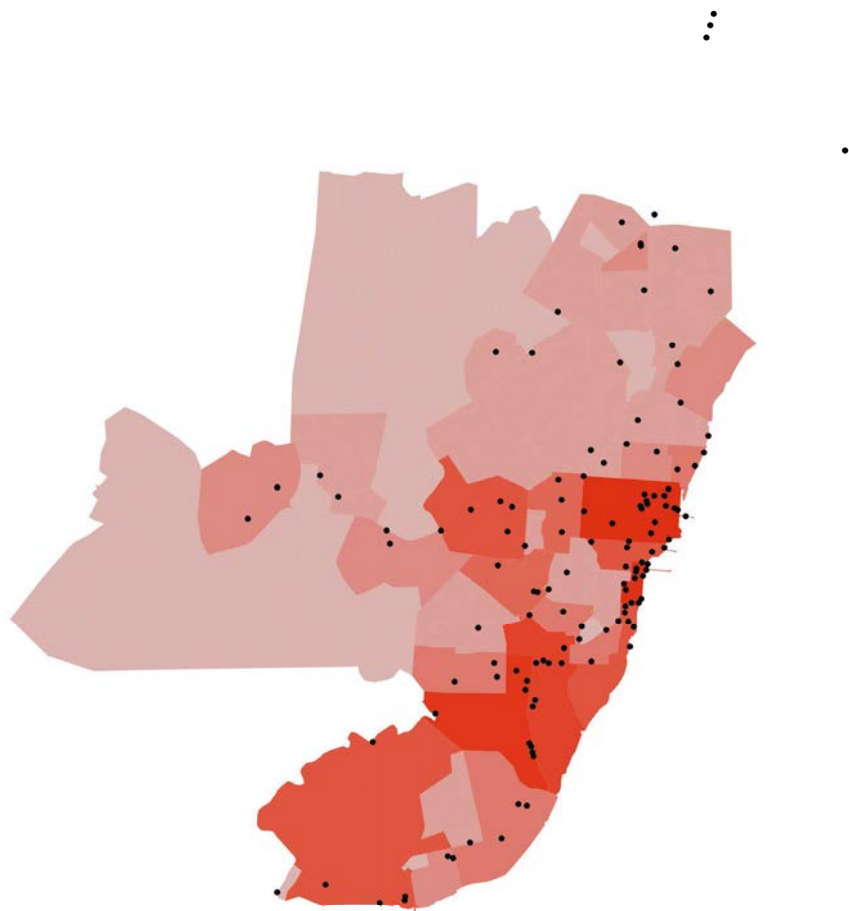


Figura 14. Distribuição dos espaços abertos nos bairros. Fonte: SIT Macapá (2023), OpenStreetMap (2023), Martins e Pontes (2021), Pontes, Garcia e Vasconcelos (2024), Santos Filho *et al.* (2013). Elaborado por Ana Carolina Vasconcelos (2024). SRC: Sirgas 2000 / UTM 22N.



## bairros e distribuição

Teu bairro tem um espaço aberto? A distribuição dos espaços pela cidade normalmente segue uma lógica temporal, econômica e social. Olhar para a configuração dos espaços entendendo os limites impostos por como a cidade é "dividida" formalmente, é um meio de questionar se o lazer público tem sempre que se concentrar em algum centro?



espaços abertos

0

18

bairros quanto a quantidade de espaços abertos neles

2 0 2 4 km  
| | | | | | |

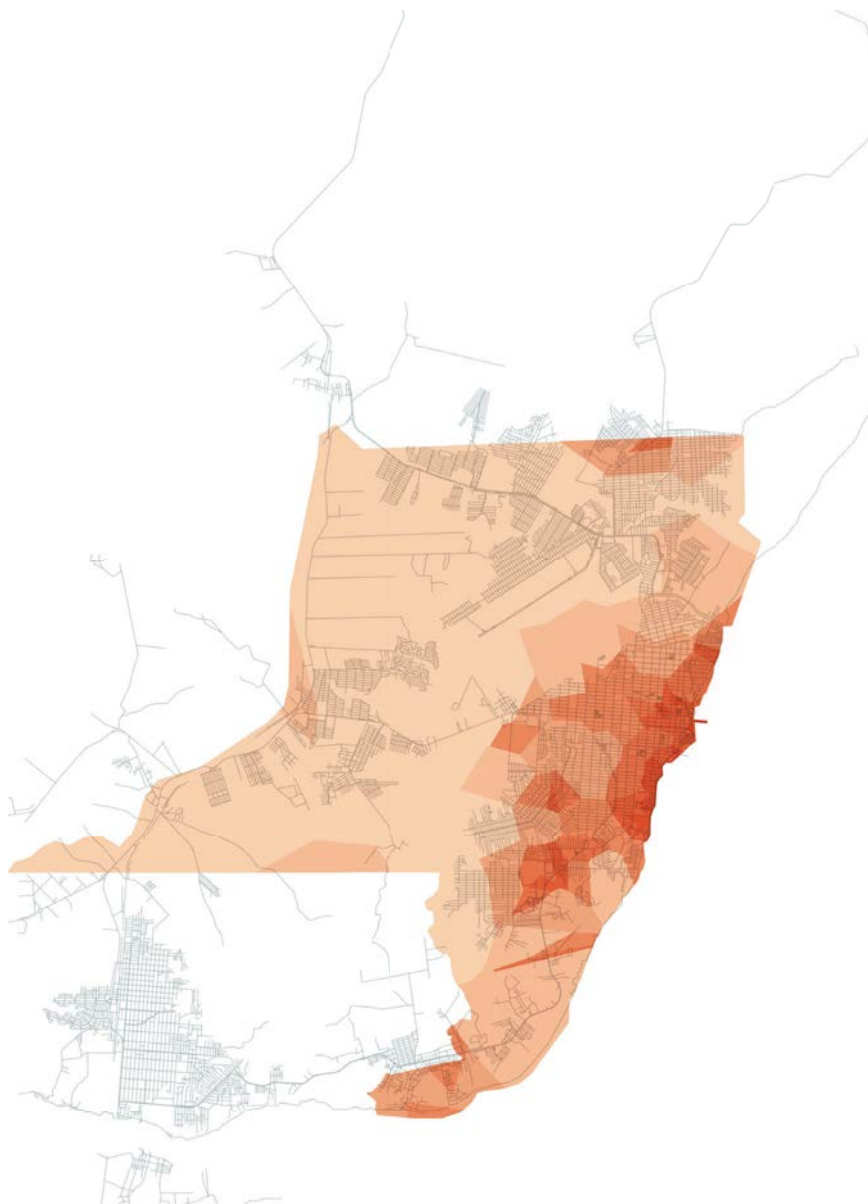


Figura 15. Densidade de espaços abertos na cidade. Fonte: SIT Macapá (2023), OpenStreetMap (2023), Martins e Pontes (2021), Pontes, Garcia e Vasconcelos (2024), Santos Filho *et al.* (2013). Elaborado por Ana Carolina Vasconcelos (2024). SRC: Sirgas 2000 / UTM 22N.



## densidade

Aonde se concentra dos espaços abertos em Macapá? Qual a área "atendida" por certo espaços? Algumas regiões da cidade possuem uma alta concentração de espaços enquanto outras dependem de um grande espaço, ou só estão próxima de alguns. Onde é mais denso? Onde eles se espalham?



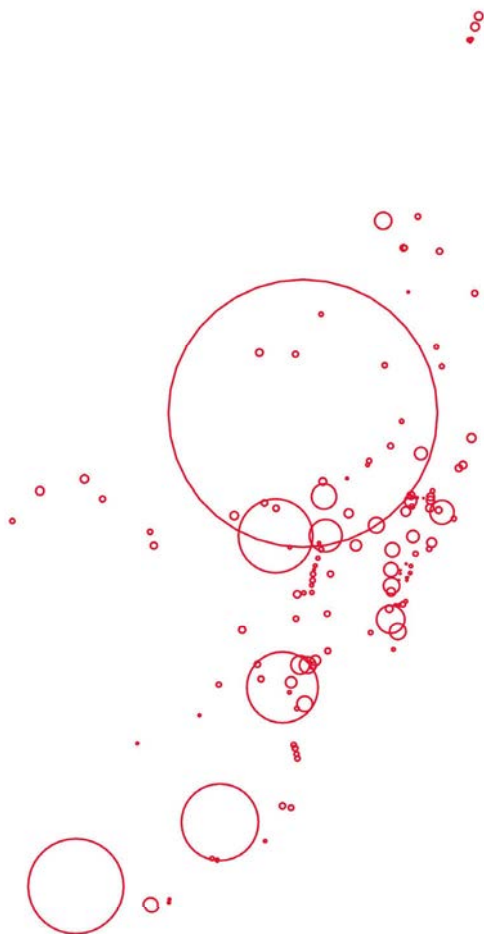


Figura 16. Raios de influência espaços abertos na cidade. Fonte: SIT Macapá (2023), OpenStreetMap (2023), Martins e Pontes (2021), Pontes, Garcia e Vasconcelos (2024), Santos Filho *et al.* (2013). Elaborado por Ana Carolina Vasconcelos (2024). SRC: Sirgas 2000 / UTM 22N.



## raio e dimensão

Qual a extensão de influência dos pontos, tendo em mente seu tamanho? Um raio de influência baseado em área é tendencioso, mas expressa o quão significativo é a dimensão de um espaço para a cidade. Mas afinal, será que "tamanho é documento"?



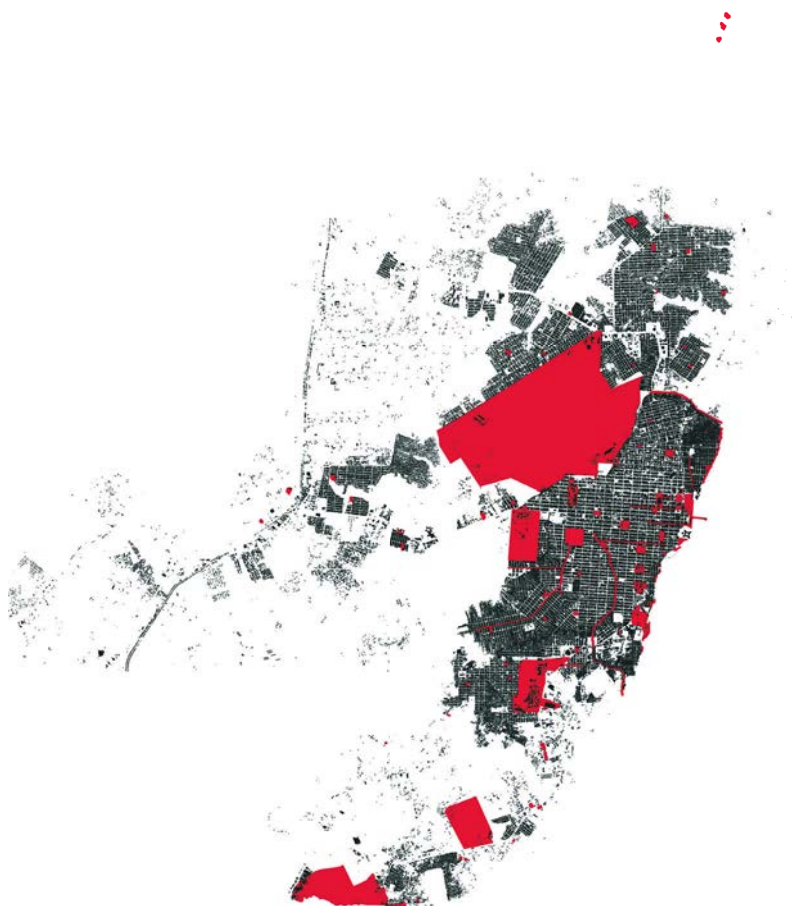


Figura 17. Cheios e vazios e espaços abertos. Fonte: SIT Macapá (2023), OpenStreetMap (2023), Martins e Pontes (2021), Pontes, Garcia e Vasconcelos (2024), Santos Filho *et al.* (2013). Elaborado por Ana Carolina Vasconcelos (2024). SRC: Sirgas 2000 / UTM 22N.



## cheios e vazios

Já viu um Mapa Nolli? É um mapa simples, de cheios e vazios (construídos e não construído) que mostra visualmente a forma, a densidade e outras questões morfológicas da cidade. Mas aqui, o que se quer destacar não são os cheios, nem os vazios, mas os abertos. O que é "preenchido", o que é "livre", o que está "entre"?

 edificações/espaco construido

 espacos abertos

2                      0                      2                      4 km  
| | | | | |                      |                      |



Figura 18. Espaços abertos análise da forma – pontos e linhas. Fonte: SIT Macapá (2023), OpenStreetMap (2023), Martins e Pontes (2021), Pontes, Garcia e Vasconcelos (2024), Santos Filho *et al.* (2013). Elaborado por Ana Carolina Vasconcelos (2024). SRC: Sirgas 2000 / UTM 22N.



## pontos e linhas

O que está conectado? O que está avulso? O que compõem uma matriz maior? Há termos técnicos e conceitos de ecologia que perpassaram a elaboração dessa cartografia, mas o que se quer destacar é as ligações ou a falta delas. **Como esses pontos (espaços abertos) se conectam entre si, como interagem em dimensão e se contornam, sobrepõem...**

-  lagoa dos índios
-  conexões (vias e canais)
-  espaços abertos  
(proporcionais a sua área)

2                      0                      2                      4 km  
| | | | | |                      |                      |

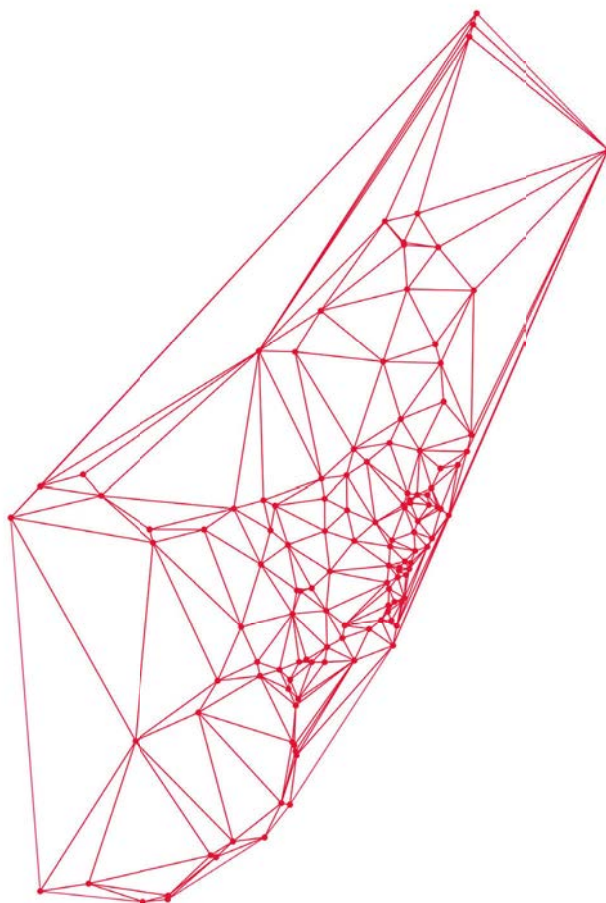


Figura 19. Reflexão sobre a trama de espaços abertos. Fonte: SIT Macapá (2023), OpenStreetMap (2023), Martins e Pontes (2021), Pontes, Garcia e Vasconcelos (2024), Santos Filho *et al.* (2013). Elaborado por Ana Carolina Vasconcelos (2024). SRC: Sirgas 2000 / UTM 22N.



## tramas

Em um cenário extra-terrestre, desconsiderando relevo, águas, vias... De que forma os espaços se ligam. Como as estrelas no céu, em que ligamos e traçamos linhas imaginárias, como podemos conectar os nossos espaços, qual a constelação formada pelos espaços abertos?

— conexões/tramas

● espaços abertos

2 0 2 4 km  
| | | | | | | |

**Ivie Martins**

---

O processo de elaboração de uma pesquisa de iniciação científica foi algo novo e desafiador, uma vez que foi o meu primeiro contato com algo do gênero. Enquanto acadêmica é muito simples analisar os trabalhos, métodos e resultados da pesquisa de um autor, mas elaborar algo seu, com o auxílio de um orientador, é algo bem mais complexo. Além dos desafios intrínsecos do desenvolvimento de um trabalho científico, o contexto deste foi ainda mais adverso, uma vez que se deu no ano de 2020, durante a pandemia de Covid-19, não tornando possível o contato direto nem com a orientadora nem com os objetos de estudo em si.

Apesar disso, graças à tecnologia existente, ainda foi possível investigar os espaços abertos de Macapá por meio de imagens de satélite, ferramentas de georreferenciamento, notícias, bases de dados com imagens e documentos e informações encontradas em outros trabalhos referentes à cidade. Aliado a isso, a partir do seu histórico, padrões de qualidade definidos pela literatura, distribuição e quantidade, foi possível classificá-los conforme as suas particularidades, e então chegar aos resultados, que mostraram uma realidade de 127 espaços, de grande variedade, mas que muitas vezes são replicados, pouco acessíveis, concentrados em uma única parte da cidade, mal distribuídos e conectados pela malha urbana.

Esse trabalho rendeu o segundo lugar no Prêmio Destaque De Iniciação Científica 2021 da área de Ciências Sociais Aplicadas do X Congresso Amapaense de Iniciação Científica. E com ele, eu pude enxergar uma Macapá que até então eu desconhecia, e me atentar sobre espaços que são de extrema importância para a qualidade do desenho urbano, além de contribuir como base para estudos mais aprofundados, considerando a efemeridade característica da cidade, que está em constante transformação. Dessa forma, assim como foi para mim, eu espero que ao ter contato com a minha pesquisa, as pessoas enxerguem a cidade com outros olhos e repararem nos espaços “abertos”, a novos desenhos e possibilidades.

Matheus Garcia

---

O período de produção da pesquisa “Cartografias em movimento: as águas e os espaços abertos ao lazer na cidade de Macapá” foi marcado por transformações, especialmente na minha vida profissional. Iniciada no segundo semestre de 2021, a elaboração desta iniciação científica ocorreu em um contexto de retorno das atividades presenciais na Unifap após um ano e meio de isolamento social e aulas remotas que resultaram em um desestímulo meu em relação ao curso de Arquitetura e Urbanismo. Entretanto, esse primeiro contato com a pesquisa acadêmica me mostrou um outro lado da profissão que eu ainda não conhecia, mas que me encantou de imediato. Pesquisar sobre a relação entre a paisagem, os corpos hídricos de Macapá e a relação que a população local exerce com esses espaços modificou a minha percepção sobre a cidade na qual cresci em diferentes escalas, tanto sob uma perspectiva ampliada (através da produção e estudo de cartografias) quanto reduzida (por meio das visitas de campo). Acredito que posso sintetizar o processo de pesquisa no que Leandro Tocantins quis demonstrar quando, em 1972, publicou um livro que já no título anuncia: na Amazônia, “o rio comanda a vida”. Este trabalho expôs através da contextualização histórica que o processo de expansão urbana de Macapá iniciado no século XX tentou “apagar” os corpos hídricos do sítio local, bem como as atividades neles exercidas, através de modelos de planejamento baseados em outras cidades brasileiras inseridas em diferentes contextos. Apesar desse apagamento ser facilmente reconhecido no desenho urbano atual, as diversas práticas culturais e de fruição ainda resistem e podem ser percebidas tanto no rio Amazonas quanto nas demais áreas úmidas do perímetro urbano. Esta pesquisa me rendeu frutos: com base nela, produzi meu Trabalho de Conclusão de Curso intitulado “Cinturão Vivo: o planejamento da paisagem como instrumento contra o racismo ambiental no Quilombo do Curiaú - AP”, baseado em uma das localidades mapeadas. Atualmente estou desenvolvendo minha dissertação de mestrado no Instituto de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, onde continuo a pesquisar a relação entre as águas e a paisagem de Macapá sob a perspectiva do planejamento da paisagem com um objetivo principal: contribuir para a manutenção destes espaços e das expressões culturais essencialmente amazônicas que eles expõem.

**Ana Carolina Vasconcelos**

---

Falar sobre minha trajetória na pesquisa é falar sobre cruzamentos e transformações. A elaboração do plano de trabalho da pesquisa se iniciou com uma troca entre mim e a professora Louise. O desafio principal foi escolher um caminho para que, em conjunto, pudéssemos construir uma pesquisa que dialogasse tanto com o plano maior quanto com meus interesses pessoais em fazer mapas (uma paixão recém-adquirida na época). O ponto de partida, então, foi um diálogo entre paisagem e cartografia. A paisagem entendida como um termo polissêmico com múltiplas abordagens e a cartografia como um dos métodos mais utilizados para apreender a paisagem. A pesquisa utilizou desses filtros para olhar para um lugar em comum, o que conecta meu trabalho com os outros: os espaços abertos de Macapá. Desenvolvê-lo perpassou cruzar os mapeamentos feitos pela Ivie e pelo Matheus; no entanto, decidi não me concentrar nas taxonomias, mas nas representações desses espaços. Para criar novas representações, precisei dar um passo atrás e conhecer mais a minha cidade. Os primeiros exercícios foram redesenhos e sobreposições entre as cartografias antigas e a atual base de dados georreferenciados de Macapá, que possibilitaram a elaboração de uma síntese temporal das cartografias históricas da cidade. Através disso, consolidei uma base informacional e criei um acervo autoral de arquivos sobre os espaços abertos de Macapá. O trabalho, até então, resultou em 16 novas leituras cartográficas sobre Macapá, que foram apresentadas ao XII Conaïc, em que ganhei prêmio de destaque em segundo lugar na área de ciências sociais aplicadas. Aprofundei-me e experimentei mais com a representação no meu trabalho de conclusão de curso, que consistiu em um ensaio de experimentações imagéticas em busca da captura da paisagem e da experiência cotidiana dos espaços abertos. A transformação deste trabalho é constante, ressalto sempre o seu caráter incompleto e experimental. A pesquisa em si, não teve um fim; acredito que seja um grande processo de (re)conhecimento que darei continuidade na pós-graduação.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo da pesquisa, foi possível observar um crescimento simultâneo do conhecimento e dos próprios pesquisadores — orientadora e orientandos — que também amadureceram suas formas de pensar sobre aquela cidade. À medida que se aprofundava a compreensão sobre Macapá, também se fortalecia a relação dos pesquisadores com o espaço e entre si. O mapeamento dos espaços de encontro contribuiu não apenas para a identificação dessas dinâmicas na cidade, mas também para a construção de um vínculo entre os envolvidos na pesquisa. De modo semelhante, ao refletir sobre as comunidades, fomentou-se um processo de compartilhamento de saberes, consolidando um senso de coletividade.

A produção do conhecimento científico e a comunicação de seus resultados não se restringiram à divulgação em eventos, livros e artigos acadêmicos. Buscou-se ampliar o alcance dessas informações, promovendo a difusão do conhecimento para além dos limites institucionais e estabelecendo diálogos com diferentes públicos. Nesse contexto, a cartografia apresentada tornou-se um elemento central na criação de uma plataforma digital, concebida para expandir o acesso aos dados e incentivar novas interpretações e conexões entre a cidade e seus habitantes.

Os mapas elaborados visam representar não apenas a geografia de Macapá, mas também as narrativas, memórias e experiências de seus habitantes. Esse processo evidencia a cartografia como uma ferramenta capaz de fomentar a troca de saberes sobre a realidade local.

Há ainda muitas possibilidades de discussão a partir das informações apresentadas; contudo, ao articular teoria e experiência, este capítulo reafirma a importância da cartografia na compreensão do território e na construção de um conhecimento mais plural e sensível sobre a cidade. O desejo implícito neste material é que o encantamento suscitado pelo jogo de filtros, cores e formas da cartografia inspire novas indagações e estimule futuras pesquisas — sobre Macapá e para além dela.

REFERÊNCIAS

- BESSE, Jean-Marc. *O gosto do mundo: exercícios de paisagem*, por Jean-Marc Besse. Tradução de Annie Cambe. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2014.
- CORBOZ, André. *Le Territoire comme palimpseste et autres essais*. Paris: Les Éditions de l'Imprimeur, 2001.
- MAGNOLI, Miranda Maria Esmeralda Martinelli. *Espaços livres e urbanização: uma introdução a aspectos da paisagem metropolitana*. 1982. Tese (Livre Docência) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1982.
- MARTINS, Ivie; PONTES, Louise. Uma taxonomia para os espaços abertos de Macapá. In: Conferência da Rede Lusófona de Morfologia Urbana – PNUM: identidades e dinâmicas de reconfiguração urbana na era digital, 2021, Lisboa. Anais [...]. Lisboa, 2021.
- MC HARG, Ian. *Design with nature*. New York: American Museum of Natural History, 1969.
- PONTES, Louise. *Espaço (em) aberto: brechas à reinvenção do projeto e da paisagem, um estudo sobre a cidade de Macapá*. Tese (doutorado) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Programa de Pós-Graduação em Urbanismo, 2021.
- PONTES, Louise Barbalho; GARCIA, Matheus Cleber Melo; VASCONCELOS, Ana Carolina Souza de. A cidade no estuário do rio amazonas: mapeando apagamentos e sobrevivências na convivência com as águas na Cidade de Macapá-AP. *Paisagem e Ambiente*, São Paulo, Brasil, v. 34, n. 52, p. e223801, 2023. DOI: 10.11606/issn.2359-5361.paam.2023.223801. Disponível em: <https://revistas.usp.br/paam/article/view/223801..> Acesso em: 25 fev. 2025.
- SANTOS FILHO, H.; ALMEIDA, M. G.; RIBEIRO, M. M. Mapeamento e classificação das áreas de ressaca na região metropolitana de Macapá – AP utilizando imagens do satélite CBERS-2B. Anais XVI Simpósio Brasileiro de Sensoriamento Remoto - SBSR, Inpe, Foz do Iguaçu, p. 2211-2217, abr. 2013.
- VASCONCELOS, Ana Carolina Souza de. Retalhos de uma paisagem: estudo de um atlas dos espaços abertos de Macapá (AP). Orientador: Louise Barbalho Pontes. 2024. 77 f. Trabalho de Conclusão de Curso

(Graduação) - Coordenação do Curso de Arquitetura e Urbanismo.  
Universidade Federal do Amapá, Macapá, 2024.

VIGANÒ, Paola. *Territories of Urbanism*. Oxford: EPFL Press Routledge,  
2016.

## NOTAS FINAIS

Ao abordar Macapá e sua especificidade como urbe amazônida, o presente livro apresentou ao leitor diferentes narrativas gráficas, visuais e textuais tecidas a partir de estudos e experiências vividas na cidade, na pesquisa acadêmica e em sala de aula. Olhares “chegantes”, como explica a professora Melissa, narrativas costuradas por um desejo comum de fabricar caminhos genuínos para a apreensão de universos por conhecer.

Os resultados apresentados trazem uma importante reunião de dados e bases que nos auxiliaram na imersão no ensino, na pesquisa e na extensão. Partindo de uma composição imagética entre as “vistas de cima” e as “vistas de baixo”, na altura do olho humano, trazendo à tona o quanto os imaginários de Amazônia não contemplam a vida nas cidades e refletindo sobre o papel do planejamento da paisagem para a manutenção da vida em sua concepção mais ampla.

O livro segue para os esforços de produção de conhecimento na graduação e na universidade pública (em ensino, pesquisa e extensão) inserida nesse contexto. Os relatos mesclam teoria, prática e afetos individuais e coletivos, e abrem janelas para vislumbrar novas possibilidades de produção de um pensamento crítico e engajado com a realidade.

A análise integrada entre escalas, com o foco para o território vivido e experimentado por quem usufrui de sua paisagem (e também a idealiza), foi o principal assunto exposto. Estes estudos reforçam as premissas de que não há uma interpretação única sobre a Amazônia, como não há um método único para compreender a cidade de Macapá. E ainda que visões unilaterais não serão capazes de lidar com os desafios colocados no presente e para o futuro, pois são necessárias diversas linhas, pontos e interseções para conformar uma trama como se discute no capítulo 2.

Entre as muitas perguntas que se somam no desvelar das camadas apresentadas, podemos fazer emergir um ponto de encontro e consenso: a reestruturação deste território perpassa pela revisão dos modos de legitimar espaços, experiências e práticas que se situam no atravessamento entre cidade e natureza.

Com isso, o intuito foi apresentar as múltiplas possibilidades de apreensão de Macapá; essa cidade que tem no encontro com a água grande do Rio Amazonas sua característica principal e que, por isso, proporciona um desenho urbano único, permeado por áreas úmidas de águas pequenas no meio urbano. Espaços de ‘natureza’ se mesclam a espaços de ‘cidade’ de modo que se torna impossível imaginá-la outra. Seus habitantes experienciam uma cidade com características muito peculiares e pouco disseminadas enquanto proposta urbanística em diálogo com seu contexto biofísico.

O projeto de pesquisa que deu origem a esta publicação, por sua vez, intencionou um diálogo entre dois caminhos de pesquisa trilhados independentemente. Ao estabelecer esse fio conector e condutor para nossa narrativa, reiteramos aqui os próprios procedimentos metodológicos adotados pela pesquisadora e professora Louise em seus estudos sobre a paisagem. Tais procedimentos abertos permitiram que reflexões em comum fossem aprofundadas, revelando assim posturas profissionais não somente abertas ao diálogo, mas, sobretudo, construídas em diálogo. Os conteúdos de tais pesquisas desdobraram-se em bases para o ensino da paisagem e do desenho urbano. Além disso, também retroalimentam pesquisas de iniciação científica fortalecendo assim a produção de conhecimento sobre nossos espaços de moradia, de trabalho, de fruição, de vida.

Este é um trabalho de muitas vozes, que foi idealizado por duas pesquisadoras, confeccionado por vários autores, que por sua vez se apoiam nas teorias e métodos de uma série de pensadores, nas múltiplas vivências urbanas, e na diversidade de experiências junto aos alunos de graduação. É também um registro, um recorte temporal que traz à luz processos que muitas vezes ficam invisibilizados nas entrelinhas dos textos e carreiras acadêmicas. Registros de (re)começos de várias trajetórias que abrem possibilidades de novas frentes de trabalho, de novas trocas, novos avanços, pois o propósito implícito neste livro é de uma busca que nunca se encerra.

Que o conteúdo possa ser apropriado pelos nossos estudantes de arquitetura e urbanismo, nossos futuros arquitetos-urbanistas, e quem sabe inspirá-los na busca de desenhos urbanos mais compreensivos com o território e suas gentes.

## AGRADECIMENTOS

As organizadoras deste livro agradecem a todas, todos e todes que possibilitaram a elaboração desta publicação:

À Universidade Federal do Amapá, à Pró-reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação e ao Departamento de Pesquisa;

Ao curso de arquitetura e urbanismo CAU-Unifap, coordenação, docentes, técnicos e discentes;

Aos alunos de Iniciação Científica Ana Carolina Vasconcelos, Ivie Martins, Jenny Maciel Quaresma e Matheus Garcia;

Ao grupo de estudantes e pesquisadores coordenado pela professora Louise que passou a se chamar antiLAB, em especial à equipe realizadora da oficina “A-Corda”, Ana Carolina Vasconcelos, Thainá Rodrigues e Valdelicer Fonseca. Nesse sentido, agradecemos também aos organizadores da Semana de Arquitetura e Urbanismo “Cria-te, Cidade” (SAU 2019);

Às turmas AU2018 e AU2019 pela troca, aprendizado e pela autorização do uso dos desenhos e projetos realizados em sala de aula nas disciplinas de paisagismo;

Ao Núcleo de Pesquisa do Espaço Construído na Amazônia (TRAMAz) que tem apoiado os desdobramentos da pesquisa apresentada no capítulo 2 deste livro;

Aos estudantes do Projeto de Extensão Assistência Técnica em Arquitetura e Urbanismo (Atau-Unifap) coordenado pela professora Melissa envolvidos na Fase Casp, aos discentes bolsistas: Mirna Gomes e Paulo Viana e discentes voluntários: Daniely Monteiro, Rebeca Perez, Adriana Costa, Giovanna Dutra e Luanna Souza;

Ao Escritório Modelo do Curso de Engenharia Civil (Emec), ao Prof. Adenilson Oliveira e estudantes do curso de Engenharia Civil: Endrel Silva e Maria Brito;

Ao Escritório Modelo do Curso de Engenharia Elétrica (Epesse), aos coordenadores: Prof. Raphael Comesanha e Prof. Geraldo Maranhão; e estudantes do curso de Engenharia Elétrica: Allan Pena, Christian Dias, Christian Monte, Henrique Santos, Ian Lima e Sérgio Silva;

Ao arquiteto-urbanista Kevin Cordeiro, orientado em seu TCC pela professora Melissa, pela partilha na produção de conhecimento;

A todos interlocutores que compartilharam conosco sobre como é morar em Macapá, que cederam tempo, depositaram confiança e ofereceram atenção aos questionamentos da pesquisa: Dona Raimunda, Seo Rosinaldo, Dona Fermina, Seo Juarez, Dona Carmem, Mara, Márcia, Izam, Dila, Alzira, Nataly, Daboiu. Tais encontros e conversas trouxeram insumos para os conteúdos tratados no Capítulo 3;

Ao Conselho Editorial do Editora da Universidade Federal do Amapá, por seu representante, Prof. Fabio Wosniak, pelo apoio à publicação da primeira edição em versão eletrônica; e

Ao Conselho Editorial da Senado Federal, representado pelo presidente Senador Randolfe Rodrigues, pelo interesse e apoio à publicação desta segunda edição em versões impressa e eletrônica.

Este livro foi elaborado a partir do Projeto de Pesquisa “Cidade e Natureza: Leituras sobre Macapá Urbana” (PIC1288-2021), que recebeu financiamento do Programa de Auxílio Pesquisador (Papesq/Unifap – 2021 Edital N° 01/2021); e Chamada Interna N° 003 /2021 - Propespg/DPq/NITT/Unifap). Os recursos foram utilizados para aquisição de imagens, revisão de texto e diagramação, além das bolsas aos estudantes de iniciação científica envolvidos na pesquisa.

## SOBRE OS AUTORES

**Ana Carolina de Souza Vasconcelos** – [anasouzavasconcellos@gmail.com](mailto:anasouzavasconcellos@gmail.com)

Mestranda do Núcleo de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo (NPGAU) da Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Bacharel em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal do Amapá (Unifap). Integrante do TRAMAz - Núcleo de Pesquisa do Espaço Construído na Amazônia.  
<http://lattes.cnpq.br/4941705474410190>



**Luna Barros Bibas** – [lbbibas@gmail.com](mailto:lbbibas@gmail.com)

Arquiteta e Urbanista pela Universidade Federal do Pará (2016). Mestrado no Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo (2018), mestrado em Arquitetura e Urbanismo da UFPA (2018) com ênfase em Planejamento Urbano e Regional, atuando principalmente nos seguintes temas: desenho urbano, percepção ambiental, paisagem urbana, espaços públicos e cidades amazônicas. Atuação em consultoria e pesquisa. Gerente de Projetos na organização Laboratório da Cidade e docência (Universidade da Amazônia). <http://lattes.cnpq.br/4380842209013938>



**Louise Barbalho Pontes** – [louisepontes@ufpa.br](mailto:louisepontes@ufpa.br)

Docente da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Pará (UFPA). Atuou na Universidade Federal do Amapá (Unifap) entre 2016 e 2024. Arquiteta e urbanista pela UFPA (2012), com aperfeiçoamento em Arquitetura Sustentável pela Anavif (Espanha, 2012), mestrado em Arquitetura e Urbanismo pelo PPGAU-UFPA (2015) e doutorado em Urbanismo pela Prourb-UFRJ (2021). Realizou mobilidade acadêmica na Universidade de Pequim (2011) e Universidade Autônoma de Barcelona (2015), com doutorado sanduíche PDSE-Capes na Universidade Politécnica da Catalunha (2018-2019). Atua nas áreas de projeto, arquitetura da paisagem e urbanismo, com foco em desenho urbano e da paisagem na Amazônia.

<http://lattes.cnpq.br/8705432490576767>

<https://orcid.org/0000-0001-5597-2956>



**Ivie Fernanda da Silva Martins** – [ivie.fm@gmail.com](mailto:ivie.fm@gmail.com)

Bacharel em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal do Amapá, Integrante do TRAMAz - Núcleo de Pesquisa do Espaço Construído na Amazônia. <http://lattes.cnpq.br/9124426881602508>



**Melissa Kikumi Matsunaga** – melissa.matsunaga@unifap.br

Arquiteta-urbanista pela Universidade de São Paulo (EESC-USP/2005) - [atual IAU-USP], mestra em Arquitetura e Urbanismo, área de concentração Paisagem e Ambiente, pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAU-USP/2015) e doutora em Urbanismo pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (Prourb-UFRJ/2021). Tem interesse e experiência profissional na área de projetos com ênfase em urbanismo, paisagismo, habitação de interesse social, assistência técnica e urbanização de favelas. Desde 2015 é professora do curso de Arquitetura e Urbanismo na Universidade Federal do Amapá (Unifap). Desde 2022 está cedida para atuar junto ao Governo Federal em Brasília. Atualmente é Coordenadora-Geral de Assuntos Estratégicos do Departamento de Produção Social da Moradia da Secretaria Nacional de Habitação do Ministério das Cidades.

<http://lattes.cnpq.br/9003470341774807>

<https://orcid.org/0000-0002-5866-0242>

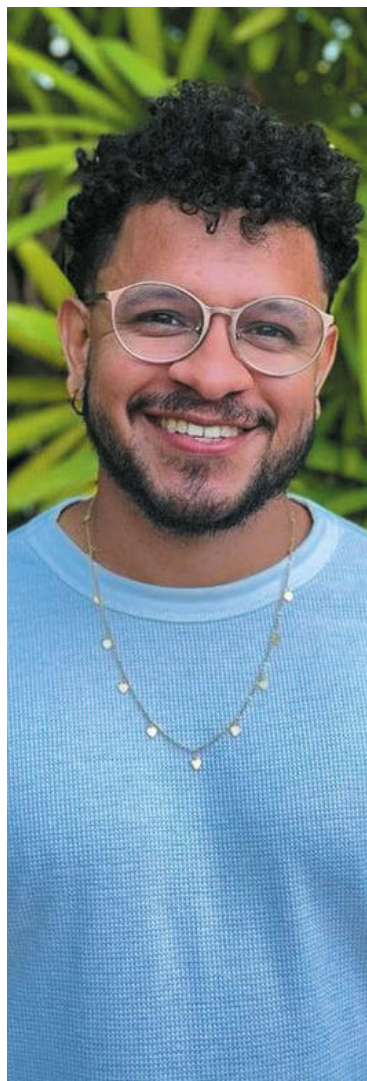


**Thales Barroso Miranda** – thalesbmiranda@gmail.com

Arquiteto e urbanista (UFPA), mestre em Arquitetura e Urbanismo (PPGAU/UFPA), ao qual foi contemplado com o Prêmio de melhor dissertação da área de planejamento urbano e regional em 2021 pela Anpur (Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional). Doutorado em andamento em Arquitetura e Urbanismo (PPGAU/UFPA). Foi Coordenador de Projetos na Desenvolve Cidade, Diretor de Projetos e Paisagismo na Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Belém, consultor da *Action Aid* Brasil, Laboratório da Cidade e Desenvolve Cidade. Compõe a equipe do Conselho de Arquitetos e Urbanistas do Pará (CAU-PA). É pesquisador e colaborador da Rede Observatório das Metrópoles (Núcleo Belém), Grupo Urbanização e Natureza na Amazônia (Urbana) e Laboratório Cidades da Amazônia (Labcam Ufpa). Temáticas principais de pesquisa são: cidades amazônicas, padrões socioespaciais, questões raciais e ambientais.

<http://lattes.cnpq.br/2983400210216778>

<https://orcid.org/0000-0002-0262-8075>



**Matheus Cleber Melo Garcia** – matheus-clebermg@gmail.com

Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo do Instituto de Arquitetura e Urbanismo (PPGAU-IAU) da Universidade de São Paulo (IAU-USP). Bacharel em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal do Amapá (2024). Integrante do Urbis - Grupo de Pesquisa em História do Urbanismo, da Cidade e da Habitação (IAU-USP). Integrante do TRAMAz - Núcleo de Pesquisa do Espaço Construído na Amazônia (Unifap)  
<http://lattes.cnpq.br/6708027896815744>



Este livro foi projetado e composto pelo Serviço de Formatação e Programação Visual do Senado Federal. A fonte é a Spectral, corpo 10,5, desenhada em 2017 pela Production Type, de Paris, inspirada no tipo Elzévir Nº 9, cunhado em 1882 pela Warnery Frères.

A obra foi impressa nas oficinas da Secretaria de Editoração e Publicações do Senado Federal, em Brasília, de acordo com o programa editorial do Conselho Editorial do Senado Federal.

Os conteúdos abordados nesta obra derivam das atividades acadêmicas de ensino, pesquisa e extensão desenvolvidas no curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Amapá entre 2016 e 2022. Desse modo, reafirma-se o papel fundamental da Universidade Pública brasileira por meio da produção de conhecimento e criação de saberes vinculados ao contexto em que se encontra.



9 786556 767185



BAIXE GRATUITAMENTE  
ESTE LIVRO EM SEU CELULAR

Encontre este livro gratuitamente em formato  
digital acessando: [livraria.senado.leg.br](http://livraria.senado.leg.br)

SENADO FEDERAL

